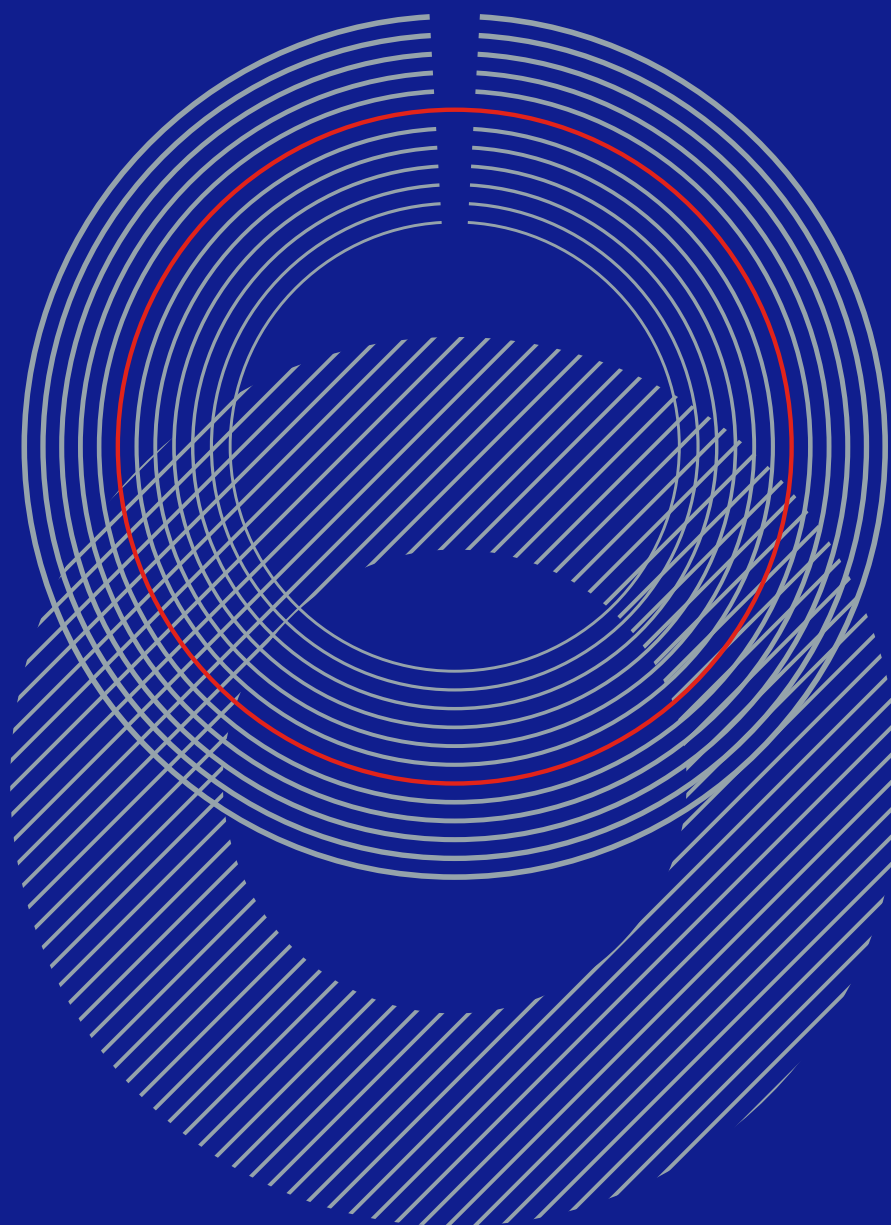
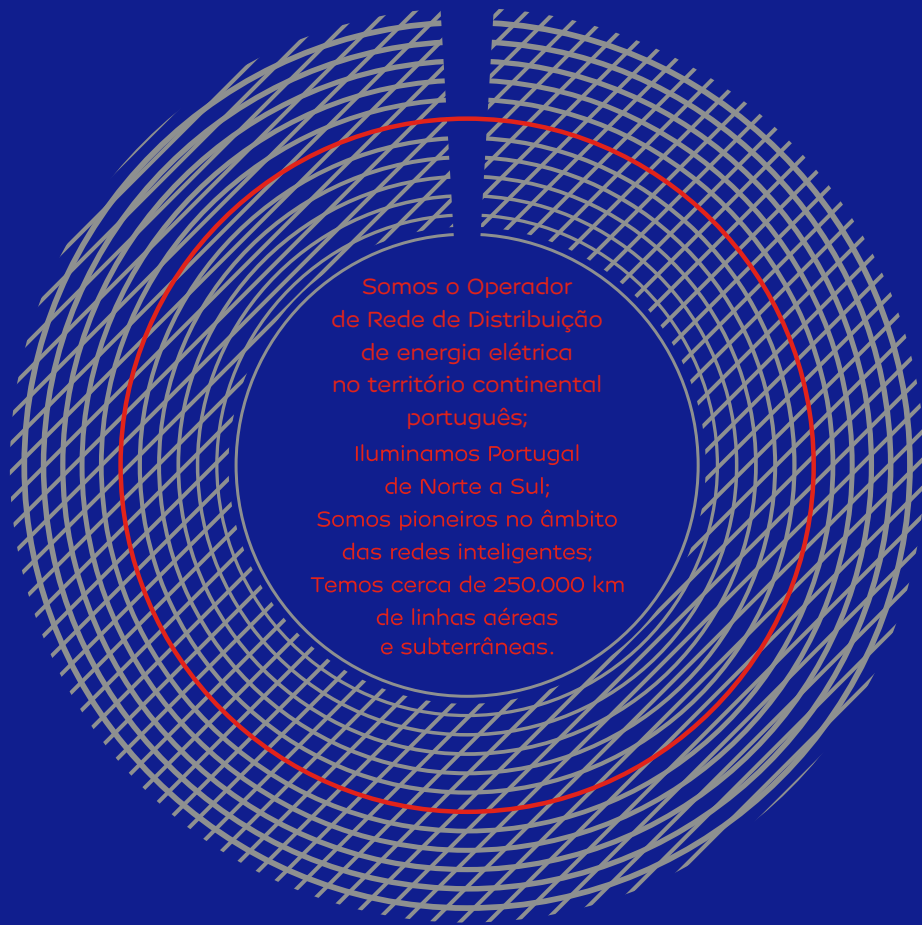


NEVERENDING
ENERGY



edp distribuição

NEVERENDING ENERGY



Somos o Operador
de Rede de Distribuição
de energia elétrica
no território continental
português;
Iluminamos Portugal
de Norte a Sul;
Somos pioneiros no âmbito
das redes inteligentes;
Temos cerca de 250.000 km
de linhas aéreas
e subterrâneas.

edp distribuição

01

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
Principais Indicadores da Atividade	7
Órgãos Sociais	9
Organigrama	10
A Visão da EDP Distribuição	11
Enquadramento do negócio da EDP Distribuição	12
Enquadramento Legislativo e Regulatório	13
Factos Relevantes em 2013	14
Eventos relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	19
Riscos e Incertezas Associadas à Atividade	19
Atividade	23
Gestão de Ativos	29
Inovação	35
Qualidade de Serviço	41
Recursos Humanos	45
Análise Económica e Financeira	49
Considerações Finais	55
Anexos ao Relatório de Gestão	59
Demonstrações Financeiras	61





> ÉVORA





JOÃO JOSÉ
SARAIVA
TORRES

Presidente do
Conselho de
Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2013 foi para a EDP Distribuição mais um marco importante, em que manteve a tendência dos anos anteriores de foco na inovação e na melhoria contínua dos serviços prestados, num contexto com inúmeros desafios associados às alterações regulamentares e legislativas que têm marcado o setor elétrico.

Para este sucesso contribuiu fortemente a continuação e reforço da estratégia seguida nos últimos anos, demonstrando uma forte capacidade de antecipação dos desafios e de utilização dos recursos de um modo eficiente, em paralelo com o empenho e entusiasmo de todos os colaboradores da Empresa. A este nível 2013 foi um ano de continuidade na aposta no rejuvenescimento dos quadros, do qual se destaca a aceleração do processo de rejuvenescimento dos quadros técnicos.

Para fazer face aos novos desafios procedeu-se a uma leve reorganização da estrutura da Empresa, promovendo a simplificação de algumas áreas operacionais e a criação de novas "unidades de desenvolvimento" com a função de gerir os principais projetos atualmente em curso, com maior impacto na gestão do negócio, na operação, na formação e no relacionamento com os stakeholders da EDP Distribuição.

A minimização do impacto ambiental da atividade da EDP Distribuição manteve-se sempre na linha da frente das preocupações da organização, tendo o desempenho da EDP Distribuição contribuído de forma substancial para os excelentes resultados do Grupo EDP no índice de sustentabilidade Dow Jones.

Também o tema da segurança operacional continuou a ser alvo de particular atenção com a realização de ações diversas no âmbito da formação, sensibilização e coordenação entre intervenientes, abrangendo além dos colaboradores da EDP Distribuição também os colaboradores dos prestadores de serviço.

O desempenho operacional da Rede, mesmo em condições atmosféricas mais adversas, atingiu excelentes níveis de qualidade, fruto do empenho e da capacidade que a EDP Distribuição tem demonstrado em estudar e implementar novos métodos e processos no âmbito da conservação e gestão dos ativos, bem como de otimização do investimento e da automatização da Rede.

Este foi também mais um ano importante para o Projecto InovGrid, onde se assistiu à concretização do alargamento do projeto a sete novos municípios e a duas ilhas da região do Algarve. Foi também o ano em que se marcou o início do projeto de telecontagem de todos os Postos de Transformação. Um projeto que se antevê venha a abrir muitas possibilidades na otimização e análise do desempenho da rede.

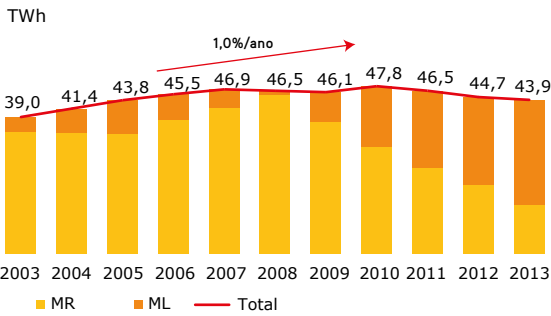
O foco na inovação esteve também patente nos esforços desenvolvidos no âmbito da Iluminação Pública, na procura e instalação de novas tecnologias, com o objetivo de promover ganhos de eficiência na atividade. Estas iniciativas são reveladoras de um relacionamento de proximidade com as autarquias, que tem produzido resultados com benefícios para todos os stakeholders.

São também visíveis os bons resultados obtidos na atividade comercial e no relacionamento com os clientes. As operações de switching têm-se concretizado com elevada eficácia, apesar do aumento exponencial do seu volume. Os procedimentos implementados para o contacto com os clientes na resolução de problemas e apoio técnico têm demonstrado bons resultados e obtido boa receptividade, destacando-se o novo sistema de comunicação via SMS com o cliente durante o processo de agendamento e resolução de ordens de serviço.

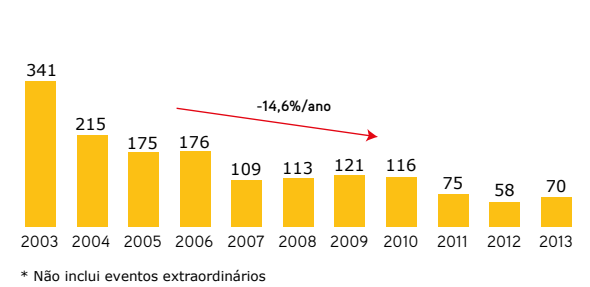
Mais uma vez os objetivos a que a EDP Distribuição se propôs para 2013 foram cumpridos com excelência, graças ao elevado empenho e envolvimento de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua atividade em 2013.

PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE

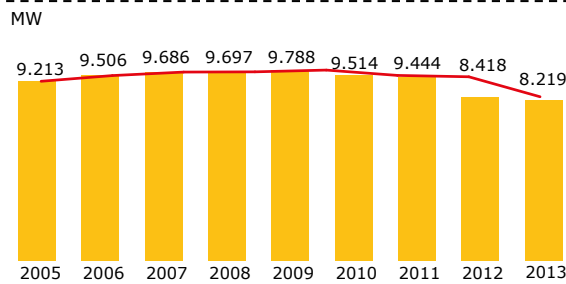
EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA



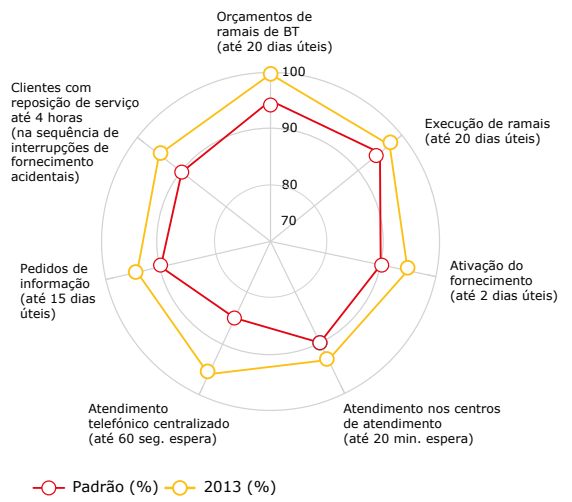
TEMPO DE INTERRUÇÃO EQUIVALENTE DA POTÊNCIA INSTALADA EM MÉDIA TENSÃO - TIEPI (MINUTOS)



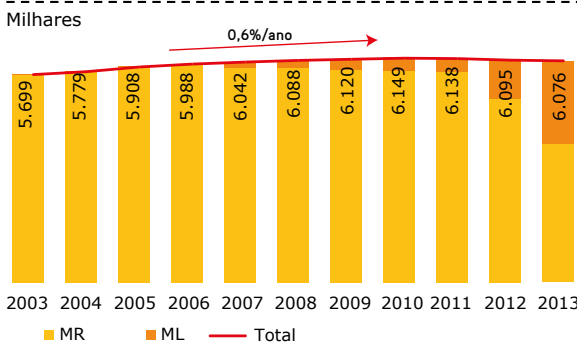
EVOLUÇÃO DA PONTA SÍNCRONA



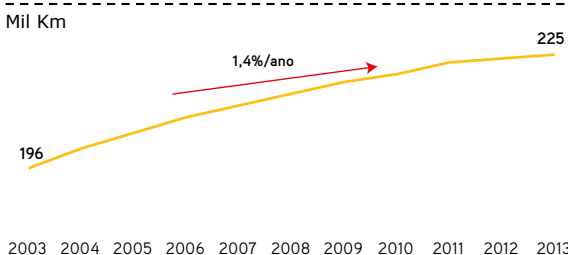
INDICADORES GERAIS DE QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL



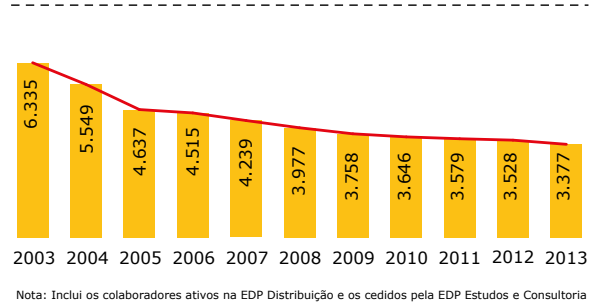
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES



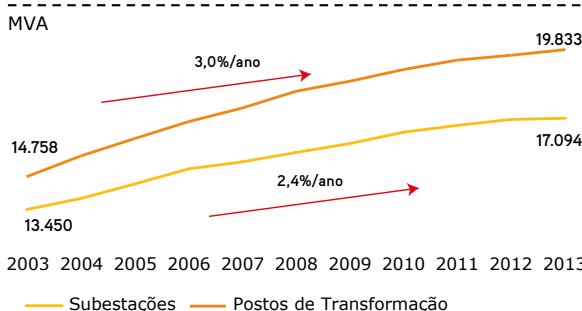
EVOLUÇÃO DAS LINHAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO



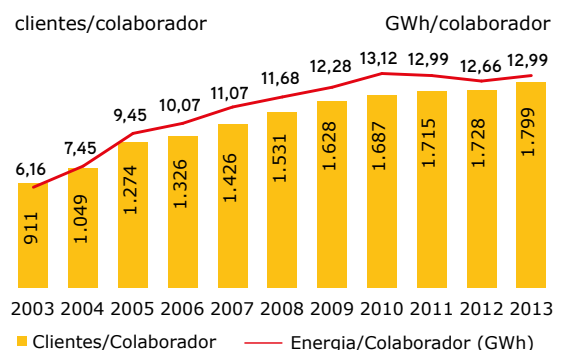
COLABORADORES NO ATIVO



EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA EM SUBESTAÇÕES E POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO



CLIENTES/COLABORADOR. ENERGIA/COLABORADOR



PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

RUBRICAS	UNIDADES	2012	2013	D %
Energia elétrica entrada na rede de distribuição (MR + ML)	GWh	48 559	48 545	0,0%
Energia elétrica distribuída (MR + ML)	GWh	44 655	43 858	-1,8%
Perdas na rede de distribuição (MR + ML)	GWh	3 904	4 687	20,1%
Instalações em serviço (final do ano)				
Subestações-Potência de transformação	MVA	17 047	17 093	0,3%
Linhas de Distribuição	km	223 734	224 866	0,5%
Postos de Transformação-Potência instalada	MVA	19 610	19 833	1,1%
Número de clientes (final do ano)		6 095 206	6 075 948	-0,3%
Nº trabalhadores (final do ano) a)		3 528	3 377	-4,3%

a) Inclui os colaboradores ativos da EDP Distribuição e outros colaboradores cedidos pela EDP Estudos e Consultoria

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013

MILHÕES DE EUROS	2012	2013	D %
ATIVO	4 992	5 064	
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 432	2 410	-1%
Investimentos financeiros em empresas filiais	105	105	0%
Ativos por Impostos diferidos	275	248	-10%
Clientes	614	539	-12%
Devedores e outros ativos	1 546	1 738	12%
Inventários	20	24	23%
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	503%
Total Ativo			
CAPITAIS PRÓPRIOS	564	526	-7%
PASSIVO	4 428	4 539	2%
Dívida financeira	2 340	2 342	0%
Benefícios aos empregados	1 206	1 251	4%
Provisões para riscos e encargos	55	42	-24%
Credores e outros Passivos	827	904	9%
Total Capitais Próprios + Passivo	4 992	5 064	1%

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013

MILHÕES DE EUROS	2012	2013	D %
Margem Bruta	1 271	1 227	-3%
Fornecimentos e serviços externos	239	241	1%
Custos com pessoal e benefícios aos empregados	135	125	-8%
Custos com rendas das concessões	249	254	2%
Outros custos operacionais (líquidos)	- 14	- 24	77%
Custos Operacionais	610	595	-2%
Resultado Operacional Bruto	661	631	-4%
Provisões do exercício	3	- 7	-317%
Depreciações e amortizações líquidas	231	240	4%
Resultado Operacional	427	398	-7%
Resultados Financeiros	- 124	- 100	-20%
Resultado antes de impostos	303	299	-1%
Impostos sobre os lucros	90	46	-49%
Resultado líquido do exercício	213	252	19%

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr.ª Maria Teresa Isabel Pereira

Presidente

Dr.ª Joana Monteiro Dinis

Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº João José Saraiva Torres

Presidente

Engº Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Administrador

Dr. Carlos Alves Pereira

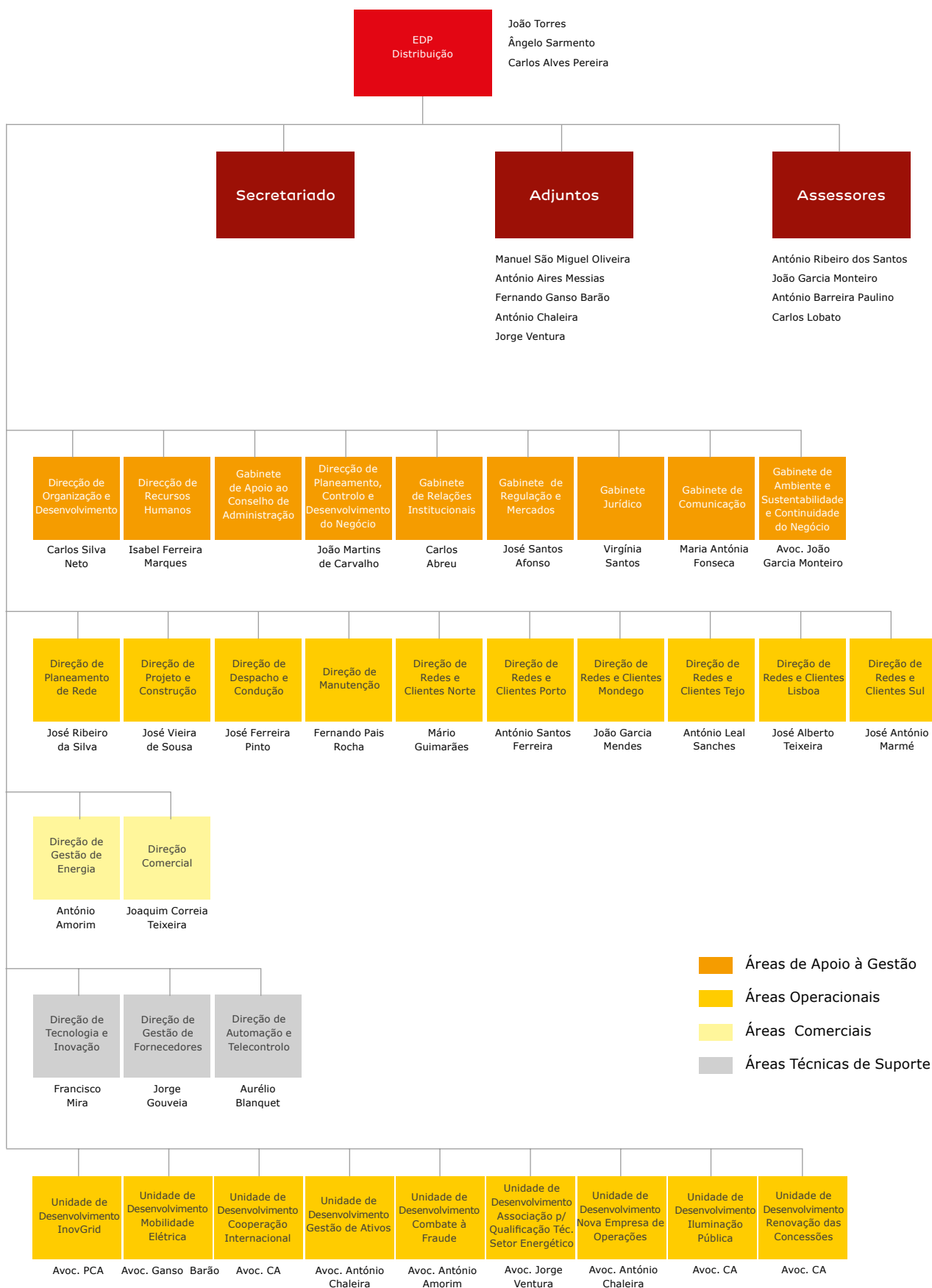
Administrador

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

ROC Efetivo: KPMG & Associados – SROC, S.A., representada por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

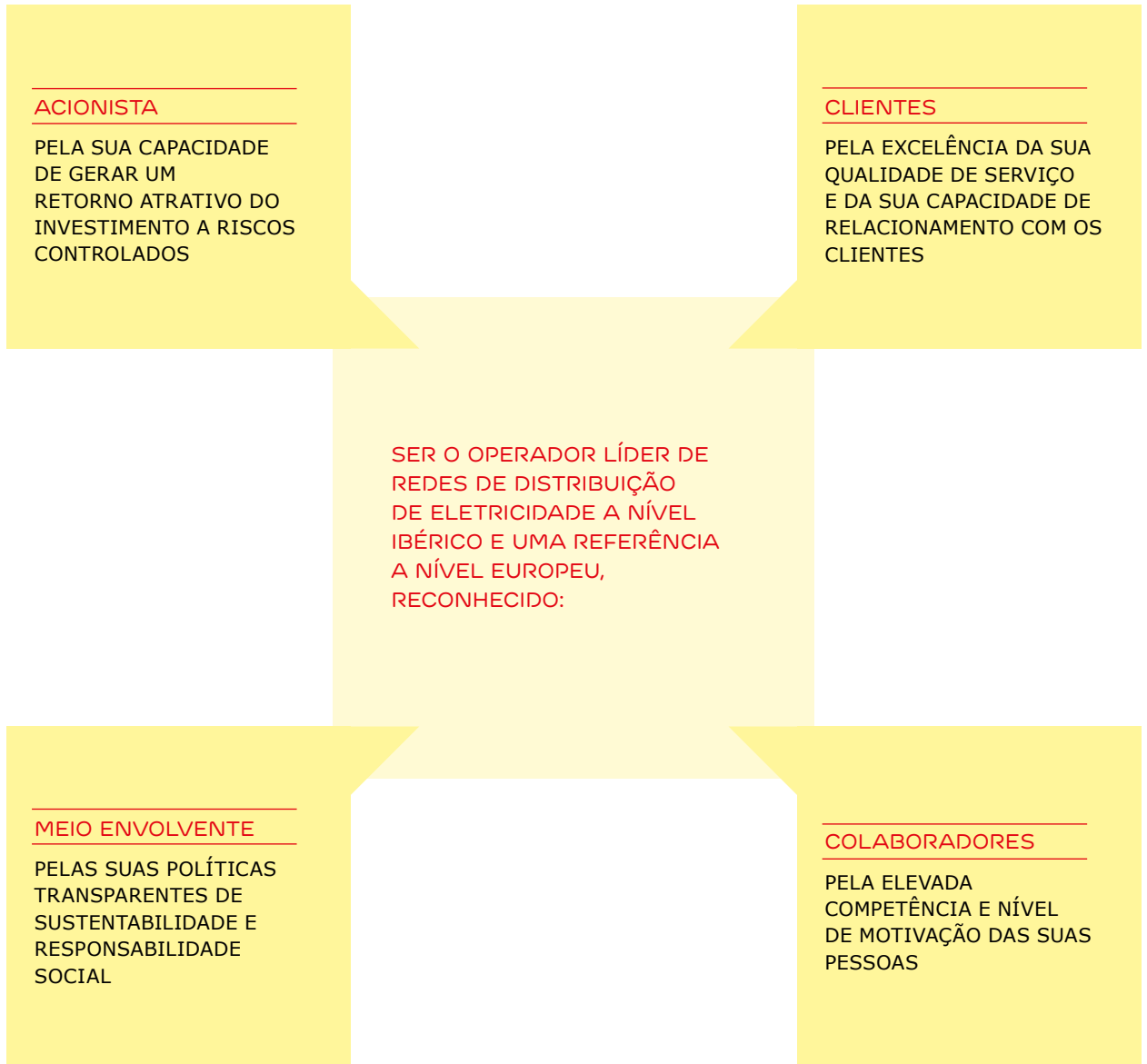
ROC Suplente: Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes

ORGANIGRAMA



* Avocado

A VISÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO



ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO DA EDP DISTRIBUIÇÃO

O setor elétrico em Portugal pode ser dividido em quatro atividades principais: Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização. A Produção e a Comercialização operam em regime de mercado, mantendo-se apenas a figura de comercializador regulado para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN). O Transporte e a Distribuição são operados num regime de concessões. A concessão de Transporte (Muito Alta Tensão) é explorada pela REN. A EDP Distribuição é a empresa responsável pela distribuição de eletricidade em Portugal, fazendo a ponte entre a REN e os comercializadores. Para exercer a sua atividade a EDP Distribuição detém:

- Concessão nacional da distribuição de eletricidade em AT/MT, renovada por 35 anos em 2009;
- Concessões para distribuição de eletricidade em Baixa Tensão. Atribuídas por cada município, com duração de aproximadamente 20 anos, mas com momentos de renovação diversos.

O negócio de distribuição de energia elétrica contempla essencialmente três tipos de atividades:

- Garantir o abastecimento de eletricidade: escoar a energia dos produtores e abastecer os clientes do comercializador, cumprindo os objetivos regulatórios em termos de qualidade de energia, número e duração das interrupções de energia; repor o fornecimento em caso de avarias na rede;
- Garantir a expansão e a fiabilidade da rede: planejar, desenvolver, operar e manter a rede de distribuição; efetuar ligações à rede de distribuição de clientes e de produtores;
- Fornecer serviços aos comercializadores: mudanças de comercializador (switching), cortes, alterações de potência, leituras, entre outros.

A remuneração da atividade de distribuição é definida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para períodos regulatórios de 3 anos. De forma simplificada, a remuneração da EDP Distribuição pode ser dividida em 3 parcelas:

- Recuperação de custos não controláveis: custos não passíveis de ser alterados por intervenção da EDP Distribuição;
- Recuperação de custos controláveis: custos em relação aos quais o Regulador entende existir alguma possibilidade de otimização por parte da EDP Distribuição e que podem ou não ser aceites na totalidade pelo regulador;
- Amortização e Remuneração do ativo regulatório: compensação pelo investimento realizado em ativos regulatórios.

O valor resultante da soma destas parcelas representa a totalidade de proveitos da EDP Distribuição, que é posteriormente convertido numa tarifa de uso de redes de distribuição (URD).

Adicionalmente à remuneração da sua operação, a EDP Distribuição pode também ser alvo de incentivos ou penalizações, em função do seu desempenho a nível de disponibilidade da rede e perdas.

Para além de desempenhar as suas obrigações com excelência, a EDP Distribuição também reconhece o seu papel como agente facilitador do desenvolvimento do setor elétrico e da relação dos clientes com o consumo de energia. Nesse sentido, a Empresa tem sido o promotor (ou participante ativo) de várias iniciativas, como p.ex.: a implementação na rede de carregamento de veículos elétricos, a implementação de redes inteligentes em Évora e a promoção de pilotos de eficiência energética na iluminação pública, entre outros.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO

O ano de 2013, à semelhança dos anos anteriores, foi rico em produção de legislação com impacte na atividade da EDP Distribuição.

Destacam-se em seguida os diplomas e regulamentos mais relevantes para a atividade da distribuição de energia elétrica.

REGIME SANCIONATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO

A Lei nº 9/2013 de 28 de janeiro aprova o regime sancionatório do setor energético. Este diploma atribui à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) novas competências e reforça os respetivos poderes sancionatórios, nomeadamente o de punir infrações administrativas à legislação que estabelece as bases dos setores da eletricidade e do gás, competindo-lhe a instrução dos processos de contraordenação e a aplicação de coimas e sanções.

A abertura de inquérito pode ser efetuada pela ERSE ou determinada por qualquer particular, promovendo aquela entidade as diligências de investigação que entender.

CONTADORES INTELIGENTES

A Portaria nº 231/2013 estabelece, na sequência do estudo apresentado pela ERSE ao Governo relativo à instalação de contadores inteligentes, que a introdução destes equipamentos fique dependente da avaliação de longo prazo, feita de dois em dois anos, de todos os custos e benefícios para o mercado da substituição dos equipamentos existentes por contadores inteligentes, em particular para os clientes finais. Nos termos previstos na Portaria anteriormente referida, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) deverá apresentar ao Governo a próxima avaliação económica até 31 de maio de 2014.

CONTADORES BI-HORÁRIOS E TRI-HORÁRIOS

Face aos problemas detetados de reparametrização incorreta e de precisão insuficiente do relógio de uma série determinada de contadores, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) aprovou a Diretiva nº 10/2012 de 5 de julho que determinou a compensação dos consumidores afetados pelas anomalias referidas e que, em resultado de auditoria a desenvolver, a ERSE estipularia as medidas adicionais que se viessem a justificar.

Nestes termos, a Diretiva nº 7/2013 determina diversas instruções em sede de (i) procedimentos de compensação aos clientes abrangidos, (ii) procedimentos adotados na aquisição de contadores, (iii) leitura de contadores, (iv) reclamações, verificação do funcionamento dos contadores, reporte de anomalias e respetiva correção, e (v) compensação aos consumidores.

MOBILIDADE ELÉTRICA

O Despacho nº 115/2013 de 4 de janeiro determina a prorrogação da fase piloto do Programa para a Mobilidade Elétrica até à data de aprovação da nova estratégia de revisão do Programa ou até ao dia 30 de junho de 2013, consoante o que ocorra primeiro, e constitui uma equipa encarregada da respetiva revisão técnica.

REGULAMENTO DA QUALIDADE DE SERVIÇO (RQS)

A aprovação do Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) passou a integrar as competências da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e passou a possuir uma abrangência nacional. Para além da aprovação do RQS, o Regulamento nº 455/2013 aprova igualmente o Manual de Procedimentos da Qualidade de Serviço (MPQS). A nova estrutura regulamentar para a qualidade de serviço baseia-se assim na existência de três documentos: RQS, MPQS e Diretiva da ERSE que aprova os parâmetros específicos associados a esta temática.

REGULAMENTO DE RELAÇÕES COMERCIAIS

Entraram em vigor em maio de 2013 as novas condições comerciais aplicáveis às ligações às redes. Essa legislação introduziu algumas alterações à anterior metodologia, nomeadamente no caso das redes BT em que se deu a transferência para o requisitante da responsabilidade pela construção dos troços de rede de uso exclusivo, embora no caso em que se verifiquem situações de inexistência de prestadores de serviços disponíveis para construir a ligação o operador da rede de distribuição assume a responsabilidade pela construção dessa ligação.

FACTOS RELEVANTES EM 2013

REORGANIZAÇÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO

A evolução que se tem verificado no Setor Elétrico nos últimos anos em Portugal e da envolvente em que a EDP Distribuição opera, coloca à Empresa desafios importantes.

A resposta a estes desafios e às exigências deles decorrentes tem sido uma preocupação constante na atividade e na organização da Empresa. Estes desafios, a experiência recolhida da atividade passada, e a necessidade de se preparar para os desenvolvimentos futuros que se perspetivam, conduziu à necessidade de se proceder a uma reestruturação na organização da Empresa que a torne mais objetiva e eficaz na prossecução daquele objetivo.

Esta reorganização incidiu nas áreas operacionais com uma redução no seu número e criação de novas áreas de suporte e gestão específicas, promovendo uma maior especialização e eficiência na sua atividade, a redução de custos e a otimização de recursos humanos e técnicos.

Incidu ainda na criação de novas unidades específicas, na dependência direta do Conselho de Administração, de desenvolvimento de áreas diretamente associadas a compromissos legislativos e regulatórios, a grandes programas de melhoria da eficiência do desempenho em áreas críticas da atividade, à melhoria da qualidade do serviço prestado, à formação técnica de colaboradores da Empresa e de prestadores de serviços externos, e ao relacionamento e cooperação com entidades externas nacionais e internacionais.

PROGRAMA DISTRIBUIÇÃO 2012

Em 2013 procedeu-se ao encerramento do Programa Distribuição 2012 e à apresentação do Programa MOVE cuja atividade terá o seu início em 2014.

Foi um Programa que cumpriu exemplarmente o objetivo para que foi concebido, o qual visava a promoção do foco na Execução e no maior Envolvimento dos colaboradores incentivando a Simplicidade e a Inovação nos processos e tecnologia a utilizar, contribuindo para a mobilização necessária para perspetivar desafios futuros e fazer face aos atuais com que a Empresa se tem deparado nos últimos anos associados às grandes alterações que o Setor Elétrico tem sofrido.

Assentou em cinco eixos estratégicos, Risco Controlado, Rentabilidade Superior, Excelente Qualidade de Serviço, Inovação Constante e finalmente, Cultura Organizacional.

EIXO RISCO CONTROLADO

O Eixo Estratégico Risco Controlado tinha objetivos bem definidos, enquadrado na estratégia do Grupo EDP de atuação com um baixo perfil de risco, nomeadamente pela gestão sustentada dos desafios regulatórios e do capital humano, em articulação com o modelo de outsourcing, conseguindo assegurar bons sistemas, processos e informação de apoio à gestão, promovendo uma cultura de Ambiente e Sustentabilidade em todas as atividades.

No ano de 2013, não obstante ser o ano de conclusão do programa, foi dada continuidade às diversas iniciativas no âmbito do Risco Controlado, com especial destaque para:

FERRAMENTAS DE CONTROLO DE GESTÃO

Esta iniciativa tinha como objetivo fomentar a partilha de melhores práticas de gestão na organização e melhorar o conhecimento do negócio aos vários níveis da organização. Em 2013 foram aprofundadas um conjunto de ferramentas de controlo de gestão que permitem uma atuação mais focada dos vários níveis da organização na criação de valor. Alguns exemplos neste âmbito são: a implementação de um acompanhamento semanal e mensal de diversos indicadores, nomeadamente do imobilizado em curso e respetivas transferências para exploração, face aos montantes investidos. Foram ainda realizados benchmarkings internos e externos o que permitiu identificar áreas de aumento de eficiência.

RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO INTERNO

Esta iniciativa tinha como objetivo reter as capacidades e recursos mais importantes que distinguem a EDP Distribuição de outras empresas similares, fomentar o trabalho em equipa e viabilizar a troca de experiências, partilha de informação, conhecimento e soluções. A Empresa tem dado especial atenção à identificação e divulgação do seu conhecimento crítico, apostando no desenvolvimento das melhores estratégias para a sua retenção e transmissão. Foram realizados diversos workshops ao longo do ano 2013, envolvendo um conjunto alargado de quadros da empresa, o que permitiu continuar a enriquecer o Repositório do Conhecimento e publicar os documentos de suporte na Biblioteca Virtual.

GESTÃO DO RISCO

Em 2013 a EDP Distribuição prosseguiu com as ações de sensibilização e formação dos colaboradores, envolvendo toda a organização desde a macroestrutura, chefias e restantes quadros superiores. O enfoque principal é a adoção de uma política de gestão de risco em toda a organização, considerando-se que o risco é um denominador comum a todas as atividades, sendo perfeitamente quantificável e permitindo priorizar as ações reduzindo os níveis de subjetividade.

Ao nível da gestão dos ativos técnicos a empresa tem vindo a implementar metodologias baseadas no risco, tal como preconizado pelas melhores práticas internacionais (ISO 55.000 - PAS 55). O papel da Matriz de Risco da EDP Distribuição, sendo o documento estratégico da empresa, impacta diretamente em todas as atividades, ajudando à tomada de decisão nas várias fases do processo, desde a elaboração dos planos operacionais até à execução e tendo sempre presente os ciclos de melhoria contínua (feedback e posterior integração).

A Gestão de Risco permite ainda conhecer os riscos associados à nossa atividade e aos nossos ativos, permitindo-nos implementar medidas mitigadoras, as quais, podem passar pela adoção/preparação de planos de contingência e/ou transferência de responsabilidades para as seguradoras.

EIXO RENTABILIDADE SUPERIOR

O final do programa Distribuição 2012 ditou também o final dos trabalhos do Eixo Estratégico Rentabilidade Superior.

Durante os quase quatro anos de atividade, procurou-se uma otimização focada em princípios Lean dos processos core de negócio. Desenvolveram-se e implementaram-se os alicerces de uma futura gestão de ativos baseada na gestão do risco, manteve-se a aposta na disciplina dos custos como fundamental alavanca de criação de valor onde se destaca o Projeto OPEX III, e reforçou-se a capacidade para fazer investimentos criteriosos "on-time" e "on-budget".

As iniciativas incluídas no Eixo Estratégico Rentabilidade Superior continuarão a desenvolver-se de forma independente, reconhecimento da sua importância nevrálgica para a estratégia futura da organização.

São os seguintes os principais desafios que estas iniciativas abraçaram desde o início do programa.

GESTÃO DE ATIVOS

Visou otimizar o Modelo de Gestão de Ativos da EDP Distribuição, baseado na gestão do risco e na otimização de performance e eficiência de custos. Este modelo tem aplicação desde o momento de aquisição até ao abate/alienação dos ativos, baseia-se na gestão do risco e da condição técnica (saúde) e teve o seu arranque com três plataformas principais (i) Especificação, (ii) Implementação e (iii) Gestão da Mudança. Concretizou-se o Piloto PAS-55 na região de Setúbal com identificação e análise dos modos de falha, obtendo-se resultados relevantes ao nível do OPEX e da performance dos ativos.

OPEX

É um projeto transversal ao Grupo EDP que prossegue o desenvolvimento sustentável numa cultura de reforço da eficiência e eliminação do desperdício, contando com o empenhamento ativo de todos os colaboradores num processo global de melhoria contínua dos níveis de competitividade da Empresa.

Está na sua 3ª fase (OPEX III), a decorrer no horizonte 2011-2015 e tem sido revisitado com incremento dos seus níveis de ambição. Atualmente conta com 113 Atividades inseridas em 22 Iniciativas, cobrindo áreas de manutenção, instalações, frota, eficiência energética, recursos humanos, telecontagem e processos LEAN, prevendo-se para 2015 a captação de 28 milhões de euros de poupanças.

Realçam-se a superação dos objetivos com a antecipação em um ano dos resultados previstos, e a contribuição para o fomento de uma cultura de otimização de meios, fazer melhor com menos recursos, com benefícios simultaneamente na vertente ambiental.

LEAN

Após o seu lançamento em 2012-2014, o ano de 2013 representou a consolidação da implementação da metodologia na organização com a implementação de inúmeras iniciativas e o envolvimento de um número muito significativos de colaboradores distribuídos por diversos locais do País. Foram identificados 875 milhares de euros de benefícios potenciais.

INVESTIMENTO

Esta iniciativa visou uma melhoria do processo de gestão de obras de investimento e a otimização da gestão das necessidades de materiais.

Permitiu reunir presencialmente e periodicamente os principais responsáveis pela execução do plano de investimentos e desta forma analisar o desempenho de cada Unidade Operativa (UO), e avaliar os constrangimentos que determinavam o cumprimento das metas definidas.

Tendo sido detetada a necessidade de melhorar o processo de identificação de necessidades de materiais, foi constituída uma equipa com elementos da EDP Distribuição e da EDP Valor da qual resultou um documento com a nova metodologia a adotar.

Desenvolveu-se uma rotina, atualmente em fase de ensaios na equipa SAP, que garantirá de uma forma automatizada e controlada a racionalização das entregas dos materiais e das existências em armazém, aproximando a entrega dos materiais à necessidade da sua aplicação em obra permitindo ganhos económicos e de eficiência. Permitirá exibir os cronogramas de datas de necessidade por material e por obra e da realização de simulações ao planeamento de consumo em obra.

Este projeto permitiu uma melhor utilização dos recursos aproximando a Execução ao Planeamento, quer na vertente de prazos quer das obras aprovadas, sendo que a equipa deixa "frutos", leia-se nova funcionalidade SAP que terá dentro em breve uma repercussão claramente positiva no processo de gestão de materiais.

EIXO EXCELENTE QUALIDADE DE SERVIÇO

Em 2013 foram concluídas as atividades das diversas equipas responsáveis pelas iniciativas e pelos projetos deste Eixo definidas no âmbito do Programa Distribuição 2012. Estes projetos perseguem o objetivo de melhoria da qualidade de serviço atuando em duas vertentes principais: (i) redução das assimetrias entre regiões e (ii) simplificação de processos e valorização do cliente no âmbito do serviço comercial.

A melhoria da qualidade de serviço técnica teve o seu foco principal na Rede MT e assentou em dois projetos. O primeiro, orientado para a captura de valor pelos ganhos em qualidade de serviço na redução de assimetrias, manteve no ano investimentos seletivos no desenvolvimento de rede estruturante, nomeadamente Subestações, Rede AT e MT e Telecomando da rede MT. O segundo atuava ao nível da uniformização dos regimes de neutro e foi concluído no ano anterior tendo havido apenas um investimento residual em 2013.

As ações no âmbito das iniciativas da área do serviço comercial desenvolveram-se ao nível das ligações à rede e da resolução de reclamações, tendo sido integradas as propostas estudadas na atividade das unidades operacionais da Empresa.

EIXO INOVAÇÃO CONSTANTE

Neste Eixo insere-se o Programa InovD, o qual tem permitido fomentar a aproximação da Empresa às entidades Científico e Tecnológicas, Laboratórios e Institutos de Desenvolvimento, e criar um envolvimento de todos os colaboradores na prática quotidiana de uma atitude de inovação e na gestão do ciclo de ideias através da implementação de programas específicos junto deles.

Esta ação tem-se desenvolvido coordenando: (i) estratégias para a implementação e desenvolvimento de I&D na EDP Distribuição no sentido de pesquisar, promover e assegurar a experimentação de novas tecnologias, materiais e práticas; (ii) projetos multidisciplinares, técnicos ou comportamentais, da Empresa; (iii) parcerias com Universidades, Institutos de Investigação Científicas e empresas dotadas de núcleos especializados para identificação de casos com potencial interesse para a EDP Distribuição.

No âmbito deste Programas destaca-se; (i) conclusão de quatro projetos de inovação tecnológica, nomeadamente, otimização da capacidade de Linhas Aéreas, apoios de Linhas Aéreas multinível de tensão, regulação do nível de tensão em Redes de Baixa Tensão e implementação de redes de microsensores inteligentes em subestações para monitorização de ativos estratégicos; (ii) participação ativa no "Energy Storage Innovation in Europe: a mapping exercise" sobre projetos de armazenamento de energia; (iii) participação ativa nas conferências "Advanced Research Workshops on transformers 2013" e "Protection, Automation and Control (PAC) World Conference 2013", visando a partilha de experiências inovadores e pioneiras nas áreas dos transformadores de potência e dos sistemas de proteção, comando e controlo; (iv) desenvolvimento de sessões, internas e externas, para a promoção de partilha e interação entre colaboradores.

EIXO CULTURA ORGANIZACIONAL

Continuando a perseguir o objetivo deste Eixo de consolidar a cultura e o ADN da EDP Distribuição, deu-se continuidade à iniciativa, lançada em 2012, de construção e divulgação de uma Carta de Compromissos da EDP Distribuição, para o que se constituíram 12 equipas no âmbito da ação "Viver os Compromissos nos próximos 12 meses" com o objetivo de dinamizar nas respetivas Direções e Gabinetes a discussão e a recolha de evidências e práticas de aplicação dos compromissos, e lançou-se em 2013 um Survey a todos os colaboradores com o

objetivo de efetuar um balanço da implementação daquela Carta. Na análise dos resultados desta iniciativa, foi evidente que os 12 compromissos fazem parte do dia-a-dia dos colaboradores tendo sido percecionados de forma muito semelhante quer do ponto de vista pessoal quer do ponto de vista das estruturas organizacionais em que estão inseridos.

A fase final da iniciativa “Viver os Compromissos nos próximos 12 meses” que se concretizou em 2013, afigurou-se o momento ideal para se efetuar um balanço dos resultados alcançados e se perspetivarem os próximos desafios. Realizou-se assim um Workshop com a presença de 30 quadros superiores, envolvidos no projeto desde o seu início, que debateu e recolheu ideias chave que se traduziram num Plano de Ações para próximas iniciativas. Este plano e os resultados do Survey realizado, foram apresentados no Encontro de Quadros Superiores da EDP Distribuição conjuntamente com o livro “12 Compromissos – Evidências”.

Ainda durante o ano, iniciou-se a preparação da nova fase deste projeto através da iniciativa “Manter Vivos os Compromissos”, que se traduzirá pela promoção de workshops já em 2014 com o objetivo de potenciar a partilha de experiências entre estruturas e refletir sobre as evidências das suas práticas.

REFORÇO DO COMBATE À FRAUDE

Nos últimos anos tem-se verificado um progressivo aumento das ações de fraude à medição da energia distribuída para consumo final, com efeitos visíveis no valor das perdas de energia e dos valores de consumo registados.

Este facto conduziu à tomada de decisão da Empresa de incrementar a atuação na deteção e combate a estas ações, criando uma equipa constituída por elementos de diversas unidades organizativas com o objetivo de avaliar a adequabilidade dos processos, a necessidade de reforçar meios existentes e de identificar novos métodos e procedimentos que assegurem uma atuação mais efetiva.

Foi assim implementada a Iniciativa Empresarial de Combate à Fraude que consiste na criação de equipas dedicadas e de um grupo de operacionalização e reporte de informação, e o lançamento da Unidade de Desenvolvimento de Combate à Fraude que pretende alinhar os desafios operacionais às opções estratégicas do Plano de Negócios.

Foram identificadas várias ferramentas de melhoria transversais a toda a organização assentes em quatro pilares: (i) Guia de Procedimentos de Anomalias de Consumo; (ii) Processos; (iii) Sistemas e (iv) Organização para implementação em 2013 e anos seguintes.

As principais ações de combate à fraude incidem sobre todas as fases do ciclo de gestão de contagens, (i) instalação/intervenção, (ii) leitura, (iii) procedimentos e (iv) recursos humanos, e têm procedimentos diferenciados para o segmento de clientes com instalação de telecontagem em que a atuação está baseada na análise remota individual dos consumos na Central, comparativamente com o segmento dos clientes sem telecontagem instalada em que a deteção de fraudes recorre à ação de equipas especializadas.

Adicionalmente reforçou-se no ano a colaboração entre estas equipas e as autoridades.

CONTAGEM DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E POSTOS TRANSFORMAÇÃO

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) publicou uma Diretiva que introduz a necessidade de instalar telecontagem nos Postos de Transformação de Distribuição (PTD), permitindo a elaboração de balanços energéticos por nível de tensão e uma melhor monitorização dos trânsitos de energia na Rede de Distribuição facilitando a sua gestão. Adicionalmente, a instalação destas unidades de medida vem reforçar o trabalho já realizado no âmbito da deteção de fraudes e anomalias de consumo.

A mesma revisão regulamentar recomenda a introdução de medição por telecontagem nos novos circuitos de Iluminação Pública (IP), por forma a facilitar a passagem destes contratos para o mercado liberalizado e promover a eficiências energética neste setor.

Com o objetivo de concretizar estes objetivos e após a implementação de pilotos nos concelhos do Porto, Vila Franca de Xira e Lisboa, definiram-se equipamentos, lançaram-se concursos e reforçaram-se meios humanos que permitiram o lançamento desta campanha no final do ano com intervenção nos PTD considerados prioritários.

Prevê-se a instalação dos sistemas de telecontagem nos PTD e na IP até ao final de 2015.

PROGRAMA LEAN

Após o seu lançamento em 2012, o Programa LEAN 2012-2014 traduziu-se no ano pela consolidação da implementação desta metodologia. É um programa que pretende ser um instrumento para uma estratégia multiplicadora da prática da melhoria contínua, envolvendo todas as estruturas organizativas da Empresa e com objetivos muito ambiciosos em termos de número de iniciativas a implementar, de colaboradores a envolver e de resultados a atingir.

Procedeu-se no ano ao lançamento de 605 iniciativas, envolveram-se 1 502 colaboradores e identificaram-se 875 mil euros de benefícios potenciais.

O balanço deste primeiro ano e do caminho percorrido realizou-se em setembro na sessão "Lean in One Day", tendo-se dado visibilidade às iniciativas desenvolvidas e partilhado os desafios encontrados e os sucessos alcançados. Além da EDP Distribuição, esta sessão teve também a presença de outras empresas do Grupo EDP.

Destaca-se ainda o reconhecimento das iniciativas e respetivas equipas candidatas às categorias do Desafio Inter-Equipas, que viram o seu trabalho e os resultados atingidos premiados pelo Conselho de Administração da Empresa nas categorias Índice Dow Jones Sustentabilidade – Económico, Índice Dow Jones Sustentabilidade – Ambiental, Índice Dow Jones Sustentabilidade – Social, Inovação, Equipa+, 5S e Best in Class.

PROJETO OPEX

É um Projeto transversal ao Grupo EDP que visa desenvolver e manter uma cultura de aumento da eficiência e eliminação do desperdício. Encontra-se atualmente na 3ª fase, com a designação OPEX III, e as poupanças anuais estabelecidas abrangem o período 2011-2015.

Durante o ano, a EDP Distribuição introduziu quatro iniciativas novas e reformulou oito com metas mais ambiciosas. As poupanças globais alcançadas, no montante de 25,8 milhões de euros, superaram em 4,4 milhões de euros a meta fixada para o exercício. Para o último ano desta fase prevê-se um reforço das poupanças e a introdução de novas iniciativas, de forma a garantir que os objetivos continuem a ser superados, designadamente a meta de 28 milhões de euros de poupanças definida para 2015.

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Um dos principais objetivos em matéria de Ambiente no ano continuou a ser a promoção da cultura ambiental, a consolidação das melhores práticas e o alinhamento com a estratégia na Empresa, tendo para o efeito sido realizadas 6 reuniões gerais com todos os colaboradores.

Ao nível do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) foi realizada com sucesso a primeira auditoria de acompanhamento e extensão do segundo ciclo de certificação. O perímetro deste sistema continua a crescer, estando atualmente integradas no seu âmbito a Direção de Projeto e Construção, a Direção de Manutenção e a Direção de Automatismos e Telecontrolo, assim como um conjunto significativo de instalações sobretudo Subestações e Postos de Corte AT e MT.

No âmbito do acompanhamento da Empreitada Contínua (EC2010) realizaram-se Auditorias Combinadas de Ambiente e Segurança a todos os oito adjudicatários, assim como um número muito significativo de inspeções conjuntas em obra, nas vertentes Segurança, Qualidade e Ambiente. Foi ainda definido o novo formato em que este tipo de inspeções irá decorrer em 2014, no qual as componentes Ambiente e Segurança passam a estar integradas e realizadas pela mesma entidade externa.

Manteve-se em 2013 a execução do Plano de Promoção Ambiental (PPA) da EDP Distribuição, constituído por três projetos de grande relevância para o desempenho ambiental da empresa: (i) o projeto PENAS dedicado à Avifauna com a correção de linhas, intervenção em ninhos e monitorizações e estudos diversos, (ii) o projeto de melhoria dos sistemas de retenção de óleo em Subestações e (iii) o projeto dedicado à substituição de Transformadores MT/BT contendo óleo com um teor de PCB que permite a utilização até ao fim da sua vida útil, a qual se considerou ser importante antecipar para diminuir o risco ambiental da empresa.

Em dezembro realizou-se o primeiro Workshop Ibérico subordinado ao tema: "Balanço de 10 anos de compatibilização das linhas elétricas e preservação da avifauna na Península Ibérica", iniciativa integrada no âmbito do Protocolo Avifauna V. Este Workshop foi promovido pela Comissão Técnica de Avaliação de Linhas Elétricas e a Avifauna (CTALEA), constituída por representantes da EDP Distribuição, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), SPEA, QUERCUS e LPN.

Contou com a presença de cerca de 90 pessoas, entre as quais colaboradores da EDP Distribuição, Eletricidade dos Açores, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, organizações não-governamentais de ambiente portuguesas e espanholas, assim como com diversos fabricantes de materiais para a proteção da avifauna, com o objetivo de partilhar o conhecimento adquirido ao longo dos últimos 10 anos e de reunir a visão dos diversos intervenientes que se têm dedicado a esta temática.

O ano de 2013 foi um ano de consolidação da atividade na vertente ambiental da Empresa, após conclusão de diversas ações lançadas em anos anteriores, registando-se como facto saliente em termos organizacionais a criação do Departamento de Continuidade do Negócio.

ASSOCIAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO SETOR ENERGÉTICO (AQTSE)

No âmbito do relacionamento com os Prestadores de Serviços Externos (PSE), deu-se continuidade ao desenvolvimento do Projeto "Sustentabilidade do Outsourcing" que passou a ficar enquadrado pela criação e implementação da AQTSE.

Este projeto, desenvolvido em colaboração com os PSE, já permitiu a criação de cursos profissionais de eletricistas de redes (9º ano de escolaridade) e de técnicos de redes elétricas (12º ano de escolaridade), o que no futuro permitirá dotar a EDP Distribuição e os seus fornecedores de técnicos qualificados e em número necessário. Estes cursos serão ministrados nas escolas secundárias com formação profissional a partir do ano

letivo 2014/2015, e nos centros de formação e emprego a partir do 2º trimestre de 2014.

A AQTSE, enquanto centro de reconhecimento de competências das empresas de formação e de qualificação dos cerca de 4 700 técnicos que já hoje constroem, realizam a manutenção e fazem reparação de avarias nas redes elétricas através dos PSE, iniciou em 23 de setembro a atividade de avaliação, do “saber fazer”, dos 25 perfis profissionais identificados começando pelo perfil de “técnico de contagens BTN”, tendo sido avaliados até ao fim do ano 655 técnicos. Paralelamente, procedeu-se à qualificação de entidades formadoras e de parques de treino para suportarem a atividade de formação técnica e de avaliação dos perfis profissionais.

PROJETOS INTERNACIONAIS

A EDP Distribuição deu apoio a um conjunto de solicitações relativas e decorrentes da sua atividade de cooperação e assistência técnica a entidades e empresas congéneres no âmbito internacional.

Esta cooperação desenvolveu-se com países do Continente Africano, concretamente com as Repúblicas dos Camarões, de Angola, da Nigéria, da Guiné Equatorial, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe.

EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da Empresa com referência a 31 de Dezembro de 2013, ou que requeiram divulgação.

O Governo Português aprovou no dia 31 de Dezembro de 2013, o Orçamento de Estado para 2014 no qual cria uma contribuição extraordinária a incidir sobre os operadores económicos do setor energético que desenvolvem as seguintes atividades: i) produção, transporte ou distribuição de energia; ii) transporte, distribuição, armazenamento ou comercialização grossista de gás natural; iii) refinação, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização grossista de petróleo e produtos de petróleo. A taxa da contribuição sobre o setor energético será de 0,85%, sobre o ativo fixo tangível e intangível, reconhecidos na abertura de contas a 1 de Janeiro de 2014, ou no primeiro dia de exercício fiscal.

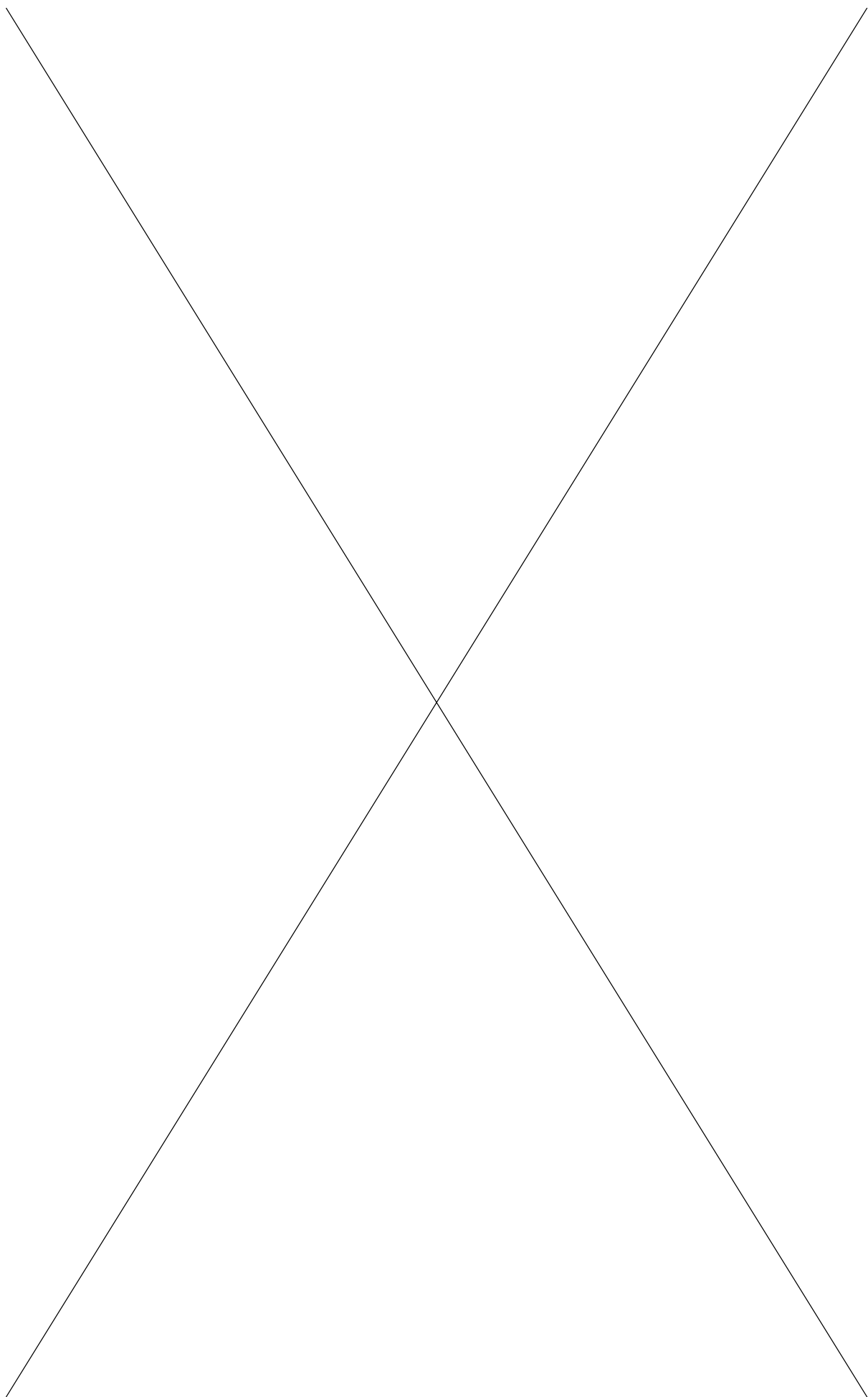
Adicionalmente considera-se relevante referir que em janeiro e em fevereiro de 2014, ocorreram dois fortes temporais, o segundo conhecido por tempestade Stéphanie, ambos com consequências perturbadoras na Rede. Nos referidos fenómenos, em que se verificaram condições atmosféricas muito adversas em todo o território nacional, a EDP Distribuição soube responder adequadamente, quer tomando antecipadamente as precauções adequadas a estas situações, quer utilizando intensamente os recursos de que dispõe com vista a abreviar a reposição do serviço de fornecimento de energia elétrica seriamente afectado.

RISCOS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE

A atividade de distribuição de energia elétrica e, conseqüentemente, os proveitos dela resultante, é naturalmente afetada pelo desempenho da atividade económica do país, pelo que o atual clima de diminuição desta atividade e de incerteza quanto à sua evolução futura, tem repercussões nos resultados da Empresa, associados ao maior ou menor volume da energia distribuída e ao número de clientes, difíceis de prever e quantificar com uma aproximação confortável.

Um desvio de 1% nas quantidades totais de energia distribuída em Alta, Média e Baixa tensões e no número médio de clientes, tem um impacto próximo de 1,4 e de 1,2 milhões de euros respetivamente nos proveitos resultantes desta atividade, podendo variar em função da estrutura da energia entregue por nível de tensão.

Apesar do ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efetivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto desta estar inserida no Grupo EDP, tendo por esse meio suporte do seu acionista e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.



02

ATIVIDADE

Energia 23
Clientes 26

GESTÃO DE ATIVOS

Política de Investimento 29
Caracterização dos Ativos da Rede 30





> AVEIRO



ATIVIDADE

ENERGIA

A energia entrada na Rede de Distribuição no ano de 2013 para satisfazer a procura de energia elétrica no Mercado Regulado (MR) e no Mercado Livre (ML), no valor de 48,6 TWh, registou no final do ano um valor praticamente igual ao verificado em 2012, mostrando uma tendência de inversão da evolução negativa que se vinha observando nos anos anteriores.

A análise mensal da energia distribuída revela uma amplitude do consumo de aproximadamente 18%, verificando-se que no último trimestre do ano pode ultrapassar a média mensal em 10% em linha com a recuperação que se verificou durante o ano com maior relevância no 2º semestre.

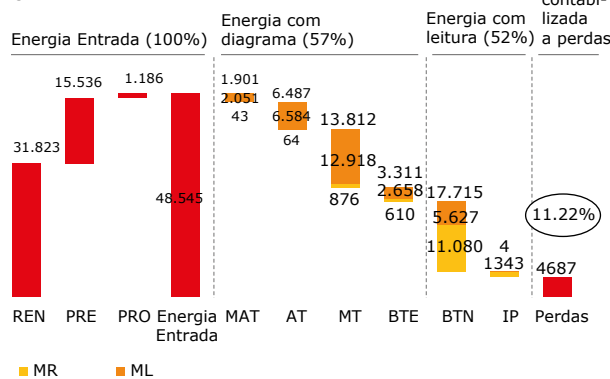
A energia saída da Rede para alimentação dos consumos dos clientes, no valor de 43,9 TWh, teve um decréscimo de 1,8% comparativamente com o ano anterior. Comparando com a evolução verificada em 2012 em que se verificou uma redução dos consumos de 4%, esta evolução mostra também a tendência de desaceleração da queda dos consumos.

A análise das evoluções da energia distribuída por níveis de tensão mostra comportamentos diferentes, verificando-se que para os níveis mais altos, Muito Alta Tensão (MAT) e Alta Tensão (AT), a evolução é positiva, no valor de 4,2%, por contrapartida com a evolução verificada na Baixa Tensão (BT) que, incluindo além da Baixa tensão Normal (BTN) a Baixa Tensão Especial (BTE) e a Iluminação Pública (IP), foi de -5,0%. Na Média Tensão (MT) manteve-se praticamente o consumo no final do ano com um muito ligeiro decréscimo. No entanto, considerando que houve a migração de consumos deste nível de tensão para a Alta Tensão, sem este efeito teríamos verificado uma evolução positiva em Média Tensão.

Se compararmos individualmente as evoluções dos consumos por nível de tensão verificadas este ano com as do ano anterior, podemos concluir que a contribuição para a tendência de recuperação do consumo global teve a contribuição de todos os níveis de tensão.

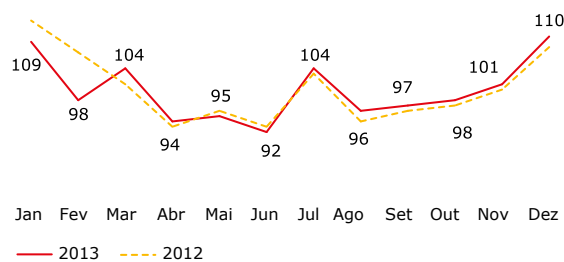
BALANÇO ENERGÉTICO

GWh



ENERGIA DISTRIBUÍDA MENSAL

base 100 = média mensal



BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

GWh

	2012	2013	VAR
Energia Entrada na Rede de Distribuição (1)	48 559	48 545	0,0%
Energia Saída da Rede de Distribuição	44 654	43 858	-1,8%
Perdas da Distribuição	3 904	4 687	20,1%
Distribuição de Energia (2)	44 654	43 858	-1,8%
Muito Alta Tensão	1 901	2 095	10,2%
Alta Tensão	6 487	6 648	2,5%
Média Tensão	13 812	13 793	-0,1%
Baixa Tensão Especial	3 311	3 268	-1,3%
Baixa Tensão	17 714	16 707	-5,7%
Iluminação Pública	1 428	1 347	-5,7%

(1) Inclui consumos MAT

(2) Inclui perdas

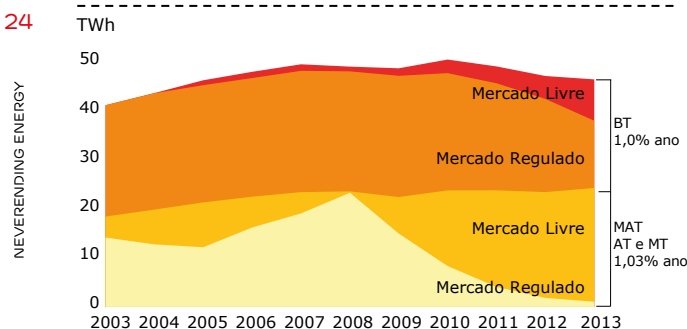
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

	2012	2013	VAR
Distribuição de Energia ao Mercado Regulado	19 767	14 016	-29,1%
Muito Alta Tensão	73	43	-40,2%
Alta Tensão	192	64	-66,6%
Média Tensão	1 480	876	-40,8%
Baixa Tensão Especial	985	610	-38,1%
Baixa Tensão	15 609	11 080	-29,0%
Iluminação Pública	1 428	1 343	-6,0%
Distribuição de Energia ao Mercado Livre	24 887	29 838	19,9%
Muito Alta Tensão	1 828	2 052	12,2%
Alta Tensão	6 296	6 584	4,6%
Média Tensão	12 332	12 917	4,7%
Baixa Tensão Especial	2 326	2 658	14,3%
Baixa Tensão	2 105	5 627	167,4%
Iluminação Pública	0	4	

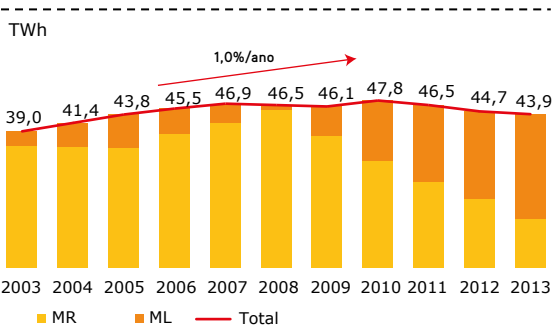
A distribuição do consumo pelos dois mercados, Mercado Regulado (MR) e Mercado Livre (ML), mantém a mesma tendência verificada nos últimos anos com um aumento visível do consumo no ML por contrapartida do consumo no MR. É particularmente visível o aumento verificado no nível de tensão Baixa Tensão Normal (BTN), como resultado da migração dos clientes deste nível de tensão de acordo com o calendário para este processo estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para este segmento de clientes.

A evolução do consumo de energia elétrica nos últimos anos, desagregada por mercados está representada no gráfico seguinte, sendo visível os momentos diferentes em que a liberalização do mercado de energia elétrica foi sucessivamente sendo lançado.

EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA



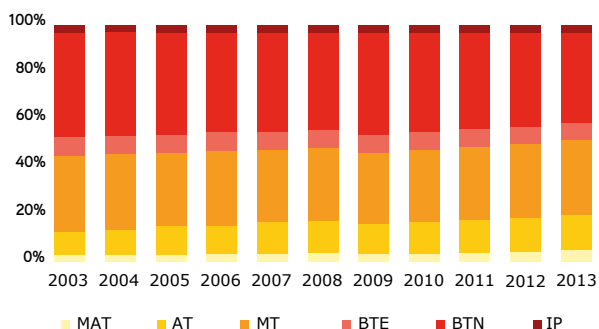
EVOLUÇÃO DA ENERGIA DISTRIBUÍDA



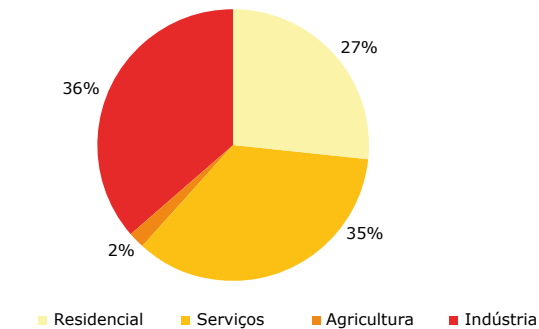
A estrutura dos consumos por nível de tensão mantém-se praticamente constante ao longo dos últimos anos, sendo as entregas em Baixa Tensão Normal (BTN) predominantes com um peso de 38% do total da energia distribuída, logo seguida da Média Tensão (MT) com um peso de 31%. Regista-se uma ligeira diminuição do peso da BTN, nível de tensão em que, percentualmente, se verificou um maior abrandamento dos consumos nos últimos anos em resultado da situação económica vivida no país.

A repartição da energia distribuída em função do setor de atividade económica é a seguinte.

ESTRUTURA POR NÍVEIS DE TENSÃO

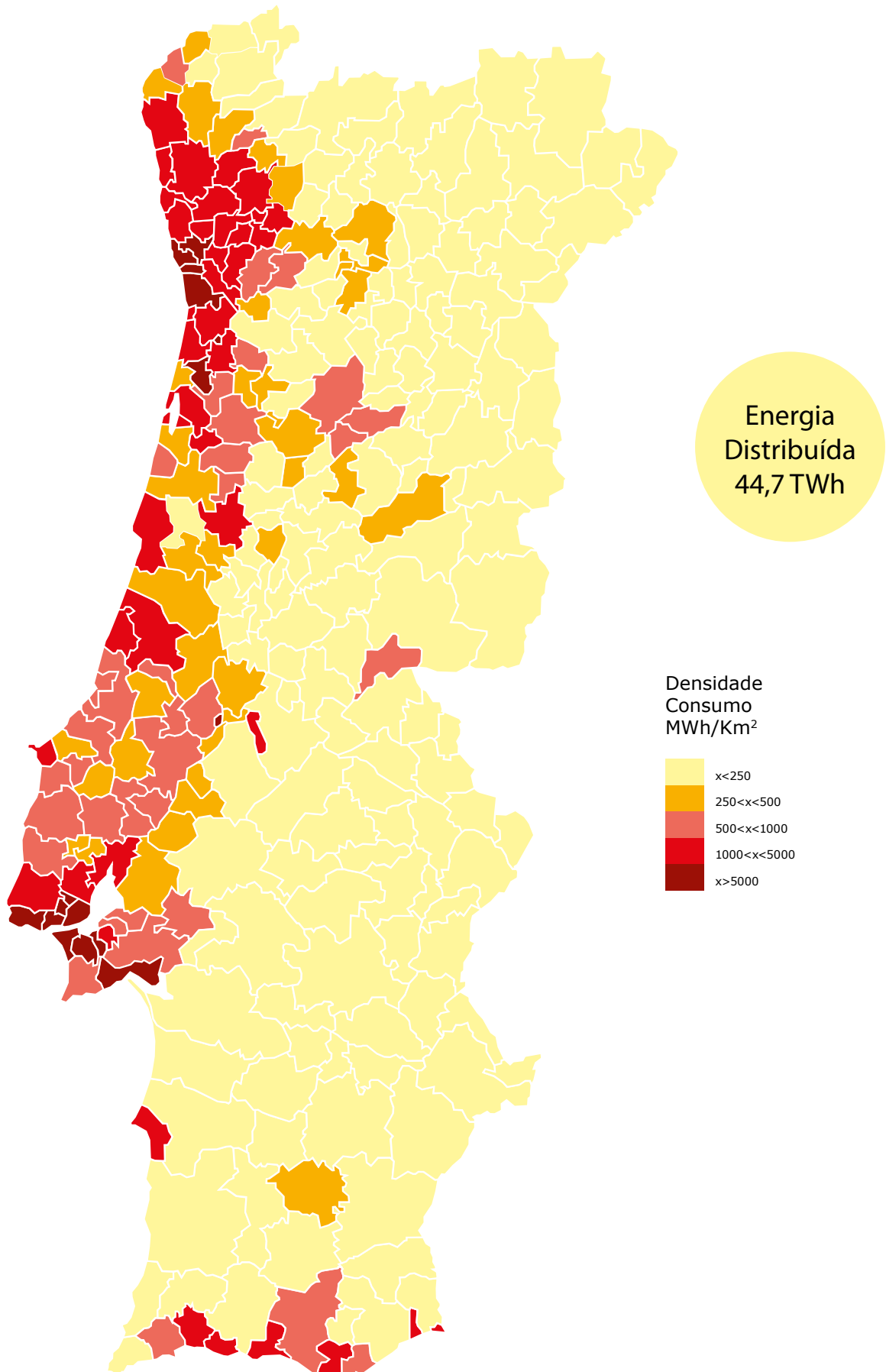


ESTRUTURA DO CONSUMO POR SETOR EM 2013



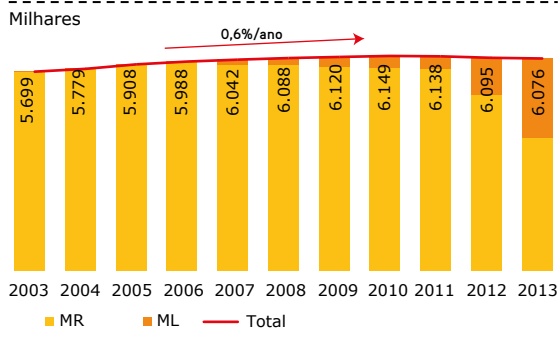
A distribuição regional em Portugal Continental dos níveis de procura da energia elétrica, representada pela densidade dos consumos em cada município, está representada no mapa seguinte, mantendo-se a grande concentração dos consumos no litoral do país e nas periferias das grandes cidades.

DENSIDADE DO CONSUMO DE ENERGIA



CLIENTES

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES



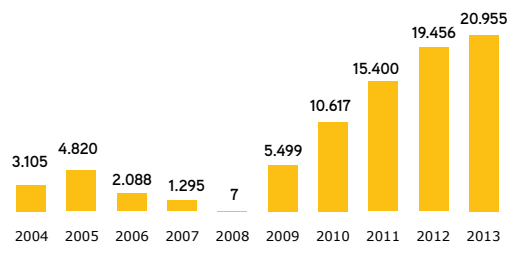
Manteve-se no ano a tendência negativa da evolução do número de clientes ligados à Rede de Distribuição registando-se uma redução em 2013 de 0,3% comparativamente com o ano de 2012. Verifica-se, no entanto, um abrandamento nessa tendência se compararmos com a redução de 0,7% do ano anterior.

Em termos absolutos, este abrandamento na redução no número de clientes reside principalmente nos clientes dos níveis de tensão Baixa Tensão Normal (BTN) em que se verifica uma redução de 0,3% contra uma redução de 0,8% no ano anterior, e Baixa Tensão Especial (BTE) em que se registou uma inversão de -1,0% para +0,2%.

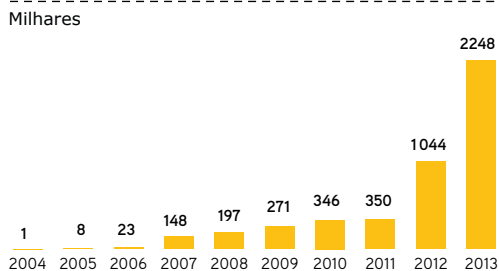
É a seguinte a evolução do número de clientes nos últimos dez anos e a respetiva repartição pelos Mercados Livre e Regulado.

O movimento de migração dos clientes do Mercado Regulado (MR) para o Mercado Livre (ML) acentuou-se significativamente neste ano e, à semelhança do ano anterior, reside principalmente no universo dos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN). Este facto está de acordo com o estipulado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em que, com início em junho 2012 e com conclusão em dezembro de 2015, todos os clientes deste nível de tensão deverão escolher um comercializador e abandonar o MR. Este movimento de migração é bem visível nos gráficos seguintes.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE CLIENTES - ML MAT / AT / MT



EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE CLIENTES - ML BT



É o seguinte o número de clientes em 2013 por nível de tensão e por mercados:

NÚMERO DE CLIENTES NO FINAL DO ANO

	MR	ML	TOTAL
MAT (Muito Alta Tensão)	0	65	65
AT (Alta Tensão)	11	272	283
MT (Média Tensão)	2 918	20 618	23 536
BTE (Baixa Tensão Especial)	6 386	27 151	33 537
BTN (Baixa Tensão Normal)	3 738 997	2 220 054	5 959 051
IP (Iluminação Pública)	58 521	955	59 476
Total	3 806 833	2 269 115	6 075 948

Mantiveram-se durante o ano as ações internas e externas com o objetivo de garantir e melhorar o já excelente relacionamento com os clientes conseguido em anos anteriores, procurando uma cada vez melhor qualidade do serviço, técnico e comercial, prestado e do apoio disponibilizado para fazer face e resolver os diversos problemas que se lhes colocam.

Continuou assim o processo de contactos regulares presenciais com os clientes de Muito Alta (MAT), Alta (AT) e Média (MT) tensões, assim como a alguns de Baixa Tensão Especial (BTE), e a entidades representativas de empresas e clientes. Foram realizadas no ano 6 255 visitas neste âmbito e promoveram-se ainda encontros com comercializadores de energia no mercado e com outros distribuidores de eletricidade em Baixa Tensão, na sequência de alterações introduzidas na nova versão do Regulamento de Qualidade de Serviço associadas ao protocolo de comunicações a celebrar entre operadores de redes.

No mesmo âmbito do relacionamento com o cliente, a EDP Distribuição decidiu promover o contacto por via de mensagem escrita (SMS) em determinadas operações seguindo uma tendência dos últimos anos na generalidade dos setores com o objetivo de aumentar a proximidade com os clientes, comunicar de forma mais eficaz em momentos críticos e tornar mais eficiente as suas operações.

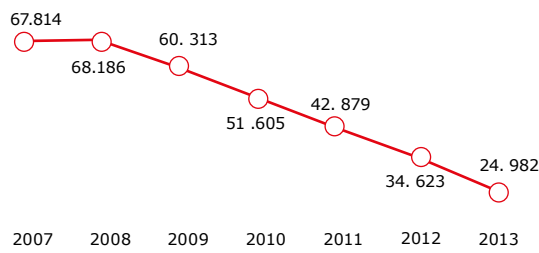
Internamente incrementou-se a divulgação de mais e melhor informação entre as diversas estruturas da Empresa com atividade nesta área, manteve-se um controlo apertado sobre os diversos processos e métodos

muito influenciados pelas alterações frequentes na regulamentação vigente, e realizaram-se jornadas de ligação com as direções da Empresa envolvidas na ligação de obras de terceiros à rede.

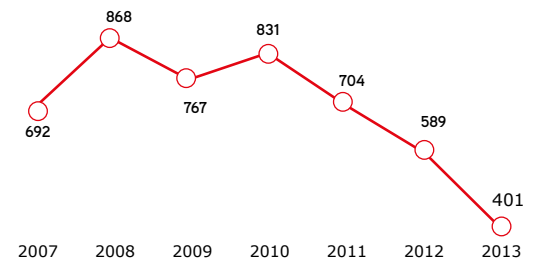
A evolução do número de novas ligações, quer no nível de tensão de Média Tensão (MT) quer no nível de tensão de Baixa Tensão (BT), mantém a tendência de redução verificada nos últimos anos reflexo do difícil clima económico que o país vive.

A atividade associada a este tipo de operações tem sido objeto de melhoramento e implementação de processos internos e de operacionalidade com os prestadores de serviço, procurando maior eficácia e eficiência na sua concretização com efeitos significativos na redução dos esforços financeiros e humanos envolvidos, simultaneamente com um melhor serviço prestado ao cliente.

NOVAS LIGAÇÕES BT (REALIZADAS)



NOVAS LIGAÇÕES MT (REALIZADAS)

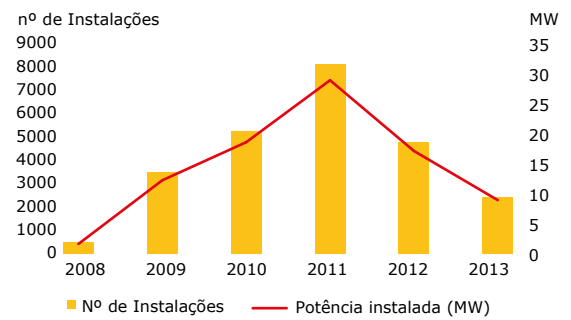


MICROPRODUÇÃO

As instalações de microprodução são unidades de produção de energia elétrica caracterizadas por terem baixas potências instaladas e de serem ligadas à Rede de Baixa Tensão. As respetivas condições de instalação, licenciamento e relacionamento comercial para a ligação à Rede estão definidas por normativos específicos regulamentados pelo Decreto-Lei nº 363/2007.

A evolução do número de novas instalações ligadas à Rede de Distribuição nos últimos anos é um espelho desta política e dos normativos implementados e está patente no gráfico seguinte.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE MICROPRODUÇÃO LIGADAS POR ANO



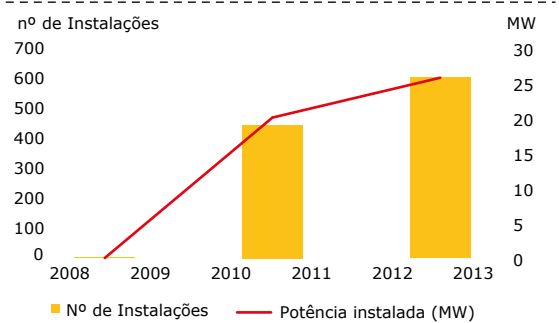
Durante o ano, foram ligados 2 424 novos clientes (4 787 em 2012), com uma potência de 9 MW (17MW em 2012), existindo, no final do ano 24 536 microprodutores em exploração com uma potência total instalada de 88 MW. Neste número de clientes predomina o tipo de produção fotovoltaico seguido do eólico.

MINIPRODUÇÃO

A ligação destas instalações enquadra-se na Estratégia Nacional para a Energia (ENE2020) e está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 34/2011 de 8 de Março. Foram definidos três escalões distintos associados a este tipo de clientes de acordo com a potência de ligação: (i) escalão I até 20kW, (ii) escalão II de 20 a 100kW e (iii) escalão III de 100 a 250kW e baseiam-se, individualmente, num único tipo de produção.

É um regime de produção descentralizada que complementa o regime estabelecido para a microprodução, na expectativa de aproveitar o sucesso verificado com este regime desde que foi implementado.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE MICROPRODUÇÃO LIGADAS POR ANO



A evolução verificada na ligação à Rede de Distribuição deste tipo de produtores demonstra a boa aderência dos clientes a este regime. Foram ligados durante o ano 602 novos clientes (442 em 2012) com uma potência de 26 MW (21 MW em 2012), predominando o tipo de produção fotovoltaica.

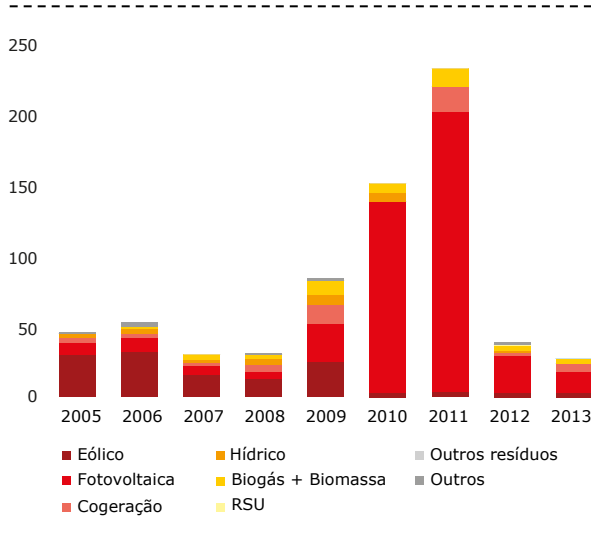
LIGAÇÃO DE PRODUTORES EM REGIME ESPECIAL (PRE)

A tendência de diminuição do número deste tipo de instalações ligadas verificada no ano anterior manteve-se em 2013.

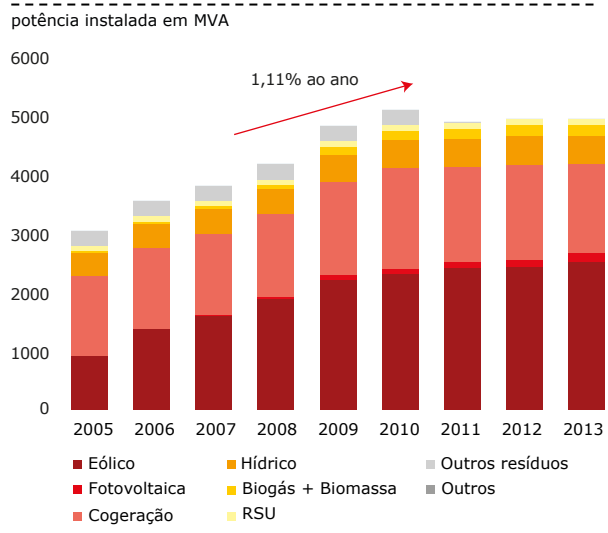
O número de novas instalações ligadas foi de 27 (38 no ano anterior), com uma potência instalada de 117,9 MVA (63,6 MVA em 2012). O tipo de produção predominante ligado no ano é o Eólico.

No final do ano, estavam ligados à rede de distribuição 995 (998 em 2012) instalações de Produtores em Regime Especial com 4 935 MVA (4 156 MVA em 2012) de potência instalada, quantidades que resultam das novas ligações e desligações concretizadas no ano. No total das instalações ligadas, predominam a de tipo de produção Fotovoltaica logo seguido dos tipos Eólica, Cogeração e Hídrica.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES DE PRE'S LIGADOS POR ANO POR TIPO DE PRODUÇÃO



POTÊNCIA TOTAL DE PRE'S INSTALADA POR ANO POR TIPO DE PRODUÇÃO



GESTÃO DE ATIVOS



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Enquadrada na legislação em vigor e tendo presente as orientações políticas energéticas nacionais, a política de investimento da EDP Distribuição concretiza-se no conjunto de investimentos que têm como objetivo final assegurar a alimentação das cargas e a ligação de produtores, tendo em vista a satisfação dos consumos previstos em condições técnicas adequadas e de acordo com as exigências regulamentares, nomeadamente em termos de qualidade de serviço, procurando simultaneamente o aumento da eficiência da rede e o retorno dos investimentos.

As obras de investimento em redes de distribuição podem, de acordo com a sua motivação principal e oportunidade, classificar-se em:

- Investimento Obrigatório – engloba obras de investimento inerentes à ligação de novos clientes e produtores incluindo loteamentos e urbanizações, e compreendem as obras necessárias à criação de condições na rede para a alimentação dos consumos e/ou receção da energia, e ainda às relacionadas com o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão com os municípios.
- Investimento de Iniciativa da Empresa – engloba as obras de investimento inerentes à manutenção e melhoria das condições de funcionamento da rede.

Neste âmbito incluem-se os aumentos de capacidade existente, a reabilitação de instalações que se encontram desadaptadas face às exigências técnicas atuais e a instalação de aparelhos telecomandados na Rede MT.

O Investimento de Iniciativa de Empresa é definido tendo em consideração a racionalidade técnico-económica, as exigências de qualidade de serviço técnica impostas pelo Regulamento de Qualidade de Serviço bem como os incentivos à sua melhoria e à redução da energia de perdas expressos no Regulamento Tarifário, e ainda os objetivos inerentes à manutenção e melhoria das condições de alimentação de clientes pré-existentes e preocupações ambientais.

O Investimento de Iniciativa de Empresa encontra-se caracterizado em diversos Programas de Investimento, cada um deles de âmbito específico, e enquadrados num ou mais dos seguintes quatro vetores: (i) Segurança de Abastecimento, (ii) Qualidade de Serviço, (iii) Eficiência da Rede e (iv) Eficiência Operacional.

As preocupações com a proteção ambiental têm condicionado de forma significativa o projeto das instalações, principalmente no que se refere à localização de futuras instalações, sobretudo subestações. Adicionalmente, as exigências ambientais implicam o crescente recurso ao estabelecimento de linhas subterrâneas, designadamente nos troços de aproximação às subestações onde se verifica uma maior concentração de traçados de energia, ou nas imediações de agregados populacionais.

Como detentora da concessão da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Média e Alta Tensão em Portugal Continental e das Redes de Distribuição em Baixa Tensão em todos os municípios do país, a EDP Distribuição está obrigada a realizar de dois em dois anos o Plano de Desenvolvimento e Investimento quinquenal da Rede de Distribuição (PDIRD), conforme estabelecido em legislação publicada em 2012, o qual deve estar coordenado com o planeamento da Rede de Transporte e tendo por base a caracterização técnica da Rede e da oferta e procura atuais e previstas. Este Plano é enviado, cada ano par, de acordo com a legislação, à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para apreciação, que por sua vez o remete à ERSE após eventuais alterações a qual a submete a consulta pública. No fim do processo, o Plano é sujeito a aprovação pelo Governo.

No PDIRD 2012 - 2016 estabeleceu-se uma estratégia para a melhoria da qualidade de serviço técnica incidindo na redução das assimetrias verificadas entre regiões, e conferiu-se especial atenção à melhoria da eficiência da Rede com a criação de um programa específico para redução complementar da energia de perdas.

Existem metas de produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis ou de cogeração definidas no âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e no Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão PNALEII, mantendo pressão na ligação de Produtores em Regime Especial (PRE) às redes de Alta Tensão e Média Tensão nos próximos anos.

As redes de distribuição apresentam capacidade de ligação suficiente para satisfazer a maioria dos pedidos conhecidos. Nos casos em que não dispõe dessa capacidade, estão previstos os projetos necessários para permitir essas ligações.

Adicionalmente, o crescente incremento da produção descentralizada de eletricidade em Baixa Tensão (microprodução e miniprodução) e o impacto dessa produção no funcionamento das redes de baixa tensão são acompanhados com desenvolvimentos previstos no âmbito do projeto InovGrid, prevendo-se a implementação de funcionalidades avançadas de gestão da rede de distribuição.

A EDP Distribuição definiu como estratégia investir nas redes inteligentes com o objetivos de (i) melhorar a qualidade de serviço da rede de distribuição, (ii) integrar as renováveis e microgeração nesta rede, (iii) promover a participação ativa dos consumidores no mercado de energia e (iv) obter maior eficiência operacional.

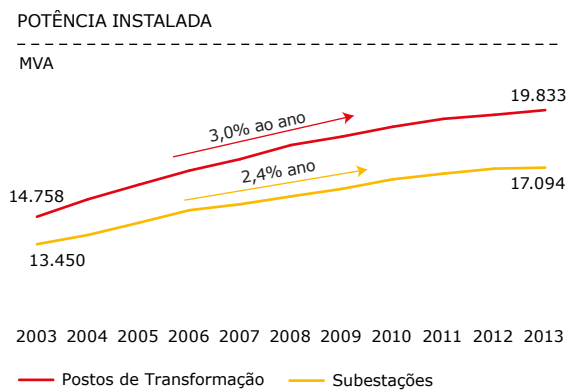
CARACTERIZAÇÃO DOS ATIVOS DA REDE

O Quadro seguinte dá-nos a indicação da quantidade dos ativos da Rede em serviço no final do ano.

RUBRICA	UNID	2013 NO FINAL DO ANO
Subestações		
Unidades	nº	411
Transformadores	nº	719
Potência instalada	MVA	17 094
Linhas (inclui ramais)		
km		
83 542		
Aéreas		
AT (60/132 kV)	km	66 974
MT (6/10/15/30 kV)	km	8 779
Cabos Subterrâneos	km	58 195
AT (60/132 kV)	km	16 568
MT (6/10/15/30 kV)	km	524
MT (6/10/15/30 kV)	km	16 044
Postos de Transformação		
Unidades	nº	66 023
Potência instalada	MVA	19 833
Redes BT (km)		
141 324		
Aéreas		
	km	108 197
Subterrâneas		
	km	33 127

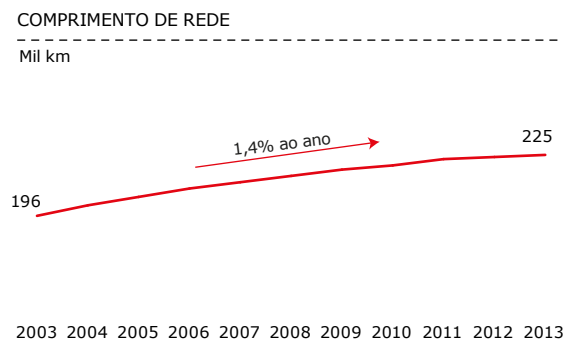
A evolução dos Ativos da Rede, além de garantir a satisfação da procura, é o resultado de um planeamento cuidado com o objetivo de otimizar o seu desempenho em termos de eficiência paralelamente com uma cada vez melhor qualidade de serviço.

Cumprindo aquele planeamento, comparativamente com o ano anterior verifica-se uma redução no número de subestações de 3 unidades, a qual se deve à retirada de serviço de Subestações da Rede de Média Tensão (MT) por contrapartida do reforço das Subestações AT/MT e consequente aumento da potência instalada. Estas ações inserem-se no plano de reestruturação das redes de Alta Tensão (AT) e Média Tensão (MT) que inclui a normalização dos diferentes patamares de tensão da Rede MT.



As potências instaladas em subestações e em postos de transformação tiveram uma evolução de 2,4% e 3,0% ano nos últimos 10 anos de acordo com a política seguida de melhoria da qualidade de serviço.

A evolução do comprimento da Rede segue também a mesma tendência de crescimento, sendo mais visível nos níveis de tensão mais altos de acordo com o plano de melhoria do seu desempenho.



No âmbito da atividade de proteção, comando e controlo de instalações, prosseguiu o investimento no desenvolvimento do Telecomando da Rede de Média Tensão tendo-se atingido no ano o objetivo proposto pela EDP Distribuição no que respeita à respetiva expansão aos Postos de Seccionamento (PTS) e aos pontos estratégicos definidos na Rede por intermédio dos Órgãos de Corte de Rede (OCR).

Prosseguiu também a montagem e modernização de novos sistemas de Proteção, Comando e Controlo (SPCC) em instalações. Este programa que se prevê concluir em 2015, já garantiu a total automatização de 70% das Subestações AT/MT.

Estas operações traduzem a forte aposta da Empresa na sustentação da qualidade de serviço e na redução dos tempos de deteção de defeito e de reposição do serviço, com ganhos nos custos de operação.

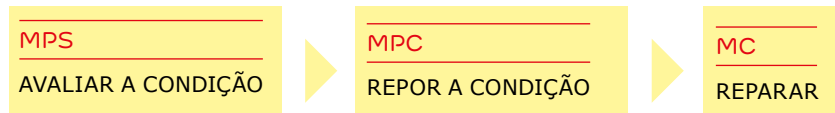
POLÍTICA DE MANUTENÇÃO

Ao nível da política de manutenção, a EDP Distribuição está alinhada com as melhores práticas internacionais sendo em muitos casos considerada como uma referência no setor.

Uma forte aposta na monitorização e na avaliação da condição técnica dos ativos tem permitido atuar de forma proactiva antes do aparecimento das falhas, minimizando o número de interrupções no fornecimento de energia elétrica. Esta abordagem foi preponderante para o bom desempenho dos ativos técnicos e contribuiu de forma decisiva para a melhoria da qualidade de serviço técnica (QST).

Para garantir a boa condição técnica dos ativos, tem-se procurado efetuar as ações de Manutenção Preventiva Sistemática (MPS) e Manutenção Preventiva Condicionada (MPC) de forma integrada, avaliando a condição e despoletando o processo de reposição da condição técnica sempre que se justifique.

Esta prática tem permitido maximizar o desempenho destes ativos e uma redução significativa das ações de manutenção corretiva.



Complementarmente tem havido uma procura incessante de novas técnicas e processos que apontam para fortes melhorias do desempenho e permitem a redução dos custos de manutenção.

A necessidade de uma monitorização constante dos ativos técnicos, permitindo atuar momentos antes da falha, levou à adoção de critérios de manutenção baseados na sintomatologia. O cruzamento de dados físicos, medidas e análises são preponderantes para a determinação dos índices de saúde destes ativos e, conseqüentemente, para a determinação da probabilidade de falha dos mesmos.

Nesta ótica, a EDP Distribuição tem vindo a procurar integrar métodos on-line de monitorização da condição dos ativos, através de técnicas não intrusivas e que permitem atuar de forma preditiva otimizando a operacionalidade dos mesmos com riscos controlados e custos bem justificados. A aposta na sensorização surge assim de forma natural, em resposta à necessidade de monitorização da condição destes equipamentos em tempo real.

Globalmente, as políticas e os critérios de manutenção e todo um trabalho de sensibilização e motivação para a qualidade dos ativos traduziram-se na confirmação da tendência de redução dos incidentes, sobretudo os de longa duração.

FAIXAS DE PROTEÇÃO E REDE SECUNDÁRIA DE FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Em Portugal a área ocupada por floresta corresponde a cerca de 39% do território, pelo que uma grande percentagem de Rede Aérea AT/MT cruza zona florestal. Dos aproximadamente 84 000 km de Rede de Alta e Média Tensão (AT/MT), cerca de 67 000 km são em traçado aéreo e destes, 26 000 km estão estabelecidos em zona florestal.

Como operador de rede, a EDP Distribuição obriga-se a manter e gerir estes ativos técnicos garantindo o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente no integral cumprimento do DR 1/92 de 18 de Fevereiro – Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta e Média Tensão (RSLEAT).

A Empresa procede à monitorização da condição técnica da Rede Aérea AT/MT através da realização de inspeções visuais, termográficas e com medição de distâncias, por laser, dos condutores aos obstáculos (edifícios, árvores, ...), sobretudo por via aérea através de helicóptero. Em função da avaliação efetuada, a EDP Distribuição prioriza e estabelece planos de manutenção com o intuito de assegurar a boa exploração da rede, nomeadamente garantindo as distâncias regulamentares dos condutores às árvores.

No ano efetuaram-se ações de manutenção da faixa de proteção em aproximadamente 6 400 km de Rede Aérea AT/MT que corresponde a aproximadamente 25% da Rede AT/MT estabelecida em zona florestal.

De acordo com o DL 124/06 de 28/06 (com a nova redação dada pelo DL 17/09 de 14/01), a Empresa é também responsável pela gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior, para cada um dos lados, a 10 metros para as Linhas Aéreas de Alta Tensão e 7 metros para as Linhas Aéreas de Média Tensão, nos troços de rede que integrem as Redes Secundárias de Faixa de Gestão de Combustível conforme o definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Estas ações enquadram-se no Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI) visando: (i) a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo; (ii) a redução dos efeitos da passagem de incêndios protegendo de forma passiva as infraestruturas; (iii) o isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Em 2013, a EDP Distribuição procedeu à constituição/reconstituição de 4 359ha de Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível, cumprindo integralmente com o definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Estas ações corresponderam a um investimento de aproximadamente 2,4 milhões de euros.

2013

	km	ha	€
Constituição/renovação de RSFGC AT	520,6	1.301,5	729.219
Constituição/renovação de RSFGC MT	2.038,4	3.057,6	1.647.528
Total:	2.559,0	4.359,1	2.376.747

PROGRAMA GESTÃO DE ATIVOS

Em 2013 foi lançado o Programa Gestão de Ativos com o propósito de implementar um modelo de gestão que irá transformar a EDP Distribuição numa empresa de referência pela gestão dos seus ativos, por via da implementação de um Sistema de Gestão de Ativos de acordo com o BSI PAS 55:2008 do Institute of Asset Management (IAM), e cobrindo todas as fases do ciclo de vida.

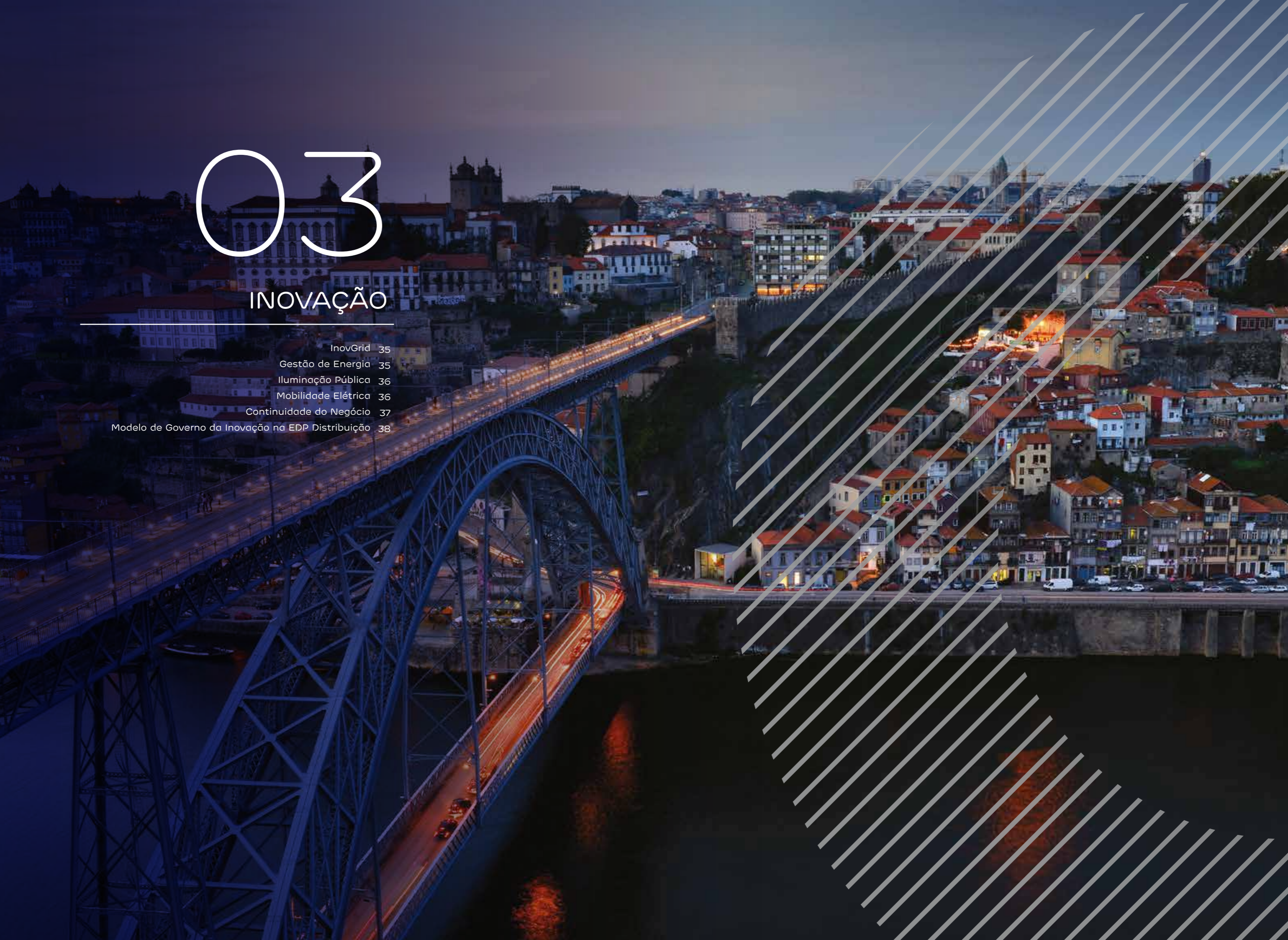
É um Programa baseado na gestão do risco e da condição técnica (health) envolvendo toda a organização, que começou a ser desenhado em 2012 estando atualmente os processos a serem redesenhados para viabilizar a integração do modelo e a respetiva incorporação naqueles dois conceitos.

A avaliação de conformidade realizada por entidade reconhecida pelo IAM, evidencia um estágio que reflete uma importante evolução do modelo de gestão e uma aproximação a níveis de excelência em muitos dos itens avaliados, evolução essa também refletida nos resultados alcançados quer na redução dos custos (Opex) quer no reforço da performance dos ativos.

03

INOVAÇÃO

InovGrid	35
Gestão de Energia	35
Iluminação Pública	36
Mobilidade Elétrica	36
Continuidade do Negócio	37
Modelo de Governo da Inovação na EDP Distribuição	38





> PORTO



INOVAÇÃO



INOVGRID

O Projeto InovGrid continuou a perseguir o objetivo de implementar as infraestruturas e as transformações na rede associadas ao paradigma das redes de distribuição inteligentes. É um projeto que se distingue pelo seu carácter pioneiro em matéria de inovação tecnológica, pretendendo responder à necessidade de modernização da rede de distribuição para alcançar os objetivos Europeus de eficiência energética e de integração de energias renováveis, permitindo ainda o desenvolvimento de novos serviços e produtos facilitadores da gestão mais eficiente da operação da rede e da participação mais ativa do cliente naqueles objetivos.

Em termos operacionais, para além da implementação das infraestruturas a qual passou pelo alargamento do processo a novos municípios, com início em Alcochete e Guimarães e com continuação, durante o ano, nos restantes previstos nesta fase da implementação, nomeadamente São João da Madeira, Lamego, Marinha Grande, Batalha e as ilhas barreira de Faro e Tavira, foi também incrementada a utilização da informação obtida na Inovcity (implementação do Projeto em Évora), quer na vertente da relação com os comercializadores de energia, quer na vertente de dotar as equipas operacionais com informação mais precisa para as suas intervenções.

Foi também iniciada a implementação dos projetos de (i) instalação de Telecomando de Média Tensão (TCMT) nos postos de transformação com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço técnico, (ii) do projeto de Telegestão da Iluminação Pública e (iii) da medição da energia saída dos transformadores dos postos de transformação.

Do ponto de vista de desenvolvimento da solução, a atividade no ano serviu essencialmente para (i) consolidar a opção por tecnologias normalizadas, como o PLC Prime, (ii) a diversificação de potenciais fornecedores de equipamentos contribuindo para a interoperabilidade, concorrência e redução do risco, (iii) o processo, metodologia e ferramentas de teste e de instalação/configuração de equipamentos para a promoção da garantia de qualidade e do desempenho e (iv) o avanço na área das comunicações de dados procurando flexibilidade da arquitetura, capacidade de gestão da rede e segurança.

A notoriedade a nível nacional e internacional já alcançado por este Projeto continuou o seu registo de sucesso nomeadamente junto da Comissão Europeia (CE), tendo sido distinguido com o EEGI Project Core Label da European Electricity Grid Initiative reconhecendo o seu percurso inovador no âmbito da integração de novas tecnologias, muito delas provenientes das iniciativas que têm vindo a ser operacionalizadas no terreno. Para além desta distinção, foi considerado por parte da DG Clima da Comissão Europeia como um caso de sucesso em Portugal no âmbito da campanha "Um mundo que me agrada, com clima que gosto", sendo apresentado como uma solução inteligente e inovadora de redução de poluição de CO2 que melhora a qualidade de vida das pessoas.

O reconhecimento internacional também está patente no número de visitas ao site do Inovgrid que este ano superou as 52 mil visitas, para além de inúmeras visitas locais de relevo a Évora com destaque para a do Diretor para a Tecnologia de Baixo Carbono da DG Ação Climática da Comissão Europeia, Humberto Rosa, e do representante da DG de Energia da Comissão Europeia, Patrick Van Hove.

Salienta-se a presença da EDP Distribuição em mais de uma dezena de Projetos Europeus, com um budget global de cerca de 80 milhões de euros, e no qual se destaca o Projeto SuSTAINABLE coordenado pela EDP Distribuição e que, no final do ano, foi distinguido com EEGI Support Project Label.

GESTÃO DE ENERGIA

A modernização das redes de distribuição de energia elétrica bem como a transição de modelos integrados de Smart Grids, colocam desafios na gestão e aproveitamento útil do volume de dados e informações que passam a estar disponíveis através da instalação de contadores inteligentes com capacidade para comunicação remota e bidirecional. Trata-se de um grande desafio de transformar este volume de dados em informações interpretáveis e utilizáveis de forma oportuna.

É neste contexto que surgem os sistemas de gestão de energia/gestão da medida (EDM) que são uma componente chave de uma infraestrutura de smart metering, dado que permitem armazenar e gerir elevadas quantidades de dados de medida e por os transformar de forma que possam ser utilizados em funcionalidades de online presentement, data analytics, simulações e forecasting.

Neste âmbito, já foram desenvolvidas ações para aprofundar o conhecimento deste tema no Grupo EDP, tendo sido realizados vários workshops com o objetivo de conhecer as soluções que o mercado oferece e consolidar os requisitos funcionais e técnicos e de um road map de implementação.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A gestão da Iluminação Pública (IP) tem sido nos últimos anos um tema de crescente preocupação e atenção conjunta por parte das Câmaras Municipais e da EDP Distribuição, na procura de novas tecnologias que permitam a gestão da prestação deste serviço e a utilização de equipamentos mais eficientes que conduzam a uma redução de consumos e custos correspondentes, sem perda dos níveis de iluminação.

Procedeu-se à qualificação dos principais equipamentos que permitem um efetivo controlo da iluminação pública, nomeadamente os reguladores de fluxo e os balastros eletrónicos, e à revisão e lançamento da qualificação da especificação das luminárias Led.

Foi criado um protocolo de comando das luminárias Led, simples e independente do comprimento do circuito de IP, que permitirá dispor de um fluxo luminoso adequado às necessidades de iluminação mais reduzidas nas horas mortas da noite para aplicação sempre que pretendido.

A prevista eliminação progressiva das lâmpadas de vapor de mercúrio, ainda muito presentes nas redes, conduziu à preparação de um projeto de substituição das respetivas luminárias por outras de Led e de Vapor de Sódio de Alta Pressão a ser executado em função das necessidades.

MOBILIDADE ELÉTRICA

A mobilidade elétrica é parte da resposta a um desafio que resulta do lançamento do "Livro Branco – Roteiro do espaço único europeu dos transportes – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos", publicado em março de 2011 pela Comissão Europeia, e que refere "o sistema de transportes terá que ser no futuro, menos energívoro e mais ecológico". Fixa o objetivo de reduzir em 60% as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) até 2050 e estabelece como metas de referência reduzir o número de veículos automóveis de motorização convencional no transporte urbano em 50% até 2030, e retirá-los de circulação até 2050.

É um novo conceito que se destina a um novo mercado, acarretando um conjunto de desafios nomeadamente na sua integração com os atuais sistemas de energia, mas também um conjunto de oportunidades ao nível da reorganização da mobilidade urbana e da inovação no desenvolvimento de novas tecnologias e de gestão do sistema elétrico.

As bases do modelo da mobilidade elétrica em Portugal foram estabelecidas através do Decreto-Lei nº 39/2010 de 26 de Abril, no seguimento do qual, para dar mais impulso ao desenvolvimento de uma rede pública de abastecimento, foi lançado um projeto-piloto que visava a instalação até ao final de 2012 de uma rede de carregamento composta por 1 300 pontos de carregamento normal e 50 de carregamento rápido distribuídos pelas 25 cidades que assinaram um protocolo com o Governo. Posteriormente, este prazo foi alterado pelos DP nº 115/2013 e DP nº 9220/2013 para o final do 1º trimestre de 2014.

Foram constituídas a EDP MOP, sociedade participada a 100% pela EDP Distribuição, tendo-lhe sido atribuída a função de operador incumbente, e também a SGORME detida em 91 % pela EDP Distribuição e em 9% pela Inteli, competindo-lhe a gestão do funcionamento da rede de mobilidade elétrica.

Como operador licenciado de pontos de carregamento, competiu à EDP MOP a instalação, exploração, disponibilização e manutenção dos pontos de carregamento. Neste âmbito, e em estreita colaboração com várias entidades, nomeadamente a Secretaria de Estado, Municípios, DGEG, IMT e fornecedores de equipamentos, concretizou todos os objetivos estabelecidos com a instalação de 1 060 pontos de carregamento normais e 1 rápido dos quais é operador.

A experiência acumulada na implementação do projeto-piloto permitiu à EDP MOP a sua consolidação como centro de competências na operação da mobilidade elétrica, valendo-lhe a realização de um conjunto de trabalhos para entidades públicas e privadas que se traduziram na instalação de 20 pontos de carregamento normais em 4 municípios, 18 dos quais associados a painéis fotovoltaicos primeiros do género em Portugal e um dos primeiros na Europa e no mundo.

Ainda no âmbito da sua atividade é de realçar a escolha da Renault Francesa de lançar um novo modelo de veículo elétrico ao nível mundial em Portugal, em resultado do sucesso alcançado noutros eventos lançados no país e da infraestrutura de carregamento existente. A Renault contratou a EDP MOP para a instalação de todas as infraestruturas para suporte aos pontos de carregamento que permitissem assegurar o carregamento em simultâneo de 60 veículos.

Este evento trouxe a Portugal cerca de 700 jornalistas provindos de 25 países de toda a Europa Ocidental mas também de outras nações como da Argentina, China, Índia, Marrocos, que durante cinco semanas visitaram Portugal.

Ao longo do ano, a SGORME efetuou a gestão do funcionamento da rede utilizando os sistemas de informação disponibilizados pelas empresas do consórcio Mobi.e, e manteve relações operacionais com os operadores dos pontos de carregamento e contactos com potenciais comercializadores de Mobilidade Elétrica sobre a utilização da rede pelos seus clientes. Tem ainda em operação uma linha telefónica e email de apoio aos utilizadores.

CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

Tendo a EDP Distribuição a responsabilidade de distribuidor de eletricidade, temos o dever de garantir uma continuidade de disponibilidade adequada às necessidades da sociedade que servimos. Tal é algo que sempre foi feito, sendo evidências o cuidado com que é planeada a rede de distribuição recorrendo ao conceito de redundância N-1, o planeamento de manutenção preventiva, os planos de contingência para condução da rede e a melhoria contínua do plano operacional de atuação em crise.

No entanto, reconhecendo o aumento da complexidade dos serviços dos distribuidores de eletricidade, não só pelo incremento do recurso às tecnologias de informação na atividade de abastecimento como pelas responsabilidades de agente imparcial no fornecimento de dados aos outros intervenientes na cadeia de valor, torna-se premente a sofisticação na avaliação da capacidade de fornecermos esses serviços, mesmo em situação de crise.

Foi com esse objetivo que foi criado o Departamento Continuidade do Negócio integrado na Direção de Ambiente, Sustentabilidade e Continuidade do Negócio da EDP Distribuição. Entre as responsabilidades deste Departamento está a implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade do Negócio (SGCN). Este sistema pretende aferir continuamente a capacidade da Empresa de manter as suas atividades a níveis aceitáveis pré-definidos na ocorrência de um incidente disruptivo, introduzindo continuamente melhorias nesta capacidade.

Segundo as melhores práticas, o estabelecimento de um SGCN implica a análise de todas as atividades da EDP Distribuição e a decomposição de todos os aspetos que suportam essas atividades. Esta análise permite perceber as que são chave para a disponibilização dos serviços considerados prioritários, e a sua decomposição permite perceber de que modo essas atividades podem sofrer uma disrupção. Com esse conhecimento é possível eliminar o modo de falha ou, nessa impossibilidade, mitigar a falha efetuando planos de continuidade do negócio a colocar em prática na ocorrência de uma disrupção.

O estabelecimento de um SGCN envolve que o sentimento de necessidade desta análise passe a fazer parte da cultura da empresa. Só assim se terá o empenhamento de todos em encontrar fragilidades que, se fossem expostas em situações de crise poderiam comprometer a continuidade do negócio, mas ao serem antecipadamente analisadas podem ser tratadas atempadamente.

Com o intuito de envolvimento da organização, procedeu-se a reuniões individuais com as estruturas organizativas consideradas parceiros essenciais, a um workshop com a macroestrutura alargada da Empresa e ao realce da Continuidade do Negócio no Encontro de Quadros da EDP Distribuição. Este envolvimento permitiu efetuar sessões de trabalho com os responsáveis diretos pelas atividades consideradas prioritárias e com os responsáveis pelas estruturas de suporte a essas atividades.

Com a informação recolhida será possível iniciar 2014 com uma decomposição exaustiva das atividades prioritárias, que permitirá a proposta de soluções para as fragilidades assinaladas pelos seus responsáveis e a apresentação e teste de planos de continuidade do negócio a pôr em prática quando a realidade o exigir.

Durante o ano procedeu-se à seleção de 31 instalações como infraestruturas críticas, para as quais se terá de apresentar os planos de segurança do Operador (Safety e Security) necessários para dar resposta à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Esses planos implicam o levantamento exaustivo da instalação e da sua envolvente, partindo-se daí para a análise das vulnerabilidades e ameaças para cada instalação.

Ainda em 2013 o Departamento Continuidade do Negócio esteve presente no Seminário Internacional "Grandes Eventos, uma Oportunidade para Reforçar a Proteção de Infraestruturas Críticas e Alvos Vulneráveis" e assistiu a um grande simulacro no Taguspark promovido pela PSP, Administração do Taguspark, Câmara Municipal de Oeiras e UNICRI, tendo algumas empresas aí instaladas testado os seus planos de Continuidade de Negócio.

Tendo assumido a responsabilidade da Continuidade do Negócio da EDP Distribuição, assumiu também parte da mesma responsabilidade no Grupo EDP, pelo que se procedeu ao envolvimento de estruturas de outras empresas do Grupo através de reuniões com responsáveis e momentos de formação com operacionais dessas estruturas. Como resultado deste envolvimento, a EDP Distribuição tem sido chamada a colaborar no Grupo EDP como interlocutor em assuntos relacionados.

MODELO DE GOVERNO DA INOVAÇÃO NA EDP DISTRIBUIÇÃO

Considerando a crescente importância que a implementação da cultura de inovação com a adoção de novas tecnologias, modelos de negócio e gestão por processos tem na atividade da Empresa, levou a reafirmar-se este objetivo através da criação de um novo Modelo de Governo da Inovação, alinhado com o Programa Estratégico do Plano de Negócios 2012-2015 que tem na Inovação um dos seus pilares segundo o eixo estratégico "Inovação e Evolução Sustentada".

Com este Modelo, procuram-se benefícios para a organização no âmbito desta atividade através da (i) gestão eficaz do ciclo das ideias e respetivo fomento, (ii) geração e gestão de iniciativas de inovação de forma estruturada e sua transposição para projetos inovadores, (iii) criação de um forte espírito de inovação tecnológica, (iv) colocação da inovação como fator determinante para agregar valor dentro da Empresa, (v) transposição para o interior da organização das melhores práticas e aumento do seu envolvimento neste esforço inovador, (vi) aproveitamento do capital de inovação emergente das iniciativas LEAN e (vii) criação de sinergias entre projetos e iniciativas do Programa MOVE.

Na sua atividade assenta nas principais estruturas de mobilização: (i) Comissão de Inovação como fórum de debate do esforço inovador da Empresa; (ii) InovTeam como polo de dinamização de ideias, de iniciativas e de projetos de inovação e (iii) Radar da Inovação como fórum de partilha e descoberta de oportunidades inovadoras dos diferentes programas estratégicos da Empresa.

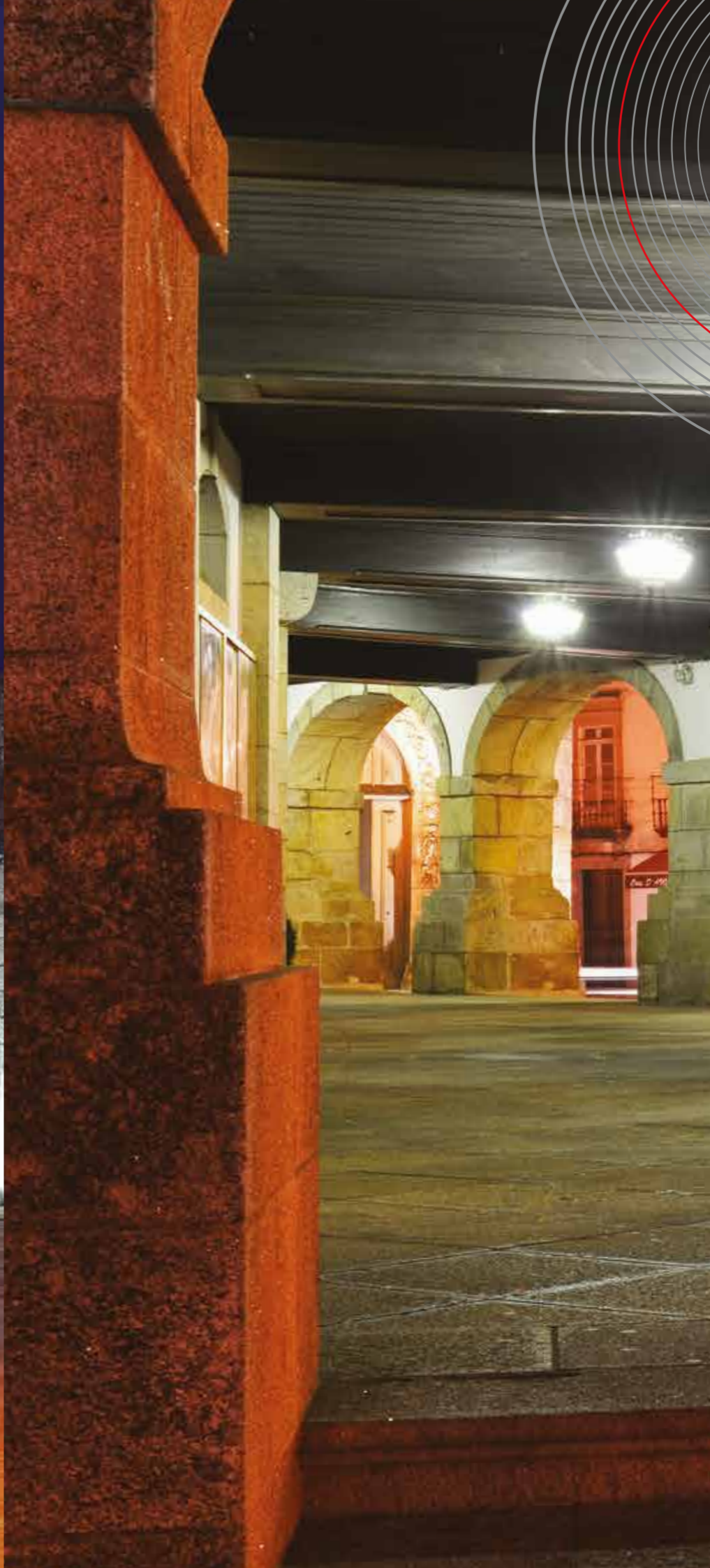
04

QUALIDADE DE SERVIÇO

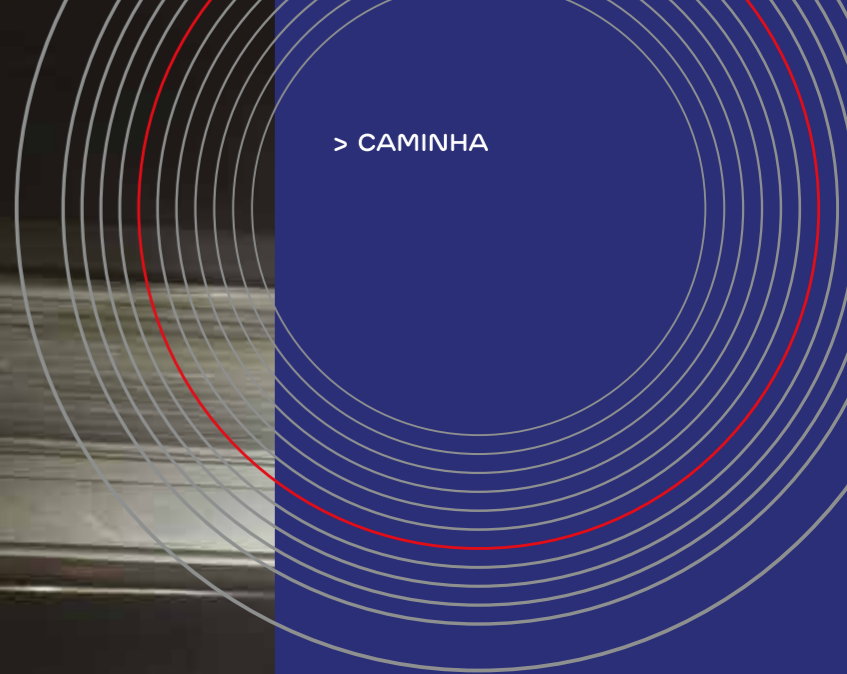
Qualidade de Serviço Comercial 41

Qualidade de Serviço Técnica 42





> CAMINHA



QUALIDADE DE SERVIÇO

QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL

Em termos de qualidade de serviço comercial prestada aos utilizadores da Rede de Distribuição, continuou a registar-se um desempenho digno de nota, verificando-se o cumprimento dos sete padrões gerais estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço (RQS) conforme indicado nos Quadro e Gráfico seguintes.

	PADRÃO (%)	2013 (%)
Orçamentos de ramais de BT (até 20 dias úteis)	95	99,7
Execução de ramais (até 20 dias úteis)	95	97,2
Ativações do fornecimento (até 2 dias úteis)	90	94,9
Atendimento nos centros de atendimento (até 20 min. espera)	90	93,4
Atendimento telefónico centralizado (até 60 seg. espera)	85	96,0
Pedidos de informação (até 15 dias úteis)	90	94,3
Clientes com reposição de serviço até 4 horas (na sequência de interrupções de fornecimento acidentais)	90	95,1

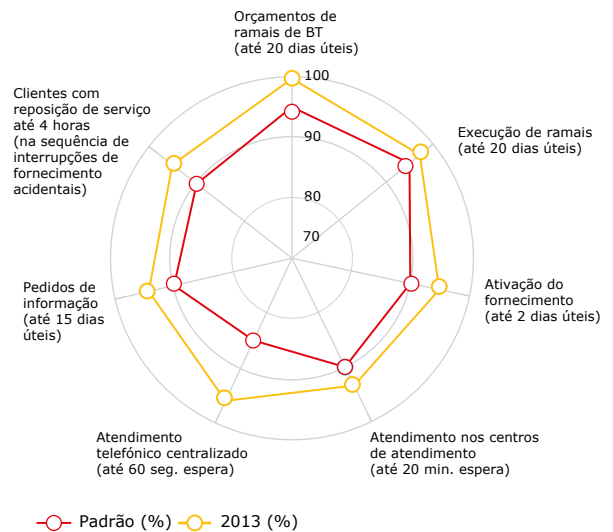
Os resultados obtidos são consequência de um conjunto de atividades na área comercial, quer internas quer externas à Empresa, envolvendo novos processos, sistemas e meios humanos no sentido de melhorar a prestação dos serviços ao cliente e potenciar os laços de afetividade e reconhecimento entre partes.

As recentes alterações regulamentares e regulatórias têm consequências significativas na atividade comercial impondo uma realidade mais exigente nesta área, obrigando a Empresa a rever e a implementar novos métodos e processos de modo a cumprir o estabelecido com a mesma ou melhor qualidade e eficiência. Paralelamente com uma atuação ao nível dos procedimentos e dos sistemas, estas alterações implicam uma permanente atenção à divulgação de mais e melhor informação e formação aos colaboradores e estruturas organizativas com atividade nesta área, dando a conhecer as alterações verificadas e os objetivos a cumprir, envolvendo-os também no desenvolvimento das soluções a implementar.

É de destacar na procura da prestação de um melhor serviço, a implementação da comunicação via SMS com os clientes, tendo como principais objetivos aumentar a proximidade entre as duas entidades, promover uma comunicação mais eficaz em momentos críticos da relação e tornar mais eficiente as operações.

Foram identificados dois processos considerados críticos neste relacionamento: o processo de comunicação de avarias e o processo de agendamento/execução de ordens de serviço combinadas com o cliente. Na resolução destes dois processos, serão enviados SMS em momentos decisivos: (i) no processo de comunicação de avarias, depois do contacto do cliente será enviado um SMS quando o piquete estiver a caminho do local com a hora de previsão de chegada; (ii) no processo de agendamento de ordens de serviço, logo após o agendamento será enviado um SMS de confirmação, no dia anterior à data do agendamento um SMS de reminder e, quando a equipa estiver a dirigir-se para o local de consumo o cliente receberá um SMS com a hora prevista de chegada.

INDICADORES GERAIS DE QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL



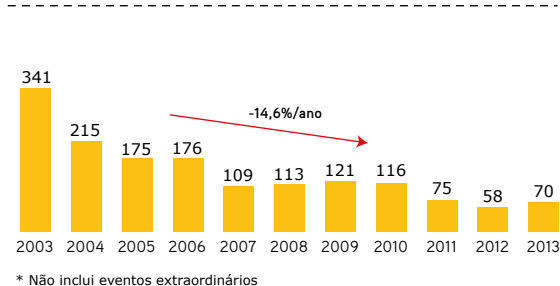
QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICA

Continuaram a fazer-se sentir os efeitos positivos das políticas de investimento traçadas nos últimos anos consubstanciadas em programas específicos e direcionados de melhoria do desempenho da Rede, reforçadas com a intensificação de novos projetos de automação da Rede com a continuação da estratégia de modernização e instalação mais intensiva de sistemas de automação e de telecontrolo de subestações e da Rede de Média Tensão, reduzindo os tempos de deteção de defeito, de reposição do serviço e aumentando o nível de operação remota das instalações (Telecontrolo e Teleengenharia). Do mesmo modo têm-se melhorado métodos e processos de manutenção e conservação da Rede e dos seus ativos.

Estas ações, por efeitos conjugados, têm permitido a obtenção de bons indicadores da qualidade de serviço nas diversas vertentes em que esta é avaliada nomeadamente no Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI) que regista no ano, em termos globais, 70 minutos.

Manteve-se a ocorrência de furtos e conseqüentes interrupções de serviço, verificando-se no entanto um decréscimo no seu número e um menor impacte na Rede, fruto do reforço das medida dissuasoras adotadas e da maior cooperação com as autoridades.

TEMPO DE INTERRUPTÃO EQUIVALENTE DA POTÊNCIA INSTALADA EM MÉDIA TENSÃO - TIEPI (MINUTOS)



A evolução do TIEPI nos últimos anos apresenta uma redução sustentada, não havendo a registar no presente ano condições atmosféricas significativamente adversas.

Os restantes indicadores gerais de qualidade de serviço, nomeadamente a energia não distribuída (END), a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI), a duração média das interrupções do sistema (SAIDI) e o número de interrupções a clientes, acompanharam a evolução do TIEPI refletindo também, à semelhança deste, um ano com condições meteorológicas mais adversas do que as verificadas no ano anterior.

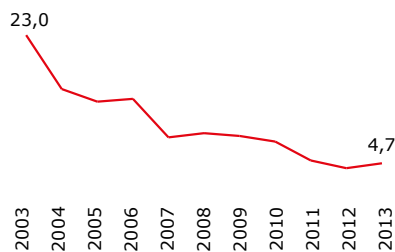
42

NEVERENDING ENERGY

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
TIEPI MT (minutos)	420	341	215	175	176	109	113	121	116	75	58	70
END (GWh)	28,1	23,0	15,3	13,5	13,9	8,4	9,0	8,6	7,8	5,1	4,0	4,7
SAIFI MT (nº)	9,0	7,0	4,5	3,9	4,2	3,2	3,0	3,1	3,6	2,4	1,7	2,0
SAIDI MT (minutos)	596	490	310	248	263	170	167	186	189	126	87	105
SAIFI BT (nº)	7,6	6,2	4,0	3,6	3,7	2,8	3,0	3,5	4,0	2,5	1,9	2,0
SAIDI BT (minutos)	520	448	268	222	236	144	166	238	222	134	98	109

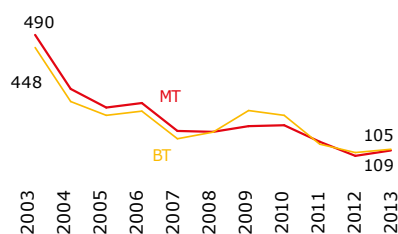
ENERGIA NÃO DISTRIBUÍDA

END
GWh



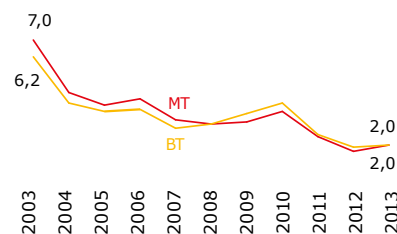
SAIDI MT E BT
DURAÇÃO DAS INTERRUPTÕES

minutos



SAIFI MT E BT
FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES

número



05

RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal	45
Programas e Ações	45
Formação Profissional	46
Prevenção, Segurança e Sinistralidade	46





RECURSOS HUMANOS

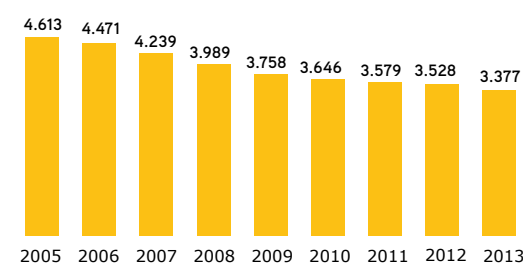
QUADRO DE PESSOAL

O número de colaboradores da EDP Distribuição em exercício em 31 de dezembro de 2013 era de 3 377, considerando também os que estão afetos à EDP Estudos e Consultoria.

O saldo da movimentação líquida ocorrida em 2013, no que respeita a colaboradores em exercício na EDP Distribuição, foi de menos 151 colaboradores do que os existentes em dezembro de 2012.

Verificaram-se alterações do nível de qualificação de 42 Colaboradores e promoveram-se, com o objetivo de concentração geográfica de recursos ou na sequência de ajustamentos organizativos, 81 movimentações com alteração de local de trabalho, estando associadas a 9 delas a atribuição de compensação.

COLABORADORES EM EXERCÍCIO



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Colaboradores em exercício	4 613	4 471	4 239	3 989	3 758	3 646	3 579	3 528	3 377

Nota: inclui os colaboradores ativos da EDP Distribuição e outros colaboradores cedidos pela EDP Estudos e Consultoria. Não inclui os Órgãos Sociais.

PROGRAMAS E AÇÕES

À semelhança dos anos anteriores, prosseguiram diversas ações no âmbito da gestão e valorização dos colaboradores da Empresa.

No âmbito do desenvolvimento de pessoas, decorreu a 4ª edição do Programa Navegar com o objetivo principal de promover a mobilidade e a polivalência dos Quadros Superiores, tendo-se concretizado a mobilidade de 7 colaboradores para novas áreas de atividade. Procedeu-se também ao encerramento da 5ª edição do Programa Sextante, programa de Mentoring com o objetivo de orientar e desenvolver jovens Quadro Superiores. Nesta edição foram envolvidos 17 mentorados.

No âmbito das competências comportamentais promovendo desempenhos mais eficientes e melhores níveis de motivação e satisfação, foi dada continuidade ao Programa Ser Equipa EDP dirigido a Quadros Superiores sem função de chefia. Participaram 71 colaboradores.

Realizou-se o Encontro New Energy abrangendo 99 Quadros Superiores admitidos nos últimos quatro anos, com o principal objetivo de realizar um balanço desses anos, promovendo a partilha de conhecimentos, a troca de experiências e fomentando a criatividade e a inovação no âmbito de temas críticos do negócio da Empresa.

Os jovens quadros superiores foram desafiados a refletirem sobre alguns temas: (i) Qualidade de Serviço, (ii) Regulação e Mercados, (iii) Planeamento, (iv) Projeto e Construção de Ativos, (v) Gestão de Ativos, (vi) Segurança, Ambiente e Sustentabilidade e finalmente (vii) Inovação. Esta reflexão foi auxiliada por dois Orientadores por tema que conduziram e coordenaram os grupos na preparação e apresentação dos trabalhos.

No que diz respeito aos programas corporativos, a EDP Distribuição integrou o Programa Valorizar a Experiência com o objetivo de valorizar e potenciar a experiência e o saber acumulado dos colaboradores do Grupo EDP com mais de 30 anos de antiguidade e de todas as funções e geografias. Procedeu-se ao encerramento da 3ª edição deste Programa que teve a participação de 144 colaboradores de 11 Direções da Empresa. Posteriormente, no âmbito da preparação da 4ª edição, foram indicadas 3 hierarquias da EDP Distribuição para participação num Focus Group destinado a conhecer melhor a visão deste segmento no acompanhamento dos participantes, bem como as principais dificuldades e pontos de melhoria. Ainda em outubro, foi dinamizado outro Focus Group destinado às Direções de Recursos Humanos das Empresas onde foram partilhados os resultados obtidos junto das hierarquias e discutidas melhorias a introduzir na 4ª Edição a ocorrer em 2014.

No âmbito da Escola de Desenvolvimento de Diretivos, no que respeita ao Energizing Development Program foi dada continuidade ao Ciclo de Desenvolvimento de Nível I onde foram integrados 18 jovens da EDP Distribuição. Ocorreu ainda o encerramento do Ciclo de Desenvolvimento para os 26 Quadros Superiores do Nível II que iniciaram o programa em 2011. No Executive Development Program foi dada continuidade ao Ciclo de Desenvolvimento para as 21 Chefias da EDP Distribuição que integraram o Programa em Dezembro de 2012.

A Escola da Distribuição contou com a participação de 40 Quadros Superiores Juniores divididos por 2 turmas nos cursos de Introdução ao Negócio da Distribuição e Fundamentos do Conhecimento Técnico da Distribuição. Na generalidade dos seus Cursos, a Escola da Distribuição contou com a participação de 572 Quadros Superiores.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da formação profissional, concretizaram-se 8 436 participações em ações de formação, que se traduziram num total de 57 411 horas de formação, com uma taxa de cobertura de 84%.

A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial inteligente, próspera e socialmente responsável.

A concretização do Plano de Formação assume um compromisso que assenta nos objetivos de desenvolvimento individual, com a participação de todos na aquisição de competências e disponibilização de oportunidades e meios na responsabilidade da organização, garantindo disponibilidade no acesso à formação, no alinhamento com o negócio, na gestão do conhecimento e na partilha com a sociedade.

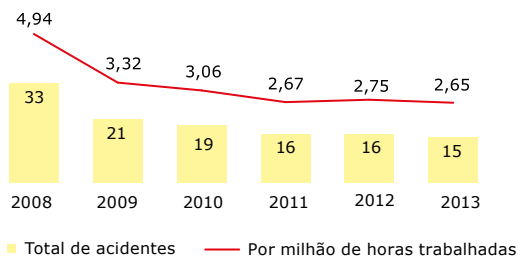
A formação técnica teve um papel fulcral neste Plano de Formação. Manteve-se também a aposta no desenvolvimento dos conhecimentos e competências de gestão, com a participação de 18 colaboradores em cursos de Formação Avançada.

PREVENÇÃO, SEGURANÇA E SINISTRALIDADE

A agenda de Segurança concretizada em 2013 deu particular relevância às iniciativas orientadas para o reforço da cultura de segurança, centrando-as na ação da linha hierárquica e no aprofundamento da cooperação com os parceiros de negócio nos processos de melhoria contínua do sistema integrado de gestão da segurança, de modo a promover metodologias de prevenção mais eficientes e em absoluta coerência com a Política de Segurança da EDP.

De entre as iniciativas levadas a efeito, destacam-se: (i) a realização do 4.º Encontro de Segurança da EDP Distribuição que decorreu sob o lema "A Inovação ao Serviço da Segurança"; (ii) o incremento das observações preventivas de segurança; (iii) a continuidade e aprofundamento da campanha "Risque os Riscos" e (iv) as ações de sensibilização para a "Prevenção do Álcool em Meio Laboral".

NÚMERO DE ACIDENTES. ÍNDICES DE SINISTRALIDADE



Globalmente realizaram-se 1 196 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança no trabalho que envolveram 4 068 colaboradores internos e 5 466 colaboradores dos parceiros de negócio, num total de 22 790 horas.

Para verificação das condições de trabalho e desempenho de segurança, realizaram-se 2 121 observações preventivas de segurança e 4 216 auditorias, envolvendo instalações e equipas internas e dos parceiros de negócio.

Em matéria de sinistralidade registaram-se 15 acidentes com baixa nas atividades asseguradas por colaboradores internos, que representaram 2,65 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 214 dias por milhão de horas trabalhadas.

Nas atividades realizadas por parceiros de negócio, registaram-se 35 acidentes com baixa que representaram 5,11 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 480 dias por milhão de horas trabalhadas, havendo a lamentar 2 vítimas mortais.

06

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração da Posição Financeira	49
Financiamento	50
Demonstração dos Resultados	50
Detalhe dos Resultados Operacionais Brutos em 2013	50
Investimento	51





> TORRES VEDRAS



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



O ano de 2013 foi marcado pela envolvente macroeconómica que se fez sentir nas operações da empresa, na evolução da energia distribuída e clientes, com o respetivo impacto nos resultados da empresa.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

No final do exercício, o ativo totalizou 5 064 milhões de euros, ligeiramente superior ao valor do ano 2012.

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

MILHÕES DE EUROS	2013	2012	%Δ
ATIVO	5 064	4 992	1%
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 410	2 432	-1%
Investimentos financeiros em empresas filiais	105	105	0%
Ativos por Impostos diferidos	248	275	-10%
Clientes	539	614	-12%
Devedores e outros ativos*	1 738	1 546	12%
Inventários	24	20	23%
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	503%
CAPITAL PRÓPRIO	526	564	-7%
PASSIVO	4 539	4 428	2%
Dívida financeira*	2 342	2 340	0%
Benefícios aos empregados	1 251	1 206	4%
Provisões para riscos e encargos	42	55	-24%
Credores e outros Passivos	904	827	9%
CAPITAIS PRÓPRIOS + PASSIVO	5 064	4 992	1%

* Inclui Suprimentos concedidos à EDP SU (Ativo) e suprimentos contraídos junto da EDP S.A. (Passivo) no montante de 900 milhões de euros em 2012 e 2013.

Os Ativos fixos tangíveis e intangíveis apresentam-se líquidos de Participações de Clientes e representam cerca de 48% do Ativo total.

A rubrica Devedores e outros ativos inclui suprimentos concedidos à EDP Serviço Universal (EDP SU) para fazer face às suas necessidades de financiamento, no montante de 900 milhões de euros em 2012 e 2013. Este suprimento não tem impacto na EDP Distribuição uma vez que também está registado no Passivo (em Dívida Financeira) o suprimento contraído junto da EDP, SA, no mesmo montante.

Os Capitais Próprios reduzem cerca de 38 milhões de euros devido às variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais, apesar do aumento de cerca de 40 milhões de euros do Resultado Líquido do exercício. Foram pagos em 2013 dividendos no valor 190 milhões de euros relativos ao ano 2012.

No Passivo observa-se um aumento de 111 milhões de euros que resulta essencialmente do diferimento do pagamento à REN para janeiro de 2014 (aumento do saldo de Fornecedores em cerca de 306 milhões de euros) efeito parcialmente compensado pela redução do valor da Dívida (conta corrente com EDP,SA).

FINANCIAMENTO

A evolução da dívida líquida da EDP Distribuição em 2013 é evidenciada no quadro seguinte:

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA

MILHÕES DE EUROS	2013	2012	Δ VALOR
Suprimentos (CP + MLP)	1 437	1 435	1
Conta Corrente com EDP, SA	-28	220	-248
Dívida Líquida *	1 409	1 655	-247

* Dívida Líquida de suprimentos concedidos à EDP SU, 900 milhões de euros em 2012 e 2013, e respectivo juro de 5 milhões de euros (em 2012: 5 milhões de euros)

A Dívida Líquida da EDP Distribuição ascende a 1 409 milhões de euros em 2013, apresentando uma redução face a 2012 resultante sobretudo, do diferimento do pagamento à REN para Janeiro de 2014, conforme referido supra.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se de seguida a Demonstração dos Resultados que reflete a evolução da atividade operacional no ano de 2013.

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

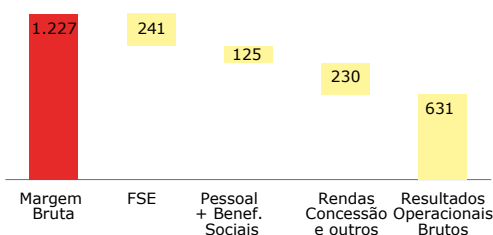
MILHÕES DE EUROS	2013	2012	%Δ
Margem Bruta	1 227	1 271	-3%
Fornecimentos e serviços externos	241	239	1%
Custos com Pessoal e Benefícios aos Empregados	125	135	-8%
Rendas das concessões	254	249	2%
Outros custos operacionais (líquidos)	-24	-14	77%
Custos Operacionais	595	610	-2%
Resultados Operacionais Brutos	631	661	-4%
Provisões do exercício	-7	3	-317%
Depreciações e Amortizações Líquidas	240	231	4%
Resultados Operacionais	398	427	-7%
Resultados Financeiros	-100	-124	-20%
Resultados antes de impostos	299	303	-1%
Imposto sobre lucros	46	90	-49%
Resultado Líquido do Exercício	252	213	19%

Os Resultados Operacionais Brutos decresceram 4% face ao período homólogo de 2012 atingindo 631 milhões de euros em 2013.

DETALHE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS EM 2013

DETALHE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS EM 2013

milhões de euros



Como se pode observar pelo gráfico acima, os resultados operacionais resultam da Margem Bruta da empresa, de 1 227 milhões de euros e são consumidos pelos custos operacionais e pelas rendas de concessão.

A Margem Bruta apresenta um decréscimo de 3% face a 2012, principalmente pela redução da taxa de retorno sobre a Base de Ativos (de 10,05% para 8,56%) apesar do impacto positivo do investimento no ano. Ainda que em menor magnitude, a margem bruta reflete também o impacto negativo do ajustamento anual aos proveitos regulados pela atualização dos parâmetros ao fator de eficiência 'Deflator PIB-X' e pelo menor volume de energia distribuído.

Os custos operacionais refletem:

- 241 milhões de euros de Fornecimentos e serviços externos, em linha com o ano 2012, sendo de destacar: o aumento dos custos com manutenção de ativos em resultado dos impactos do temporal Gong de início do ano; o aumento de serviços ao cliente, nomeadamente alterações contratuais e alteração de potência, entre outros; aumento de custos com comunicações, em linha com o aumento de instalações em telecontagem; efeitos mitigados pela redução global de serviços prestados por terceiros; redução de serviços com tecnologias de informação refletindo maior racionalização destes serviços.
- 125 milhões de euros de Custos com pessoal e benefícios aos empregados, que refletem: o efeito de redução de custos com colaboradores no ativo em resultado das saídas naturais para reforma nos últimos anos.
- 230 milhões de euros de custos com rendas de concessão e Outros custos e proveitos operacionais, com a respetiva atualização do valor a pagar aos Municípios pela Concessão da rede de Baixa Tensão.

Em 2013 o Resultado Líquido alcançou os 252 milhões de euros, o que compara com 213 milhões de euros no ano anterior. Este aumento deve-se principalmente: (i) à redução do custo da dívida, (ii) redução da componente financeira das responsabilidades atuariais e (iii) redução do imposto sobre lucros por via do efeito fiscal do desvio tarifário da empresa.

INVESTIMENTO

O investimento a custos totais líquido de participações realizado pela EDP Distribuição ascendeu a 294 milhões de euros em 2013.

Apresenta-se de seguida o detalhe do investimento realizado pela EDP Distribuição nos últimos dois anos.

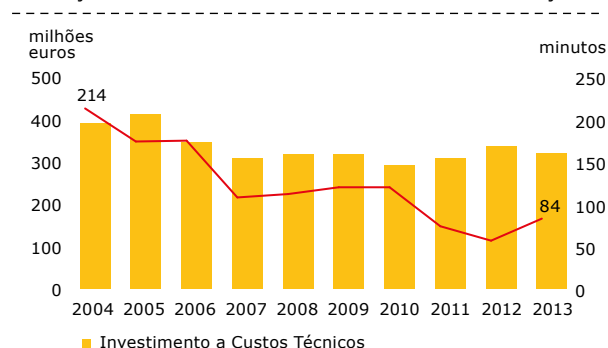
INVESTIMENTO A CUSTOS TOTAIS

MILHÕES DE EUROS	2013	2012	%Δ
INVESTIMENTO CUSTOS PRIMÁRIOS	234	248	-6%
Específico	219	240	-9%
Alta Tensão	40	46	-14%
Média Tensão	60	77	-22%
Baixa Tensão	75	80	-6%
Iluminação Pública	15	12	27%
Outros	29	25	17%
Não específico	14	9	67%
Sistemas informáticos	4	2	84%
Outros	10	6	61%
Encargos Gestão, Estrutura e Financeiros	85	88	-3%
Investimentos Custos Totais	319	337	-5%
Participações Financeiras	25	27	-8%
Investimento Custos Totais Líquido	294	309	-5%
Participações Financeiras			

No que concerne ao Investimento Específico, o ano de 2013, reflete essencialmente o foco de investimento dos vetores de abastecimento de rede e recuperação de ativos afetados pelo temporal Gong, destacando-se ainda o efeito da campanha de instalação de telecontagem, na Baixa Tensão e em Iluminação Pública.

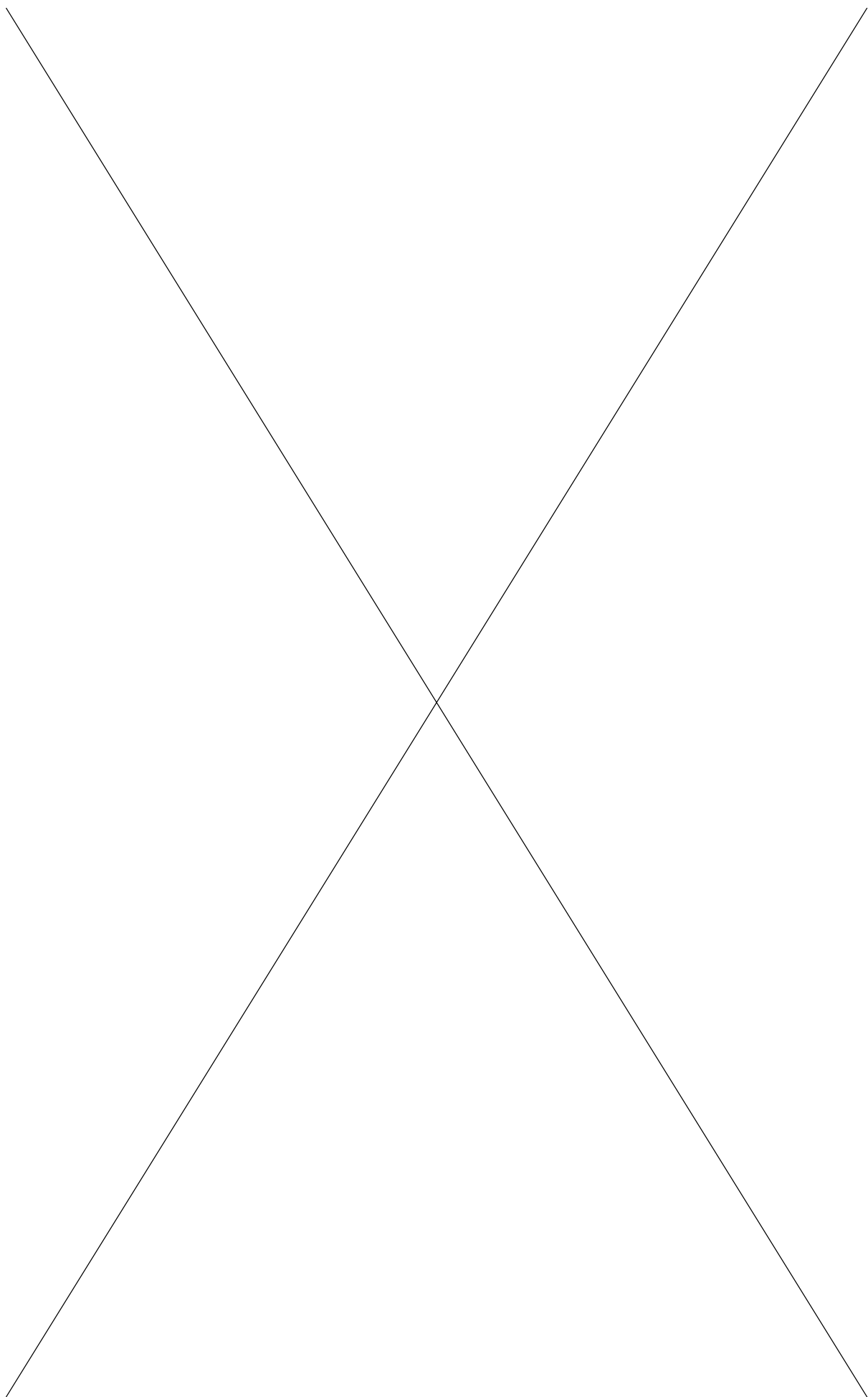
No ano 2013 verifica-se que se mantém a tendência de descida do valor de Participações principalmente resultado do abrandamento do investimento obrigatório associado a novas ligações.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO E DO TEMPO DE INTERRUPÇÃO



O ano 2013 é afetado pelos temporais no início e no final do ano que provocaram um aumento da interrupção do fornecimento no final do ano.

Nos últimos anos a EDP Distribuição tem mantido uma forte política de investimento focado na melhoria da qualidade de serviço que tem verificado uma sustentada descida.



07

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspetivas para 2014	55
Proposta de Aplicação dos Resultados	55
Nota Final	56





> LAMEGO



CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPETIVAS PARA 2014

O ano de 2014 será mais um ano de grandes desafios para a EDP Distribuição face ao dinamismo que o mercado de energia elétrica tem experimentado e a pressão dele decorrente para o escrupuloso cumprimento das metas definidas. A Empresa tem-se preparado nos últimos anos e concretizado com sucesso os objetivos estabelecidos. Tem no entanto de continuar a tarefa de permanente adaptação e resposta às novas exigências através da concretização e atualização dos programas específicos em curso, na procura de uma cada vez melhor operacionalidade da Rede dotando-a de maior "inteligência" e qualidade do serviço prestado, melhorando e atualizando os métodos e processos já implementados reduzindo custos, disponibilizando mais e melhor informação e estimulando comportamentos e atitudes.

2014 será o último ano do atual período regulatório, assumindo particular importância os trabalhos de preparação do período seguinte considerando as repercussões que esta matéria tem na atividade e resultados da Empresa.

O foco na atividade operacional continuará a ser objeto de particular atenção dando continuidade aos programas e processos de redução de custos (programas OPEX e LEAN), de controlo e melhoria da qualidade de serviço quer técnica quer comercial, e de gestão e operação da Rede melhorando o seu desempenho e eficiência face à proliferação da produção distribuída, das exigências do mercado e das situações de regime excecional otimizando os planos de contingência já existentes e continuando a promover a respetiva automatização.

No âmbito da qualidade de serviço técnico e comercial, prestar-se-á particular atenção às ações a implementar face à entrada em vigência do novo Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) que estabelece novos procedimentos e parâmetros mais exigentes.

Dar-se-á início ao Programa MOVE cujo lançamento e primeiros passos se concretizaram em 2013. É um programa que assenta em três pilares estratégicos principais:

- Risco Controlado e Qualidade Excelente,
- Eficiência Superior, e
- Inovação e Evolução Sustentada

Neste âmbito manter-se-á o empenho e continuidade na implementação das redes inteligentes, em que o Projeto InovGrid é uma peça fundamental, com a continuação da instalação das EDP Box em novos clientes de novos municípios previamente escolhidos e com a adequação dos processos, sistemas e competências à evolução deste projeto. Tem particular importância neste processo a gestão do grande volume de dados gerados, estando em curso diversas ações para aprofundar o conhecimento das soluções que o mercado disponibiliza e dos seus requisitos para implementação.

Tendo em vista os objetivos traçados e na sequência da experiência recolhida nos pilotos implementados e do lançamento de concursos, continuar-se-á a campanha de instalação de telecontagem nos Postos de Transformação definidos como prioritários, dando assim cumprimentos ao estabelecido na recente revisão dos regulamentos para o setor elétrico.

O tema da Iluminação Pública continuará também a ser objeto de particular atenção, procurando dar resposta às preocupações dos municípios que se consubstanciam no compromisso entre os níveis de iluminação e os consumos associados e respetivos custos, e às recomendações feitas na recente revisão dos regulamentos do setor.

Continuará a preparação do Plano de Desenvolvimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2015-2019. É um documento que permite rever as necessidades de investimento nas vertentes da melhoria da qualidade de serviço, redução de perdas e eficiência da Rede, e que simultaneamente com o Programa de Gestão de Ativos permitirá afinar e dar continuidade à política de investimentos.

A EDP Distribuição continua a contar com o empenho e dedicação de todos os colaboradores, mantendo como uma das preocupações principais as respetivas condições de segurança, assim como dos prestadores de serviços, continuando com a realização de iniciativas de sensibilização, de informação e de controlo das condições operacionais ao dispor.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2013. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor referente ao prémio a distribuir aos colaboradores foi especializado nas contas do exercício a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no valor de 252 196 615,69 euros, já se encontra deduzido do montante de 12 885 946,35 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no valor 252 196 615,69 euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	150 000 000,00
Resultados Transitados	102 196 615,69
Resultado Líquido do Exercício de 2013	252 196 615,69

NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores da Empresa que, com grande empenho e dedicação, permitiram que esta tivesse enfrentado com sucesso os desafios que o mercado lhe tem colocado.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmiento

Carlos Alves Pereira

08

ANEXOS

Anexos ao Relatório de Gestão	59
Demonstrações Financeiras	61
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	66
Extrato da Ata da Assembleia Geral dos Acionistas	109
Certificação Legal de Contas	110



> LISBOA



ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Posição Acionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (Artº 447º, Nº5, do Código das Sociedades Comerciais)

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Energias de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição – Energia, S.A., e na EDP Renováveis, S.A.:

AÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

ANEXO REFERIDO NO Nº5 DO ARTIGO 447º DO CSC

	MOVIMENTOS EM 2013		PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	PREÇO MÉDIO ALIENAÇÃO	SALDO (Nº AÇÕES) 31/12/2013	SALDO (Nº AÇÕES) 31/12/2012
	Compras	Vendas				
Conselho de Administração						
João José Saraiva Torres	6 852	- *	2,479	-	61 832	54 980
Ângelo Manuel de Melo Sarmiento	5 577	38 500 *	2,479	2,470	35 669	68 592
Carlos Alves Pereira	4 773	4 773 *	2,479	2,475	-	

* Atribuição de parte do prémio em ações

** Atribuição de parte do prémio em ações e aquisição em bolsa

OBRIGAÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

ANEXO REFERIDO NO Nº5 DO ARTIGO 447º DO CSC

	MOVIMENTOS EM 2013		PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	PREÇO MÉDIO ALIENAÇÃO	SALDO (Nº OBRIGAÇÕES) 31/12/2013	SALDO (Nº OBRIGAÇÕES) 31/12/2012
	Compras	Vendas				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	-	-
Ângelo Manuel de Melo Sarmiento	-	-	-	-	5	5
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	-	-

AÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

ANEXO REFERIDO NO Nº5 DO ARTIGO 447º DO CSC

	MOVIMENTOS EM 2013		PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	PREÇO MÉDIO ALIENAÇÃO	SALDO (Nº OBRIGAÇÕES) 31/12/2013	SALDO (Nº OBRIGAÇÕES) 31/12/2012
	Compras	Vendas				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	1 200	1 200
Ângelo Manuel de Melo Sarmiento	-	-	-	-	1 200	1 200
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	0	0

2. Lista de Acionistas (Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais)

Acionistas que, em 31 de dezembro de 2013, eram titulares do capital da EDP Distribuição – Energia, S.A.:

- EDP – Energias de Portugal, S.A., com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, Lisboa: 100% do capital social.

3. Ações Próprias

(Nos termos dos Artigos 66º alínea d) e 325º-A nº1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2013, a EDP Distribuição não adquiriu nem alienou ações próprias. A 31 de dezembro de 2013, a EDP Distribuição não era detentora de ações próprias.

4. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus Administradores

(Nos termos dos Artigos 66º alínea e) e 397º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2013 autorizações a membros do Conselho de Administração da EDP Distribuição para a realização de negócios com a sociedade.

5. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Carlos Alves Pereira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

MILHARES DE EUROS	NOTAS	2013	2012
Volume de negócios	5	2 649 461	2 612 954
Custos com acessos	5	-1 419 298	-1 338 543
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	5	-3 548	-3 775
		1 226 615	1 270 636
Rédito associado a ativos afetos a concessões	6	278 597	305 212
Encargos com ativos afetos a concessões	6	-278 597	-305 212
		-	-
Outros proveitos / (custos) operacionais			
Outros proveitos operacionais	7	36 843	32 801
Fornecimentos e serviços externos	8	-240 710	-239 408
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	9	-124 541	-134 643
Outros custos operacionais	10	-266 826	-268 608
		-595 234	-609 858
		631 381	660 778
Provisões do exercício	11	6 525	-3 008
Amortizações e depreciações do exercício	12	-239 775	-230 834
Compensações de amortizações	12	48	86
		398 179	427 022
Proveitos financeiros	13	108 426	77 465
Custos financeiros	13	-208 087	-201 593
Resultado antes de impostos		298 518	302 894
Impostos sobre lucros	14	-46 321	-90 302
Resultado líquido do exercício		252 197	212 592
Resultado por ação (Básico) - Euros	26	6,30	5,31

LISBOA, 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 27.894

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

MILHARES DE EUROS	2013	2012
Resultado líquido do exercício	252 197	212 592
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) atuariais	-137 566	-45 826
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	37 299	2 230
Outro rendimento integral do exercício (líquido de efeito fiscal)	-100 267	-43 596
Total do rendimento integral do exercício	151 930	168 996

LISBOA, 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 27.894

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

MILHARES DE EUROS	NOTAS	2013	2012
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	15	81 659	88 130
Ativos intangíveis	16	2 328 803	2 344 272
Investimentos financeiros em empresas filiais	17	105 100	105 100
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	16	17
Ativos por impostos diferidos	19	247 751	275 181
Clientes	21	82 139	82 558
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	593 994	512 260
Outros devedores e outros ativos	23	902 171	902 171
Total dos Ativos Não Correntes		4 341 633	4 309 689
Inventários	20	24 037	19 606
Clientes	21	456 885	531 201
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	159 885	126 874
Outros devedores e outros ativos	23	33 708	4 748
Impostos a receber	24	47 942	45
Caixa e equivalentes de caixa	25	211	35
Total dos Ativos Correntes		722 668	682 509
Total do Ativo		5 064 301	4 992 198
Capitais Próprios			
Capital	26	200 000	200 000
Prestações suplementares	26	95 000	95 000
Reservas e resultados acumulados	27	-21 475	56 200
Resultado líquido do exercício		252 197	212 592
Total dos Capitais Próprios		525 722	563 792
Passivo			
Dívida financeira	28	2 328 349	1 700 224
Benefícios aos empregados	29	1 117 103	1 079 249
Provisões para riscos e encargos	30	38 897	41 701
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	2 579	3 468
Total dos Passivos Não Correntes		3 486 928	2 824 642
Dívida financeira	28	13 300	639 954
Benefícios aos empregados	29	133 723	126 886
Provisões para riscos e encargos	30	3 494	13 666
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	854 381	565 541
Outros credores e outros passivos	32	13 290	231 581
Impostos a pagar	33	33 463	26 136
Total dos Passivos Correntes		1 051 651	1 603 764
Total do Passivo		4 538 579	4 428 406
Total dos Capitais Próprios e Passivo		5 064 301	4 992 198

LISBOA, 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 27.894

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

MILHARES DE EUROS	TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	CAPITAL SOCIAL	PRESTAÇÕES SUPLEMENT.	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS
Saldos em 31 de dezembro de 2011	609 296	200 000	95 000	40 657	51 212	222 427
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	212 592	-	-	-	-	212 592
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-43 596	-	-	-	-43 596	-
Rendimento integral total do exercício	168 996	-	-	-	-43 596	212 592
Distribuição de dividendos	-214 500	-	-	-	-	-214 500
Saldos em 31 de dezembro de 2012	563 792	200 000	95 000	40 657	7 616	220 519
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	252 197	-	-	-	-	252 197
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-100 267	-	-	-	-100 267	-
Rendimento integral total do exercício	151 930	-	-	-	-100 267	252 197
Distribuição de dividendos	-190 000	-	-	-	-	-190 000
Saldos em 31 de dezembro de 2013	525 722	200 000	95 000	40 657	-92 651	282 716

64

NEVERENDING ENERGY

LISBOA, 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 27.894

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

MILHARES DE EUROS	DEZ 2013	DEZ 2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	2 465 310	2 301 347
Recebimentos por securitização dos ajustamentos tarifários	154 598	141 081
Pagamentos a fornecedores	-1 371 676	-1 631 912
Pagamentos ao pessoal	-235 276	-275 575
Pagamentos de rendas de concessão	-247 234	-248 959
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	17 110	48 005
Fluxo gerado pelas operações	782 832	333 987
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	20 424	-16 409
Fluxo das Atividades Operacionais	803 256	317 578
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1 437	1 211
Comparticipações de clientes relativos a ativos intangíveis	25 551	30 196
Juros e proveitos similares	99 207	70 291
	126 195	101 698
Pagamentos:		
Ativos financeiros	-	-700
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-322 049	-335 440
Empréstimos concedidos	-28 946	-247 763
	-350 995	-583 903
Fluxo das Atividades de Investimento	-224 800	-482 205
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos/(pagamentos) de empréstimos obtidos	-219 280	519 303
Juros e custos similares	-169 000	-140 258
Dividendos pagos	-190 000	-214 500
Fluxo das Atividades de Financiamento	-578 280	164 545
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	35	117
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	211	35

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 25 às Demonstrações Financeiras

LISBOA, 25 DE FEVEREIRO DE 2014

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 27.894

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Atividade económica da EDP Distribuição	67
2. Políticas contabilísticas	68
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	75
4. Políticas de gestão do risco financeiro	76
5. Volume de negócios	77
6. Rédito associado a ativos afetos a concessões	78
7. Outros proveitos operacionais	78
8. Fornecimentos e serviços externos	79
9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	79
10. Outros custos operacionais	80
11. Provisões do exercício	80
12. Amortizações e depreciações do exercício	81
13. Proveitos e Custos financeiros	81
14. Impostos sobre os lucros	82
15. Ativos fixos tangíveis	83
16. Ativos Intangíveis	85
17. Investimentos financeiros em empresas filiais	86
18. Ativos financeiros disponíveis para venda	86
19. Impostos diferidos ativos e passivos	87
20. Inventários	87
21. Clientes	88
22. Devedores e outros ativos de atividades comerciais	89
23. Outros devedores e outros ativos	91
24. Impostos a receber	91
25. Caixa e equivalentes de caixa	91
26. Capital e Prestações suplementares	91
27. Reservas e resultados acumulados	92
28. Dívida financeira	93
29. Benefícios aos empregados	93
30. Provisões para riscos e encargos	97
31. Credores e outros passivos de atividades comerciais	98
32. Outros credores e outros passivos	99
33. Impostos a pagar	99
34. Compromissos	99
35. Partes relacionadas	100
36. Eventos relevantes ou subsequentes	105
37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	105
38. Matérias ambientais	108

1. Atividade económica da EDP Distribuição

a) Objeto social e detentores de capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. (EDP Distribuição), pessoa coletiva nº 504394029, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o nº 8847, foi constituída, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 4/2000, de 29/01, por fusão das sociedades distribuidoras de energia elétrica, CENEL – Eletricidade do Centro, S.A., EN – Eletricidade do Norte, S.A., LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE – Eletricidade do Sul, S.A., através da constituição de uma nova sociedade.

A EDP Distribuição tem por objeto a distribuição e venda de energia elétrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O seu capital social é de 200.000.000 Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela EDP – Energias de Portugal, S.A.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, foram estabelecidas as novas leis de base do setor elétrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e, procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva nº 2003/54/CE. A figura de “Comercializador de Último Recurso” (CUR), prevista na Diretiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela atividade.

Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou, no dia 15 de dezembro de 2006, constituir a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. através da cisão do seu património. A partir do dia 1 de janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes tendo transferido a atividade de venda de eletricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que passou a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP – Energias de Portugal, S.A., sua acionista e empresa mãe do Grupo EDP, com sede na Praça Marquês de Pombal, nº 12, em Lisboa.

b) Atividade no setor energético em Portugal - eletricidade

As bases da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e a organização dos mercados, estão estabelecidas no DL 29/2006 de 15 de fevereiro, diploma que foi desenvolvido pelo DL 172/2006 de 23 de agosto. O referido DL 29/2006 foi entretanto atualizado pelo DL 104/2010 de 29 de setembro e pelo DL 78/2011 de 20 de junho, pelo DL 75/2012, de 26 de março e pelo DL 215-A/2012 e B/2012, de 8 de outubro, incorporando, no essencial, os princípios da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de julho de 2009 que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

O Sistema Elétrico Nacional integra as atividades de produção e comercialização exercidas em regime de concorrência, mediante a atribuição de licença, e as atividades de transporte e distribuição, exercidas em exclusivo mediante concessões de serviço público.

As atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infraestruturas - tarifas de acesso - e ao fornecimento de energia elétrica aos clientes do mercado regulado - tarifas de venda a clientes finais.

Para as atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico e financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

c) Regime de preços de venda de acessos

A comercialização de eletricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas reguladas pela ERSE.

Os preços de venda de energia elétrica e acessos (tarifas) para 2013 foram fixados pela Diretiva nº 20/2012 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 26 de dezembro de 2012, publicada no Diário da República n.º 249 (2ª série), de 14 de dezembro de 2012, que aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2013.

O transporte de eletricidade é assegurado pela Rede Nacional de Transporte (RNT) e é exercido em regime de concessão de serviço público, em exclusivo pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA, pelo prazo de 50 anos.

d) Regime de concessão da distribuição de energia elétrica

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões, e das redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida mediante contratos de concessão de serviço público, em exclusivo.

Em Alta e Média Tensão

A distribuição de electricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante contratos de concessão de serviço público em exclusivo. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões foi atribuída pelo Estado português à EDP Distribuição por um prazo de 35 anos, a partir de 25 de fevereiro de 2009.

Em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afetação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de ativos intangíveis (Nota 16), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 31), conforme referido na política contabilística definida na Nota 2 t).

68 e) Bens de domínio público

Em Portugal, alguns imobilizados afetos à distribuição de energia elétrica no SEN estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afetos à atividade da EDP Distribuição que os pode administrar livremente embora, no âmbito do domínio do comércio jurídico privado, não possa dispor dos mesmos enquanto se mantiver a sua afetação ao regime de domínio público.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, agora apresentadas refletem os resultados das suas operações e a posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição no dia 25 de fevereiro de 2014 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, as demonstrações financeiras da EDP Distribuição são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2013.

Contudo, tal como descrito na nota 37, a EDP Distribuição adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2013. As políticas contabilísticas utilizadas pela empresa na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adoptadas em conformidade. A adoção destas normas e interpretações em 2013 não teve um impacto significativo nas contas da empresa.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a EDP Distribuição ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Em 2013, a empresa passou a apresentar a segregação das provisões e das responsabilidades com benefícios aos empregados entre correntes e não correntes. As provisões correntes correspondem a estimativas de desembolso que irão ocorrer no prazo de 12 meses. As responsabilidades correntes com benefícios aos empregados incluem as contribuições a efectuar para o plano de pensões e os pagamentos de benefícios a empregados previstos para os próximos 12 meses. Em conformidade com a IAS 1, a empresa reexpressou retrospectivamente o comparativo de 2012 tendo reclassificado 13.666 milhares de Euros para provisões de curto prazo e 126.886 milhares de Euros como benefícios a empregados de curto prazo (ver nota 29 e 30).

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Investimentos financeiros em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

e) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva; ou ao justo valor, sempre que a empresa decide, aquando do reconhecimento inicial, designar esse passivo financeiro ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor.

f) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de janeiro de 2009, a empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	NÚMERO DE ANOS
Ao abrigo do regime do DL 344-B/82	10 a 30
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10 a 25

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos ativos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do exercício, são contabilizadas de forma prospectiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais não afetos à concessão são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a empresa por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a empresa pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Direitos de concessão na distribuição de eletricidade

Os direitos de concessão relativos à distribuição de eletricidade, são registados como ativos intangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos ativos inerentes, como se segue:

	NÚMERO DE ANOS
Distribuição de eletricidade	10 a 30

A política contabilística relativa aos ativos intangíveis afetos a concessões é descrita na Nota 2 t).

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos relativos a ativos afetos a concessões foi considerado como uma dedução ao valor bruto de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12.

h) Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

j) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

k) Benefícios aos empregados**Pensões**

A EDP Distribuição atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos do Grupo EDP, que inclui a EDP Distribuição, é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões existentes na empresa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, a empresa optou, na data da transição de 1 de janeiro de 2009, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

A EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, os custos do serviço corrente e os custos com serviços passados. O juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é reconhecido como resultado financeiro.

Os ativos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

A EDP Distribuição dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efetuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios**Planos de cuidados médicos e outros**

A EDP Distribuição concede benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira da empresa. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

Os acionistas da sociedade aprovam anualmente em Assembleia Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

l) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de acessos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de acessos é efetuada numa base mensal. As faturas mensais de acessos são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efetuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

n) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

o) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a empresa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

p) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da EDP Distribuição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela empresa.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração do valor e convertíveis em caixa.

r) Desvios tarifários

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados pela EDP Distribuição (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de agosto, estabeleceram o direito incondicional por parte dos operadores regulados do setor elétrico à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários e respetivos encargos financeiros, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de atividade. Adicionalmente, a referida legislação consagra a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários, pelo que no âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica e gás, os ajustamentos tarifários. De acordo com a política contabilística em vigor, a empresa registou nos resultados do exercício na rubrica Volume de negócios - Vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários do setor elétrico, por contrapartida das rubricas Devedores e outros ativos de atividade comerciais e Credores e outros passivos de atividades comerciais.

s) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os pagamentos ao pessoal incluem os pagamentos aos colaboradores pertencentes ao quadro de pessoal.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

t) Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EDP Distribuição, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospetivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospetiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão. As concessões da EDP Distribuição enquadram-se neste modelo.

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (ver Nota 6).

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos ativos afetos a concessões são entregues à empresa a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos ativos afetos a cada concessão.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela empresa são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EDP Distribuição os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Ajustamentos tarifários

Os ajustamentos tarifários em Portugal (desvios e défices tarifários) representam a diferença entre os custos e os proveitos dos Sistema Nacional de Eletricidade, estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema apurados no final de cada período. Os ajustamentos tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o Decreto-Lei n.º 165/2008 de 21 de agosto, estabeleceram o direito incondicional por parte dos operadores regulados do setor elétrico à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários e respetivos encargos financeiros, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de atividade. Adicionalmente, a referida legislação consagra a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários, pelo que no âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica e gás, os ajustamentos tarifários. De acordo com a política contabilística em vigor, a empresa registou nos resultados do exercício na rubrica Volume de negócios - Vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários do setor elétrico, por contrapartida das rubricas Devedores e outros ativos de atividade comerciais e Credores e outros passivos de atividades comerciais.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de acessos são reconhecidos quando as faturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. O rédito relativo a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram fatores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da atividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, conseqüentemente, em diferentes impactos nos resultados da empresa.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A empresa pertence ao Grupo de sociedades integradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) da EDP - Energias de Portugal, S.A. em Portugal. As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EDP Distribuição durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de cinco anos para os períodos de tributação iniciados a partir de 2012, de quatro anos para os exercícios de 2011 e seis anos para os exercícios anteriores. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da EDP Distribuição de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão do risco da taxa de juro tem como objetivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da empresa ao risco de taxa de juro é apenas indireta e na medida em que esta exposição afete os financiamentos obtidos junto da acionista (suprimentos).

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na direção de Gestão Financeira do Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades das empresas do Grupo. A EDP Distribuição como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pela EDP, S.A.

5. Volume de negócios

A análise do **Volume de negócios** por atividade é a seguinte:

	dez 2013 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Vendas por atividade:		
Acessos	2 634 691	2 598 670
Outros	215	175
	2 634 906	2 598 845
Prestação de serviços por atividade:		
Associados a vendas de acessos	5 030	2 276
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	9 349	11 660
Outros	176	173
	14 555	14 109
	2 649 461	2 612 954
Volume de negócios:		
Acessos	2 639 721	2 600 946
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	9 349	11 660
Outros	391	348
	2 649 461	2 612 954

A rubrica de **Vendas** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Acessos:		
- Em muito alta tensão	46 529	37 732
- Em alta tensão	176 491	161 346
- Em média tensão	634 998	632 949
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	249 662	242 018
- Em baixa tensão	1 748 841	1 725 671
- Em baixa tensão (Iluminação Pública)	64 561	78 428
Desvio tarifário (i)	216 468	298 009
Transferência déficit tarifário gerado entre 2006 e 2013 (ii)	-585 919	-248 530
Recuperação através da REN referente à tarifa social do acesso às redes	-	764
Sustentabilidade de mercados (iii)	62 935	-350 307
Diferencial de extinção tarifas	-13 297	-1 004
Sobreprovento (iv)	10 590	5 249
Correção hidraulicidade (v)	22 832	15 155
Transferência para a EDP SU da reconversão do défice cogeração	-	-1 295
Comparticipação PPDA (Planos Promoção Desempenho Ambiental)	-	2 485
	2 634 691	2 598 670
Outras Vendas:	215	175
	2 634 906	2 598 845

(i) A rubrica desvio tarifário e recuperação/atualização detalha-se como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Recuperação e atualização do desvio tarifário gerado em 2011	-32 611	67 562
Atualização do desvio tarifário gerado em 2011	-	-4 567
Atualização do desvio tarifário gerado em 2012	-1 281	-
Desvio tarifário de 2012	-	235 014
Desvio tarifário de 2013	250 360	-
	216 468	298 009

(ii) A rubrica "Transferência dos défices tarifários gerados entre 2006 e 2013" refere-se à transferência para os titulares dos ativos do valor recuperado em 2013 pela EDP Distribuição, na tarifa de Uso Global de Sistema.

(iii) No âmbito da sustentabilidade do mercado livre e do mercado regulado a EDP Distribuição procedeu durante o exercício de 2013 à devolução do valor líquido dos ajustamentos referente aos custos decorrentes da atividade da compra e venda da energia elétrica do CUR, relativos ao ano de 2012 e previsionais para 2013, no montante de 62.935 milhares de Euros (2012: recuperação de 350.307 milhares de Euros). Este mecanismo

encontra-se definido pela ERSE nos termos do Regulamento Tarifário, através da tarifa de UGS a aplicar pelo operador da rede de distribuição (EDP Distribuição), em benefício de todos os clientes. Deste modo, durante o exercício de 2013 a EDP Distribuição devolveu aos seus clientes através das tarifas de acessos o referido montante, tendo-o facturado à EDP Serviço Universal.

(iv) A entidade reguladora definiu para 2013 uma tarifa transitória a aplicar aos clientes MAT, AT, MT e BTE, que já não podendo estar na tarifa regulada, ainda não escolheram um comercializador em mercado. Esta tarifa dá origem a um sobreprojeito recuperado pelo CUR e que será repercutido por todos os consumidores através da tarifa de UGS aplicada pelo Operador da Rede de Distribuição, nos respetivos níveis de tensão. O valor desta componente ascende a 10.590 milhares de Euros (2012: 5.249 milhares de Euros), transferida pela EDP SU para a EDP Distribuição.

(v) A rubrica "Correcção hidráulidade", respeita à transferência ocorrida durante o exercício de 2013 do mecanismo de correcção de hidráulidade que se encontra na EDP, SA, para a EDP Distribuição, de acordo com o Decreto-Lei nº 110/2010, de 14 de outubro.

As rubricas de **Custos com acessos e Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Custos com acessos		
Custos com acessos	1 419 298	1 338 543
Variação dos inventários e custo das matérias-primas e consumidas		
- Outros custos	77 350	90 153
- Trabalhos para a própria empresa - consumo de materiais	-73 802	-86 378
	3 548	3 775
	1 422 846	1 342 318

6. Rédito associado a ativos afetos a concessões

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Ativos afetos a concessões:		
Rédito associado a ativos afetos a concessões	278 597	305 212
Encargos com a aquisição de ativos afetos a concessões		
Subcontratos e materiais diversos	-204 008	-226 372
Custos com pessoal capitalizados (Nota 9)	-69 173	-70 786
Juros de empréstimos obtidos capitalizados (Nota 13)	-5 416	-8 054
	-278 597	-305 212

Os movimentos do exercício dos ativos afetos a concessões encontram-se divulgados na Nota 16 - Ativos Intangíveis.

7. Outros proveitos operacionais

A rubrica de **Outros proveitos operacionais** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Aluguer de equipamentos	5 216	5 539
Subsídios à exploração	1 070	180
Ganhos em imobilizações	1 388	1 098
Reversão de imparidades		
- Cobranças duvidosas de clientes (Nota 21)	6 613	5 846
- Devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 22)	-	900
Cedências de pessoal	8 633	9 024
Valores em excesso de participações de clientes	764	2 736
Recuperação de custos	2 024	2 508
Outros proveitos de exploração	11 135	4 970
	36 843	32 801

A rubrica de Outros proveitos operacionais inclui indemnizações de seguradoras, no montante de 6.075 milhares de Euros (2012: 698 milhares de Euros).

8. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Fornecimentos e serviços :		
Água, eletricidade e combustíveis	7 176	7 498
Utensílios e material de escritório	631	746
Rendas e alugueres (i)	9 889	22 252
Comunicações	4 041	3 998
Seguros	9 972	9 414
Transportes, deslocações e estadias	2 735	2 728
Comissões e honorários	68	69
Conservação e reparação	52 134	52 977
Publicidade e propaganda	943	1 028
Vigilância e segurança	1 505	1 767
Trabalhos especializados:		
- Atividade Comercial	88 530	92 825
- Serviços de Informática (i)	22 520	7 006
- Serviços Jurídicos	527	307
- Serviços de Consultoria	1 472	1 094
- Serviços partilhados	21 271	20 403
- Serviços de gestão (EDP, S.A.)	9 111	9 189
- Outros Serviços	4 816	3 489
Cedência de Pessoal	11 799	9 447
Outros fornecimentos e serviços	961	1 544
Trabalhos para a própria empresa	-9 391	-8 373
	240 710	239 408

(i) A variação entre as rubricas de "Rendas e alugueres" e "Trabalhos especializados - Serviços de informática" nos anos de 2012 e 2013 deve-se na sua maioria à transferências dos custos relativos a alugueres de tecnologia de informação e das respetivas licenças que em 2012 eram classificados como "Rendas e alugueres" e em 2013 como "Trabalhos especializados - Serviços de informática".

9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados

A rubrica de **Custos com o pessoal e benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Custos com pessoal:		
Remuneração dos órgãos sociais (nota 35)	531	512
Remuneração dos colaboradores	124 888	127 461
Encargos sobre remunerações	30 870	31 452
Custos com indemnizações	43	140
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	15 414	18 779
Outros custos	6 073	6 040
Trabalhos para a própria empresa		
- Afetos a concessões (Nota 6)	-69 173	-70 786
- Outros	-1 237	-668
	107 409	112 930
Benefícios aos empregados:		
Custos com plano de pensões	7 391	7 902
Custos com plano médico e outros benefícios	4 914	3 846
Custos do serviço passado (corte/alteração ao plano)	-5 538	-
Outros	10 365	9 965
	17 132	21 713
	124 541	134 643

A rubrica de Outros benefícios aos empregados inclui maioritariamente o custo com serviços médicos prestados aos trabalhadores no ativo.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2013 e 2012 por cargos de direção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

	dez 2013 Nº empreg.	dez 2012 Nº empreg.
Órgãos sociais	5	5
Dirigentes	112	84
Quadros superiores	561	531
Quadros médios	28	19
Quadros intermédias	32	32
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2 499	2 652
Profissionais semi-qualificados	35	38
Contratados a prazo	-	28
	3 272	3 389

Os custos com planos de pensões incluem 6.514 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 6.971 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver Nota 29) e 877 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 931 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 4.914 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 3.846 milhares de euros) respeitam à dotação do exercício, líquida das reduções do exercício.

10. Outros custos operacionais

A rubrica de **Outros custos operacionais** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	254 054	249 404
Impostos diretos	252	260
Impostos indiretos	1 209	1 375
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa (nota 21)	-	4 067
Imparidade para devedores e outros ativos de atividades comerciais (nota 22)	1 663	844
Dívidas incobráveis	52	11
Perdas em imobilizações	-	192
Donativos	3 375	2 520
Outros custos e perdas operacionais	6 221	9 935
	266 826	268 608

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada nas Notas 21 e 22 às demonstrações financeiras, respetivamente.

Na sequência de uma reclamação apresentada por um cliente, a EDP Distribuição identificou durante o exercício de 2012 a existência de dois tipos de anomalia em alguns contadores de multitarifa. Na sequência da análise realizada, a Entidade Reguladora dos serviços Energéticos, através da Diretiva nº 10/2012 publicada em junho de 2012, decidiu que a EDP Distribuição, enquanto operador de rede de distribuição, deveria realizar o pagamento de uma compensação a todos os clientes multitarifa, no valor estimado de 4.113 milhares de Euros, que se encontra registado na rubrica de Outros custos e perdas operacionais. Durante o exercício de 2012 foram pagos aos clientes compensações no montante total de 3.055 milhares de euros, pelo que, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2013 se encontra registado na rubrica Acréscimos de custos - Outros (Nota 31) o montante de 1.058 milhares de euros.

11. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Dotação de provisões (Nota 30)	3 497	8 237
Redução de provisões (Nota 30)	-10 022	-5 229
	-6 525	-3 008

Em 2013, a variação da rubrica de Provisões do exercício é explicada essencialmente por:

(i) A C. M. da Póvoa do Varzim intentou uma ação judicial contra a EDP Distribuição, cuja responsabilidade estimada a 31 de dezembro de 2012 ascendia a 2.852 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Esta ação foi contestada pela EDP Distribuição, tendo sido a mesma absolvida, pelo que a provisão constituída pela empresa foi revertida no decorrer do segundo trimestre de 2013;

(ii) Em 31 de dezembro de 2012, existiam litígios com a C. M. do Seixal relativos a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública dos anos de 2006 a 2008, que ascendiam a 3.852 milhares de Euros. Durante o segundo trimestre de 2013 foi efetuado um acordo entre a EDP Distribuição e a C. M. do Seixal, tendo as partes acordado a extinção dos processos e o pagamento de 1.545 milhares de Euros por parte da EDP Distribuição, tendo sido revertida a referida provisão.

Em 2013, as dotações de provisões, incluem provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências no montante de 986 milhares de Euros (2012: 3.567 milhares de Euros), e para as provisões para outros riscos e encargos no montante de 2.511 milhares de Euros (2012: 4.670 milhares de Euros), conforme referido na Nota 30. A redução de provisões inclui 6.129 milhares de Euros relativos às provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências (31 de dezembro de 2012: 1.868 milhares de Euros) e para as provisões para outros riscos e encargos no montante de 3.893 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 3.361 milhares de Euros), conforme referido na Nota 30.

12. Amortizações e depreciações do exercício

A rubrica de **Amortizações e depreciações do exercício** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Depreciações de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1 067	1 147
Equipamento de transporte	3 709	4 081
Equipamento administrativo e utensílios	9 915	11 675
Outros ativos tangíveis	271	273
	14 962	17 176
Amortização de ativos fixos intangíveis:		
Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12	224 813	213 658
	239 775	230 834
Compensação de amortizações:		
Ativos fixos tangíveis	-48	-86
	239 727	230 748

A rubrica Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 diz respeito à amortização dos direitos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão e em média/alta tensão em Portugal, conforme referido na política contabilística 2 t).

13. Proveitos e Custos financeiros

A rubrica de **Proveitos e Custos financeiros** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Proveitos financeiros		
Juros de suprimentos concedidos	86 621	64 178
Juros de gestão de tesouraria	11 469	9 550
Juros de desvios tarifários	8 831	2 275
Outros ganhos financeiros	1 505	1 462
	108 426	77 465
Custos financeiros		
Juros de suprimentos contraídos à EDP, S.A.	158 773	134 542
Juros de gestão de tesouraria	16 896	11 279
Serviços bancários	31	531
Imparidade para Investimentos Financeiros e Partes de Capital	338	1 023
Juros de Desvio Tarifário	-	2 603
Juro líquido sobre o passivo líquido do plano de pensões (Nota 29)	16 653	30 542
Juro líquido do passivo do plano cuidados médicos e outros benefícios (Nota 29)	20 623	27 576
Outras perdas financeiras	349	1 762
Trabalhos para a própria empresa		
Juros de empréstimos obtidos capitalizados afetos a concessões (Nota 6)	-5 416	-8 054
Juros de empréstimos obtidos capitalizados afetos a outros ativos	-160	-211
	208 087	201 593
Resultados financeiros	-99 661	-124 128

A rubrica TPE's Juros de empréstimos obtidos capitalizados inclui os juros de empréstimos capitalizados em ativos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 f). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

As rubricas de Juros de gestão de tesouraria respeitam aos encargos / ganhos financeiros que resultam da utilização do sistema financeiro do Grupo (cashpooling) e são calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio das necessidades de fundo de maneio no âmbito da política de gestão de tesouraria do Grupo.

A rubrica Imparidade para investimentos financeiros e partes de capital em 2013, no montante de 338 milhares de Euros respeita aos ajustamentos das participações da EDP Distribuição na EDP MOP e Sgorme.

A rubrica Outros Ganhos financeiros inclui essencialmente o montante de 885 milhares de Euros relativos à mais-valia resultante da venda da parcela da comparação dos CMEC referente a 2011 (nota 22)

14. Impostos sobre os lucros

A EDP Distribuição, como empresa do Grupo EDP, é tributada em sede de IRC, pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), conforme autorização concedida pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos, ou 5 ou 6 anos caso tenha ocorrido dedução de prejuízos e benefícios fiscais.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis apurados em anos seguintes (5 anos para os prejuízos apurados em 2012 e 2013).

A análise da rubrica de **Impostos sobre lucros** é a seguinte:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Imposto corrente	18 408	-2 136
Imposto diferido (nota 19)	-64 729	-88 166
	-46 321	-90 302

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2013, é analisada como segue:

	Taxa %	dez 2013	
		Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,00%	298 518	86 570
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	3,93%	40 441	11 728
Benefícios fiscais, incluindo donativos	-0,12%	-1 186	-344
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-0,20%	-2 090	-606
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	-11,74%	-120 814	-35 036
Diferenciais da taxa	-4,27%	-43 966	-12 750
Efeito da aplicação da derrama estadual	0,16%	1 614	468
Prejuízos fiscais	-1,28%	-13 152	-3 814
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,04%	362	105
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	15,52%	159 727	46 321

Em Portugal, a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) veio alargar de 4 para 5 anos o prazo de reporte de prejuízos fiscais (somente para prejuízos apurados em ou após 1 de janeiro de 2012). No entanto, a dedução dos prejuízos fiscais (mesmo os apurados em anos anteriores a 2012) não pode exceder o montante correspondente a 75% do lucro tributável apurado em cada período de tributação, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte dos prejuízos que não tenha sido deduzida, nas mesmas condições, até ao final do respetivo período de dedução.

Em Portugal, a Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro, veio determinar que a derrama estadual seria apurada conforme segue (i) sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 10 milhões de Euros, à taxa de 3%, e (ii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 10 milhões de Euros, à taxa de 5%. A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, agravou a derrama estadual nos seguintes termos: (i) sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, incide a taxa de 3%, e (ii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 7,5 milhões de Euros incide a taxa de 5%. Assim, durante 2012 e 2013, a taxa máxima de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável exceda 10 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros, respectivamente, passou a ser de aproximadamente 31,5%.

A Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro de 2014, que aprovou a Reforma do IRC, veio introduzir um conjunto de novas medidas tributárias. As principais medidas estão relacionadas com a redução da taxa de IRC e com o aumento do prazo de reporte de prejuízos fiscais:

- A taxa de IRC é reduzida de 25% para 23% em 2014, à qual acresce a derrama municipal e estadual. Adicionalmente é criado um novo escalão para a derrama estadual que abrange a parcela do lucro tributável que exceda os 35 milhões de Euros à qual se aplica uma taxa de 7%. Considerando que estas taxas de imposto já se encontram substancialmente aprovadas à data do balanço, as mesmas foram consideradas no apuramento dos impostos diferidos activos e passivos com referência a 31 de Dezembro de 2013;

- O período para compensar os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores foi estendido de 5 para 12 anos (somente para prejuízos apurados em ou após 1 de Janeiro de 2014). Adicionalmente, o limite de dedução é reduzido dos actuais 75% para 70% do lucro tributável do exercício no qual o reporte é efectuado.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de 12.750 milhares de Euros registado em diferenciais da taxa respeita, ao efeito da, atualização dos impostos diferidos activos e passivos tendo por base as alterações da taxa de imposto foram considerados na determinação da estimativa de imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como do calculo dos impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a taxa de imposto aplicável em 2013 e 2012 à EDP Distribuição foi de 31,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC em 2012, é analisada como segue:

	dez 2012		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,00%	302 894	87 839
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	1,48%	15 421	4 472
Pensões e outros benefícios de reforma	-0,09%	-931	-270
Diferença entre mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	-0,07%	-755	-219
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	0,16%	1 666	483
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,66%	-6 907	-2 003
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	29,82%	311 388	90 302

15. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	5 722	5 736
Edifícios e outras construções	60 217	59 865
Equipamento de transporte	33 216	33 830
Equipamento administrativo e utensílios	282 053	162 843
Outros ativos fixos tangíveis	13 752	13 714
Ativos fixos tangíveis em curso	13 608	17 384
	408 568	293 372
Depreciações acumuladas:		
Depreciações do exercício (Nota 12)	-14 962	-17 176
Depreciações acumuladas de exercícios anteriores	-311 947	-188 066
	-326 909	-205 242
Valor líquido contabilístico	81 659	88 130

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2013, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5 736	-	-14	-	-	5 722
Edifícios e outras construções	59 865	-	-312	668	-4	60 217
Equipamento de transporte	33 830	2 927	-3 585	-	44	33 216
Equipamento administrativo e utensílios	162 843	978	-246	3 990	114 488	282 053
Outros ativos fixos tangíveis	13 714	38	-	-	-	13 752
Ativos fixos tangíveis em curso	17 384	6 192	-46	-4 658	-5 264	13 608
	293 372	10 135	-4 203	-	109 264	408 568

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Depreciações do exercício e imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	-34 183	-1 067	121	2	-35 127
Equipamento de transporte	-24 835	-3 709	3 232	-37	-25 349
Equipamento administrativo e utensílios	-133 497	-9 915	244	-110 267	-253 435
Outros ativos fixos tangíveis	-12 727	-271	-	-	-12 998
	-205 242	-14 962	3 597	-110 302	-326 909

As regularizações indicadas na rubrica Equipamento administrativo e utensílios respeita à aquisição a uma empresa do grupo de ativos de tecnologias e informação, referentes ao sistema comercial SAP IS-U num montante líquido de depreciações acumuladas 4.221 milhares de Euros.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	4 130	-	-	-	1 606	5 736
Edifícios e outras construções	59 587	-	-389	667	-	59 865
Equipamento de transporte	35 025	2 259	-3 454	-	-	33 830
Equipamento administrativo e utensílios	159 115	424	-25	3 329	-	162 843
Outros ativos fixos tangíveis	13 714	-	-	-	-	13 714
Ativos fixos tangíveis em curso	14 508	6 872	-	-3 996	-	17 384
	286 079	9 555	-3 868	-	1 606	293 372

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Depreciações do exercício e imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	-33 285	-1 147	249	-	-34 183
Equipamento de transporte	-23 892	-4 081	3 138	-	-24 835
Equipamento administrativo e utensílios	-121 843	-11 675	21	-	-133 497
Outros ativos fixos tangíveis	-12 454	-273	-	-	-12 727
	-191 474	-17 176	3 408	-	-205 242

À data de 31 de dezembro de 2013, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.732 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 3.869 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.718 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 1.720 milhares de Euros) e as respetivas rendas vincendas ascendem a 1.797 milhares de Euros (exclui IVA) (31 de dezembro de 2012: 2.009 milhares de Euros), cuja análise à maturidade dos contratos de locação financeira é apresentada na Nota 34.

O detalhe dos ativos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida:

	dez 2013			dez 2012		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	746	72	818	791	58	850
Entre um a três anos	812	61	873	949	61	1 010
Entre três a cinco anos	102	4	106	146	4	149
	1 660	137	1 797	1 886	123	2 009

No decorrer do exercício de 2013, o valor dos custos incorridos com estes ativos foi de 71 milhares de Euros (31 de dezembro 2012: 68 milhares de Euros), estando registados na rubrica Outros custos financeiros da demonstração dos resultados.

16. Ativos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Valor bruto:		
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9 693 258	9 524 683
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	97 390	93 596
	9 790 648	9 618 279
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício de ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12) - (Nota 12)	-224 813	-213 658
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores (IFRIC 12)	-7 237 032	-7 060 349
	-7 461 845	-7 274 007
Valor Líquido	2 328 803	2 344 272

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2013 são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9 524 683	43	-39 222	207 754	-	9 693 258
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	93 596	278 554	-	-281 477	6 717	97 390
	9 618 279	278 597	-39 222	-73 723	6 717	9 790 648

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:					
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	-7 274 007	-224 813	39 099	-2 124	-7 461 845
	-7 274 007	-224 813	39 099	-2 124	-7 461 845

As transferências de ativos intangíveis afetos a concessões no valor de 73.723 milhares de Euros (2012: 61.254 milhares de Euros) são referentes à transferência para Devedores e outros ativos de atividades comerciais do valor correspondente aos aumentos do ativo financeiro associado ao IFRIC 12 (nota 22).

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9 281 521	35	-7 610	252 343	-1 606	9 524 683
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	102 016	299 956	-	-313 597	5 221	93 596
	9 383 537	299 991	-7 610	-61 254	3 615	9 618 279
		Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do exercício Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Ativos intangíveis afetos a concessões		-7 067 300	-213 658	6 951	-	-7 274 007
		-7 067 300	-213 658	6 951	-	-7 274 007

17. Investimentos financeiros em empresas filiais

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2013 Valor Líquido Euro'000	dez 2012 Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais	106 305	106 305
Perdas por imparidade em partes de capital em filiais	-1 205	-1 205
	105 100	105 100

86

O detalhe dos investimentos financeiros em filiais, é analisado como segue:

	dez 2013 Valor Líquido	dez 2012 Valor Líquido
Empresas filiais:		
EDP - Serviço Universal, S.A.	105 100	105 100
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	-	-
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	-	-
	105 100	105 100

Os investimentos financeiros na Sgorme e EDP MOP encontram-se totalmente provisionados.

A principal informação financeira das empresas filiais é analisada como segue:

	Sede	Total do Ativo 31/dez/13 Euro '000	Capitais Próprios 31/dez/13 Euro '000	Resultado Líquido 31/dez/13 Euro '000	% Participação
EDP - Serviço Universal, S.A.	Lisboa	2 916 939	63 232	-1 462	100%
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	149	-352	-195	91%
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	1 309	-277	-392	100%
		2 918 397	62 603	-2 049	

18. Ativos financeiros disponíveis para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Edifícios e outras construções	16	17
	16	17

19. Impostos diferidos ativos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos		Saldo Líquido Impostos Diferidos	
	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Provisões	272 121	264 853	-	-	272 121	264 853
Ajustamentos de clientes de cobrança duvidosa	12 098	12 989	-	-	12 098	12 989
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	32 447	52 634	1 934	-	30 513	52 634
Prejuízos e créditos fiscais	12 722	-	-	-	12 722	-
Desvio tarifário	-	18	62 043	36 993	-62 043	-36 975
Reavaliações contabilísticas	-	-	13 656	15 834	-13 656	-15 834
Outras diferenças temporárias	-	1 437	4 004	3 923	-4 004	-2 486
	329 388	331 931	81 637	56 750	247 751	275 181

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os exercícios de 2013 e 2012, são os seguintes:

	Impostos Diferidos	
	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Saldo em 1 de janeiro	275 181	361 117
Dotação a resultados (Nota 14)	-64 729	-88 166
Dotação a reservas	37 299	2 230
Saldo em 31 de dezembro	247 751	275 181

A análise do Imposto reconhecido em reservas é a seguinte:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Imposto diferido		
Ganhos e perdas atuariais	37 299	2 230
	37 299	2 230

20. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Materiais diversos e outros	24 178	19 747
Imparidade de inventários	-141	-141
	24 037	19 606

21. Clientes

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Clientes - Corrente:		
Setor empresarial e particulares:		
Setor empresarial e particulares	233 088	258 571
Estimativa de vendas de acessos não faturadas	225 093	276 045
Setor Público:		
Estado e organismos oficiais	892	616
Autarquias locais	11 403	10 955
	470 476	546 187
Perdas por imparidade	-13 591	-14 986
	456 885	531 201
Clientes - Não Corrente:		
Setor Público:		
Autarquias locais	121 227	126 864
	121 227	126 864
Perdas por imparidade	-39 088	-44 306
	82 139	82 558
	539 024	613 759

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos ativos a receber das autarquias com acordo de pagamento que, no final de 2013, ascende a 34.251 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 39.467 milhares de Euros), dos quais 34.083 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 39.300 milhares de Euros) são não correntes e 173 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 167 milhares de Euros) são correntes. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor atualizado da mesma à data de 31 de dezembro de 2013, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autarquias.

Durante o exercício de 2013, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Setor empresarial e particulares	14 191	-	-1 676	-	-	12 515
Setor público	45 101	-	-4 937	-	-	40 164
	59 292	-	-6 613	-	-	52 679

Durante o exercício de 2012, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Setor empresarial e particulares	10 820	4 002	-632	-	1	14 191
Setor público	50 250	65	-5 214	-	-	45 101
	61 070	4 067	-5 846	-	1	59 292

22. Devedores e outros ativos de atividades comerciais

A rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Corrente:		
Adiantamentos a fornecedores	776	226
Outros devedores:		
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	1 284	2 548
- Adiantamentos a pensionistas por conta do Fundo de Pensões	3 572	17 296
- Dívidas referentes a pessoal	362	105
Valores a receber por desvios tarifários	95 409	32 182
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Empresas do Grupo	34 304	53 175
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Outros	3 251	8 355
Seguros	2 854	2 828
Rendas de instalações	550	545
Outros custos diferidos	126	168
Valores a receber no âmbito do PPEC	6 053	4 456
Outros devedores e operações diversas	20 327	12 316
	168 868	134 200
Imparidade para Devedores - Corrente	-8 983	-7 326
	159 885	126 874
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Valores a receber por desvios tarifários	101 554	93 537
Ativos fixos tangíveis em integração compensados	2 894	2 894
Valores a receber por Concessões IFRIC 12	492 408	418 685
Cauções prestadas a outros devedores	31	31
	596 887	515 147
Imparidade para Devedores - Não Corrente	-2 893	-2 887
	593 994	512 260
	753 879	639 134

Os ativos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de dezembro de 1988 compensadas com os respetivos patrimónios em integração (Ativos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82.). A transferência destes valores para ativos afetos a concessões está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a empresa e as Autarquias.

A rubrica Valores a receber por desvios tarifários, no valor de 196.963 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 4.072 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 125.719 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 2.275 milhares de Euros), regista a diferença entre os proveitos permitidos e a margem real, a qual é recuperada pelas tarifas futuras de acessos, de acordo com o Regulamento Tarifário e a legislação aplicável.

A rubrica Valores a receber por concessões IFRIC 12, no montante de 492.408 milhares de Euros refere-se ao ativo financeiro a receber pela EDP Distribuição no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, de acordo com a política contabilística 2 t) (ver Nota 16).

O movimento do período na rubrica Valores a receber por desvios tarifários (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de janeiro de 2012	-	31 859
Titularização do ajustamento tarifário dos CMEC de 2010	-143 566	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-1 295	-
Acerto do desvio de 2011	-705	-
Desvio tarifário do período	141 477	93 537
Encargos financeiros	2 275	-
Transferência para desvios tarifários a pagar	842	-
Transferência para desvios EDP Serviço Universal	1 295	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	31 859	-31 859
Saldo em 31 de dezembro de 2012	32 182	93 537
Titularização do ajustamento tarifário dos CMEC de 2010	-153 213	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-32 611	-
Acerto do desvio de 2012	-1 281	-
Desvio tarifário do período	149 825	100 535
Encargos financeiros	7 812	1 019
Transferência para desvios tarifários a pagar	-	-842
Transferência da parcela de não corrente para corrente	92 695	-92 695
Saldo em 31 de dezembro de 2013	95 409	101 554

Em 19 de dezembro de 2013, a EDP Distribuição - Energia, SA cedeu, de forma plena e sem recurso, o direito a recuperar a parcela da compensação dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) referente a 2011, no montante de 153.213 milhares de Euros, nos termos do decreto-Lei nº 256/2012 de 29 de novembro. A operação consistiu numa venda direta do ativo ao BCP pelo valor de 154.598 milhares de Euros, tendo gerado uma mais-valia líquida de despesas com transações de 885 milhares de Euros.

Em 2013, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-7 326	-1 657	-	-	-8 983
	-7 326	-1 657	-	-	-8 983

Em 2013, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-2 887	-6	-	-	-2 893
	-2 887	-6	-	-	-2 893

Em 2012, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-7 393	-844	900	11	-7 326
	-7 393	-844	900	11	-7 326

Em 2012, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-2 876	-	-	-11	-2 887
	-2 876	-	-	-11	-2 887

23. Outros devedores e outros ativos

A rubrica de Outros devedores e outros ativos é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Outros devedores e outros ativos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	33 602	4 641
Outros devedores e operações diversas	106	107
	33 708	4 748
Outros devedores e outros ativos - Não Corrente:		
Empréstimos a Empresas do Grupo (ii)	900 000	900 000
Cauções e depósitos vinculados	2 171	2 171
	902 171	902 171
	935 879	906 919

(i) Em 2013, a rubrica "Empresas do Grupo - Corrente" diz respeito ao montante de juros a receber relativo aos Suprimentos concedidos à EDP SU no montante de 4.655 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 4.641 milhares de Euros), e ao montante de 28.947 milhares de Euros a receber relativo ao Sistema Financeiro do Grupo EDP - Cashpooling (Nota 35).

(ii) A rubrica "Empréstimos a empresas do Grupo - Não corrente" diz respeito ao suprimento concedido à EDP - Serviço Universal, no montante de 900.000 milhares de Euros. Este valor respeita a um suprimento de 600.000 milhares de Euros concedido em 31 de dezembro de 2011, reembolsável em 30 de dezembro de 2016, que vence juros semestrais à taxa Mid Swap 5A acrescido de um spread (8%), e outro de 300.000 milhares de euros concedido em 2 de novembro de 2012 com vencimento em 1 de novembro de 2017, que vence juros semestrais à taxa de Mid Swap 5A acrescido de 8%.

24. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	45	45
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	47 897	-
	47 942	45

O valor de IVA apresentado na rubrica Estado e outros entes públicos respeita ao IVA apurado relativo ao mês de dezembro de 2013.

25. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	185	9
- Depósitos a prazo	26	26
Caixa e equivalentes de caixa líquido	211	35

26. Capital e Prestações suplementares

A 31 de dezembro de 2013, o capital social da EDP Distribuição encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 200 milhões de Euros sendo representado por 40.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros. O seu capital social é detido a 100% pela EDP - Energias de Portugal, S.A., empresa mãe do Grupo EDP.

As rubricas de **capital social e prestações suplementares** são analisadas como segue:

	dez 2013	
	Capital Social Euro'000	Prestações suplementares Euro'000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	200 000	95 000
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	200 000	95 000

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis aos acionistas da EDP Distribuição são analisados como segue:

	dez 2013	dez 2012
Resultado líquido (Euros)	252 196 616	212 592 222
Nº médio de ações durante o exercício	40 000 000	40 000 000
Resultado por ação (Euros)	6,30	5,31

27. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Reserva legal	40 657	40 657
Outras reservas e resultados acumulados	-62 132	15 543
	-21 475	56 200

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP Distribuição, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva para Cobertura Variação Justo Valor

Para regularização dos impactos resultantes da aplicação das IFRS o Conselho de Administração da EDP Distribuição decidiu constituir em 2010 a "Reserva para a cobertura de variações negativas de justo valor" para cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais e de perdas de justo valor de instrumentos financeiros em resultado da entrada em vigor do novo normativo contabilístico, cujo período de transição teve início em 1 de janeiro de 2009.

Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor	150 000	150 000
Reserva para Cobertura Variação Justo Valor - Perdas atuariais	-235 652	-135 385
Resultados transitados	23 520	928
	-62 132	15 543

No exercício de 2013, a EDP Distribuição efetuou uma distribuição de dividendos relativos ao exercício anterior no montante de 190.000 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 214.500 milhares de Euros).

28. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Empréstimos - Corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas		
Juros a pagar - EDP, S.A.	13 300	11 829
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	-	628 125
	13 300	639 954
Empréstimos - Não corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas		
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	2 328 125	1 700 000
	2 328 125	1 700 000
Outros empréstimos	224	224
	224	224
	2 328 349	1 700 224
	2 341 649	2 340 178

As condições associadas aos suprimentos obtidos junto da EDP, S.A. resumem-se da seguinte forma:

Data Emissão	Data Reembolso	Taxa Juro	Montante Euro'000
30/06/2010	30/06/2015	Mid Swaps 5A + 1,25% (Fixa)	300 000
31/12/2010	30/12/2015	Mid Swaps 5A + 2,5% (Fixa)	500 000
31/12/2011	30/12/2016	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	600 000
02/11/2012	01/11/2017	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	300 000
31/05/2013	31/05/2018	Mid Swaps 5A + 5,25% (Fixa)	178 125
01/10/2013	01/10/2018	Mid Swaps 5A + 5,25% (Fixa)	450 000
			2 328 125

A análise da rubrica de **Empréstimos por maturidade**, é a seguinte:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Dívida financeira:		
Até 1 ano	13 300	639 954
De 1 ano a 5 anos	2 328 349	1 700 224
	2 341 649	2 340 178

O justo valor da dívida financeira da EDP Distribuição é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000		dez 2012 Euro'000	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
Dívida financeira:	2 341 649	2 548 408	2 340 178	2 435 121
	2 341 649	2 548 408	2 340 178	2 435 121

29. Benefícios aos empregados

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	622 296	554 986
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	623 372	643 944
Outros	5 158	7 205
	1 250 826	1 206 135

A rubrica de "Outros" diz respeito aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos. O movimento do ano refere-se exclusivamente a utilizações dessa provisão no montante de 2.047 milhares de Euros.

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Não corrente	1 117 103	1 079 249
Corrente	133 723	126 886
	1 250 826	1 206 135

O movimento da Provisão para responsabilidades e benefícios sociais é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Saldo no início do exercício	554 986	655 619
Dotação do exercício	23 167	37 513
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-3 360	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	152 061	-31 798
Utilizações de provisões	-104 558	-106 348
Saldo no fim do exercício	622 296	554 986

O movimento da **Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios** é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Saldo no início do exercício	643 944	562 356
Dotação do exercício	25 537	31 422
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-2 178	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	-14 495	77 624
Utilizações de provisões	-32 040	-30 026
Outros movimentos	2 604	2 568
Saldo no fim do exercício	623 372	643 944

A publicação do Decreto-Lei n.º 167-E/2013 e da Portaria 378-G/2013 aumentou em cerca de um ano a estimativa da idade de acesso à reforma da Segurança Social. Esta alteração traduziu-se num acréscimo das responsabilidades com benefício pós emprego relativamente à população ativa, que de acordo com a estimativa da empresa irá aderir ao programa de reforma antecipada do ACT, e dos atuais pré reformados. Este efeito foi registado em Outro rendimento integral como uma alteração de pressupostos.

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 k), a empresa optou na transição para as IFRS, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adotada, foram diretamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas atuariais verificados nesses planos.

Planos de benefícios aos empregados

A EDP Distribuição atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP Distribuição é gerido pela Pensõesgere, subcontratando a gestão de ativos a entidades gestoras de ativos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência). As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos ativos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	2013	2012
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14 506	14 669
Pessoal no ativo	3 374	3 564
	17 880	18 233

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões na empresa, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e atuariais:

	dez 2013	dez 2012
Pressupostos		
Taxa de rendimento dos ativos	3,00%	3,25%
Taxa de desconto	3,00%	3,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2014 - 0% // após 2014 - 1,9%	2013 - 0% // após 2013 - 1,9%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	Nasc.<1950 -- TV88/90 // Nasc.>=1950 -- TV99/01	Nasc.<1950 -- TV88/90 // Nasc.>=1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expetável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	(a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas aos planos de benefícios definidos a empregados, foram atualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2013.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma e respetivas coberturas, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são analisadas como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Provisão para Planos de Pensões		
Responsabilidades no fim do exercício	1 439 042	1 342 074
Ativos dos Fundos no fim do exercício	-816 746	-787 088
Valor da provisão no fim do exercício	622 296	554 986

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	1 342 074	1 406 802
Custo dos serviços correntes	6 514	6 971
Juro líquido sobre o passivo do plano de pensões	41 367	66 857
Benefícios pagos	-155 380	-155 179
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-3 360	-
Perdas e ganhos atuariais	207 827	16 623
Responsabilidades no fim do exercício	1 439 042	1 342 074

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com estes planos são os seguintes:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Custo do exercício		
Custo dos serviços correntes	6 514	6 971
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-3 360	-
Componente operacional	3 154	6 971
Juro sobre o passivo líquido do plano de pensões	16 653	30 542
Componente financeira	16 653	30 542
Custo líquido do exercício	19 807	37 513

A evolução dos ativos dos **Fundos de Pensões** foi a seguinte:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Fundos de Pensões		
Valor dos ativos no início do exercício	787 088	751 183
Pensões pagas no exercício	-50 822	-48 831
Juro sobre o activo do plano de pensões	24 714	36 315
Ganhos / (Perdas) atuariais	55 766	48 421
Valor dos ativos fim do exercício	816 746	787 088

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição verificada na carteira do fundo é analisada como segue:

	Liquidez Euro'000	Obrigações Euro'000	Ações Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros	Total
31 de dezembro de 2013	1,19%	41,99%	34,62%	14,88%	7,32%	100,00%
31 de dezembro de 2012	-0,26%	55,80%	23,19%	15,39%	5,88%	100,00%

Pressupostos relativos à taxa de desconto

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões foram selecionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2013 foi positiva em 10,31% (2012: positiva em 8,73%).

Em 2013, o valor das pensões pagas pelo Fundo imputável à EDP Distribuição ascendeu a 50.822 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 48.831 milhares de Euros).

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A EDP Distribuição dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores da Empresa, do tipo Contribuição Definida, efetuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A empresa dispõe de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontra incluída a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	dez 2013	dez 2012
Pressupostos		
Taxa de desconto	3,00%	3,25%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	3,50%	3,50%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	219 €/ano	215 €/ano
Tábua de mortalidade	Nasc.<1950 -- TV88/90 // Nasc.>=1950 -- TV99/01	Nasc.<1950 -- TV88/90 // Nasc.>=1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
% expeável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14 495	14 669
Pessoal no ativo	3 374	3 564
	17 869	18 233

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	643 944	562 356
Custo dos serviços correntes	4 914	3 846
Juro líquido sobre o passivo líquido do plano de cuidados médicos e outros benefícios	20 623	27 576
Benefícios pagos	-32 040	-30 026
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-2 178	-
(Ganhos) / Perdas atuariais	-14 495	77 624
Outras variações (mútua)	2 604	2 568
Responsabilidades no fim do exercício	623 372	643 944
Valor da provisão no fim do exercício	623 372	643 944

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas da empresa através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Custo do exercício		
Custo do serviço	4 914	3 846
Custo do serviço passado (corte / alterações ao plano)	-2 178	-
Componente operacional	2 736	3 846
Juro sobre o passivo do plano de cuidados médicos e outros benefícios	20 623	27 576
Componente financeira	20 623	27 576
Custo líquido do exercício	23 359	31 422

A 31 de dezembro de 2013, a EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros é reconhecido como resultado financeiro.

30. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Não Corrente		
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	13 158	12 011
Provisão para outros riscos e encargos	25 739	29 690
	38 897	41 701
Corrente		
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	2 222	10 937
Provisão para outros riscos e encargos	1 272	2 729
	3 494	13 666

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Saldo no início do exercício	22 948	27 594
Dotação do exercício	986	3 567
Redução da provisão	-6 129	-1 868
Utilização da provisão	-2 425	-6 345
Saldo no final do exercício	15 380	22 948

A rubrica Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências, no montante 15.380 milhares de Euros, refere-se a provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais.

A administração da EDP Distribuição com base na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e na sua análise dos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

As provisões para processos judiciais em curso contra a EDP Distribuição, incluem um processo intentado em 2011 pelo Banco Comercial Português contra a EDP Distribuição, cuja responsabilidade estimada ascende a 2.467 milhares de Euros, referente à reclamação de créditos de factoring de um prestador de serviços, que o BCP alega ter a receber da EDP Distribuição. Os restantes processos judiciais em curso dizem essencialmente respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, bem como outros danos causados.

Como referido na nota 11, o movimento do exercício é essencialmente explicado pelo término dos processos com a C. M. da Póvoa do Varzim e com a C. M. do Seixal cuja responsabilidade estimada em 31 de dezembro de 2012 ascendia a 2.852 milhares de Euros e 3.852 milhares de Euros respetivamente.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Saldo no início do exercício	32 419	31 617
Dotação do exercício	2 511	4 670
Redução da provisão	-3 893	-3 361
Utilização da provisão	-2 239	-507
Outras variações	-1 787	-
Saldo no final do exercício	27 011	32 419

No decurso normal da atividade da EDP Distribuição, existem litígios e contingências de natureza administrativa, cível, fiscal, laboral e outras cujo risco é graduado como possível, podendo estas ações envolver diversas entidades. Na opinião da EDP Distribuição e dos seus assessores legais o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a sua posição financeira. Os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Em 31 de dezembro de 2013, a situação mais relevante considerada como contingência possível descreve-se como segue:

No decorrer do exercício de 2013, a ERSE emitiu a Directiva 7-A/2013 de 15 de maio, que determinou o pagamento de uma compensação financeira pela EDP Distribuição aos consumidores multitarifa, no valor estimado de 6,9 milhões de Euros. A EDP Distribuição discorda da decisão da entidade reguladora pelo que a impugnou judicialmente, tendo para tal entreposto uma ação judicial para que seja apreciada pela instância competente a legalidade da referida Directiva. Adicionalmente, a empresa apresentou uma providência cautelar solicitando a suspensão do pagamento das compensações determinadas pela ERSE. Durante o mês de outubro de 2013, o Tribunal decidiu favoravelmente quanto à providência cautelar apresentada pela EDP Distribuição, decretando a suspensão da eficácia do disposto na Directiva da ERSE na parte em que esta impunha a dever de pagamento imediato da referida compensação.

31. Credores e outros passivos de atividades comerciais

A rubrica de **Credores e outros passivos de atividades comerciais** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	591 646	286 036
Fornecedores de imobilizado	10 687	11 974
Adiantamentos de clientes	120 761	173 630
Férias, subsídios férias e outros encargos	38 166	40 560
Acréscimos de custos	-	18 794
- Acessos à rede de transporte	10 059	3 626
- Outros		
Outros credores	27	85
- Colaboradores	11 522	5 001
- Rendas de concessão	71 513	25 835
Outros credores e operações diversas	854 381	565 541
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Não corrente:		
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	570	563
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	1 880	1 886
Fornecedores de imobilizado	-	842
Valores a pagar por desvios tarifários	2 579	3 468
	856 960	569 009

O valor registado na rubrica Adiantamentos de Clientes respeita ao valor entregue pela EDP Serviço Universal à EDP Distribuição relativamente aos acessos cobrados pela EDP SU aos clientes de conta certa, cuja facturação por parte da EDP Distribuição se encontra pendente, nos termos dos planos comerciais a 31 de dezembro de 2013.

O movimento do período na rubrica **Valores a pagar por desvios tarifários (Corrente e Não corrente)** é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de janeiro de 2012	64 959	-
Pagamento através da tarifa de energia elétrica	-67 562	-
Transferência de desvios tarifários a receber	-	842
Encargos financeiros	2 603	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	842
Transferência de desvios tarifários a receber	-	-842
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-

32. Outros credores e outros passivos

A rubrica de **Outros credores e outros passivos** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Credores e outros passivos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	-	219 280
IRC a pagar à EDP, S.A. (consolidado fiscal)	5 167	3 139
Dividendos atribuídos	8 123	9 162
	13 290	231 581

(i) A rubrica "Empresas do Grupo - Corrente" diz respeito ao montante a pagar relativo à utilização do Sistema Financeiro do Grupo EDP (Cashpooling).

33. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	9 397	4 552
- Contribuições para a Segurança Social	4 521	4 493
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	16 162	13 308
- Outras tributações	3 383	3 783
	33 463	26 136

34. Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa que não figuram no balanço, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, referentes a garantias recebidas e prestadas, são analisados como segue:

Tipo	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Garantias recebidas		
De clientes	75 140	75 259
De fornecedores	27 160	26 620
	102 300	101 879
Garantias de caráter operacional		
A outras entidades	13 351	20 735
Total	115 651	122 614

As garantias recebidas de clientes respeitam a garantias prestadas a título de caucões dos comercializadores externos do mercado livre. As garantias de caráter operacional incluem 1.879 milhares de Euros de garantias bancárias e 11.472 milhares de Euros de seguros-caução.

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas relativas a aquisições de imobilizado e serviços conexos nos seguintes montantes:

Tipo	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
De materiais	13 204	18 383
De serviços	28 660	29 986
Total	41 864	48 369

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os compromissos por rendas vincendas de locações financeiras são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	dez 2013				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Rendas vincendas de locações financeiras	1 797	818	873	106	-
	1 797	818	873	106	-

	dez 2012				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Rendas vincendas de locações financeiras	2 009	850	1 010	149	-
	2 009	850	1 010	149	-

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os ativos fixos tangíveis cuja aquisição pela empresa foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

35. Partes relacionadas

Principais acionistas

A única acionista da EDP Distribuição, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2013, é a EDP S.A.:

	N.º ações	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A.	40.000.000	100,00%	100,00%
	40.000.000	100,0%	100,0%

Remunerações a órgãos sociais

As remunerações a órgãos sociais no exercício resumem-se como segue:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Conselho de Administração	531	512
Fiscal Único/ROC	133	163
	664	675

No desenvolvimento normal da sua atividade, a EDP Distribuição celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP Distribuição. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância e fazem parte da atividade corrente da EDP Distribuição.

Saldos e transações com empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2013 são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a receber a empresas do grupo Euro'000	Outros Créditos Euro'000	Total Euro'000
EDP Produção	-	-	1 107	1 107
EDP Comercial	-	-	113 893	113 893
EDP, S.A.	-590 276	-	3 137	-587 139
EDP Soluções Comerciais	-3 383	-	1 135	-2 248
EDP Renováveis Portugal	-	-	114	114
EDP Renewables SGPS	-	-	5	5
EDP Renováveis - Promoção e operação	-	-	18	18
EDP Serviços	-	-	117	117
EDP Serviço universal	620 780	904 655	267 973	1 793 408
EDO Gás SGPS	-	-	204	204
EDP Internacional	-	-	44	44
Energin	-	-	103	103
EME2	-	-	1 130	1 130
EDP Bioelectrica	-	-	1	1
EDP Imobiliária	-	-	25	25
EDP Inovação	-	-	25	25
EDP MOP	1 461	-	150	1 611
Eolica da alagoa	-	-	9	9
Greenvoug	-	-	169	169
Hidroelectrica do Alqueva	-	-	3	3
SGORME	367	-	-	367
Labelec	-	-	594	594
Pebble Hidro	-	-	19	19
Portgás	-	-	9	9
Sãvida	-	-	2 682	2 682
EDP Valor	-	-	31	31
CEO	-	-	5	5
Fisigen	-	-	-1	-1
Gravitangle	-	-	7	7
EDP Estudos e consultoria	-2	-	10	8
	28 947	904 655	392 718	1 326 320

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a receber a empresas do grupo Euro'000	Outros Créditos Euro'000	Total Euro'000
EDP Produção	-	-	2 085	2 085
EDP Comercial	-	-	73 725	73 725
EDP, S.A.	-529 323	-	8 062	-521 261
EDP Soluções Comerciais	45	-	176	221
EDP Renováveis Portugal	-	-	99	99
EDP Serviço Universal	308 829	904 641	386 274	1 599 744
EME2	-	-	638	638
EDP MOP	1 095	-	221	1 316
SGORME	74	-	-	74
Labelec	-	-	46	46
Sãvida	-	-	2 641	2 641
EDP Valor	-	-	44	44
Outras	-	-	472	472
	-219 280	904 641	474 483	1 159 844

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2013 são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a pagar a empresas do grupo Euro'000	Outros Débitos Euro'000	Total Euro'000
EDP Comercial	-	-	4 067	4 067
EDP Estudos e Consultoria	-	-	2 668	2 668
EDP, S.A.	-	2 341 425	12 074	2 353 499
EDP Imobiliária e Participações	-	-	69	69
EDP Soluções Comerciais	-	-	32 374	32 374
EDP Serviço Universal	-	-	176 819	176 819
EDP Valor	-	-	2 122	2 122
EDP Inovação	-	-	119	119
EME2	-	-	1 328	1 328
EDP Serviços	-	-	4	4
Labelec	-	-	2 741	2 741
Sãvida	-	-	3 706	3 706
O&M Serviços	-	-	238	238
EDP Sucursal	-	-	24	24
Home Energy	-	-	9	9
	-	2 341 425	238 362	2 579 787

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisados como segue:

Empresas	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a pagar a empresas do grupo Euro'000	Outros Débitos Euro'000	Total Euro'000
EDP Comercial	-	-	2 795	2 795
EDP Estudos e Consultoria	-	-	2 233	2 233
EDP, S.A.	-	2 339 954	13 283	2 353 237
EDP Imobiliária e Participações	-	-	515	515
EDP Soluções Comerciais	-	-	8 372	8 372
EDP Serviço Universal	-	-	265 664	265 664
EDP Valor	-	-	3 020	3 020
EME2	-	-	1 439	1 439
Labelec	-	-	1 647	1 647
Sãvida	-	-	3 796	3 796
Outras	-	-	339	339
	-	2 339 954	303 103	2 643 057

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2013 são analisadas como segue:

Empresas	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
EDP Produção	-	-	3	3
EDP Comercial	-	-	161	161
EDP Estudos e Consultoria	-	-	11 479	11 479
EDP, S.A.	16 896	158 773	36 580	212 249
EDP Imobiliária e Participações	-	-	459	459
EDP Soluções Comerciais	-	-	64 584	64 584
EDP Serviços	-	-	47	47
EDP Serviço Universal	-	-	85 278	85 278
EDP Valor	-	-	23 310	23 310
EME2	-	-	3 115	3 115
O&M Serviços	-	-	238	238
Labelec	-	-	4 948	4 948
Sãvida	-	-	22 535	22 535
Home Energy	-	-	9	9
EDP Gás SGPS	-	-	5	5
EDP Inovação	-	-	119	119
	16 896	158 773	252 870	428 539

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisadas como segue:

Empresas	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
EDP Comercial	-	-	415	415
EDP Estudos e Consultoria	-	-	9 279	9 279
EDP, S.A.	11 276	134 542	37 722	183 540
EDP Imobiliária e Participações	-	-	402	402
EDP Soluções Comerciais	-	-	70 343	70 343
EDP Serviço Universal	-	-	276 287	276 287
EDP Valor	-	-	23 207	23 207
EME2	-	-	3 403	3 403
Labelec	-	-	3 868	3 868
Sãvida	-	-	23 070	23 070
Outras	-	-	378	378
	11 276	134 542	448 374	594 192

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2013 são analisadas como segue:

Empresas	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Ccedidos Euro'000	Outros Proveitos Euro'000	Total Euro'000
EDP Produção	-	-	852	852
EDP Comercial	-	-	860 005	860 005
EDP, S.A.	-	-	8 980	8 980
EDP Soluções Comerciais	-	-	1 717	1 717
EDP Renováveis Portugal	-	-	152	152
EDP Renováveis Portugal - Promoção e Operação	-	-	18	18
EDP Renewables SGPS	-	-	5	5
EDP Serviço Universal	11 424	86 621	1 393 026	1 491 071
EDP Valor	-	-	69	69
EDP Brasil	-	-	1	1
EDP Estudos e consultoria	-	-	10	10
EDP Serviços	-	-	63	63
EDP Gás SGPS	-	-	51	51
EME2	-	-	616	616
EDP Inovação	-	-	25	25
EDP MOP	34	-	490	524
Fisigen	-	-	-2	-2
SGORME	11	-	-	11
Labelec	-	-	45	45
Hidroeléctrica de Alqueva	-	-	16	16
Pebble hidro	-	-	184	184
Portgás	-	-	25	25
Rodão Power	-	-	5	5
Sãvida	-	-	110	110
EDP Internacional	-	-	4	4
CEO	-	-	10	10
Gravitangle	-	-	13	13
EDP Ásia Investimento e Consultadoria, LDA	-	-	1	1
EDP Bioelectrica	-	-	15	15
	11 469	86 621	2 266 506	2 364 596

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisadas como segue:

Empresas	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Ccedidos Euro'000	Outros Proveitos Euro'000	Total Euro'000
EDP Produção	-	-	3 192	3 192
EDP Comercial	-	-	502 185	502 185
EDP, S.A.	-	-	9 222	9 222
EDP Soluções Comerciais	-	-	1 693	1 693
EDP Renováveis Portugal	-	-	117	117
EDP Serviço Universal	9 522	64 178	1 415 387	1 489 087
EDP Valor	-	-	82	82
EME2	-	-	882	882
EDP MOP	27	-	569	596
SGORME	1	-	-	1
Outras	-	-	821	821
	9 550	64 178	1 934 150	2 007 878

36. Eventos relevantes ou subsequentes

Governo Português aprova contribuição extraordinária sobre o sector energético para 2014

O Governo Português aprovou no dia 31 de Dezembro de 2013, o Orçamento de Estado para 2014 no qual cria uma contribuição extraordinária a incidir sobre os operadores económicos do sector energético que desenvolvem as seguintes actividades: i) produção, transporte ou distribuição de electricidade; ii) transporte, distribuição, armazenamento ou comercialização grossista de gás natural; iii) refinação, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização grossista de petróleo e produtos de petróleo.

A taxa da contribuição sobre o sector energético será de 0,85%, sobre o activo fixo tangível e intangível, reconhecidos na abertura de contas a 1 de Janeiro de 2014, ou no primeiro dia de exercício fiscal. No caso da actividade de produção de electricidade esta taxa incidirá apenas sobre os centros electroprodutores em exploração até esta data.

Estarão isentos desta taxa nomeadamente:

(i) Centrais termoeléctricas de ciclo combinado, com uma utilização anual da potência instalada, em 2013, inferior a 2.000 horas (aplicação de uma taxa reduzida de 0,425% para utilização anual superior a 2.000 horas e inferior a 3.500 horas);

(ii) Os aproveitamentos hidroeléctricos com capacidade instalada inferior a 20 MW;

(iii) Parques eólicos; e

(iv) Centros electroprodutores com licenças atribuídas na sequência de procedimentos concursais ou de consulta concorrencial.

O Governo prevê que a referida contribuição gere uma receita de 150 milhões de Euros, dos quais 50 milhões de Euros serão destinados à redução da dívida tarifária do setor elétrico e a medidas de eficiência energética.

De acordo com a informação disponível, o impacto para a EDP Distribuição desta contribuição extraordinária será de cerca de 25 milhões de Euros em 2014.

37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a EDP Distribuição aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como ativos financeiros e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

A adoção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras da Empresa.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor, assim como novos requisitos de informação. No entanto, não altera os requisitos para a mensuração ou divulgação pelo justo valor.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em junho de 2011, alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2012, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;
- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respetivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles que vão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados.

A empresa não obteve impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos Empregados

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Junho de 2011, alterações à IAS 19 – Benefícios aos empregados, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Ao abrigo desta norma, a empresa determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (activo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (activo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (activo) do plano de benefício definido compreende:

- O custo do juro da obrigação de benefício definido;
- Os rendimentos dos activos do plano; e
- O juro do efeito do “asset ceiling” do activo.

A Empresa não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

“Annual Improvement Project (2009-2011)”

Em Maio de 2012, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas. As alterações são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2013, tal como segue:

- Alteração à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A alteração clarifica a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e informação comparativa mínima exigida, sempre que se efectue reexpressões retrospectivas, reclassificações ou alterações às políticas contabilísticas. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

A Empresa não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis. A alteração efectuada a esta norma esclarece que se os equipamentos de serviço cumprem com a definição de activo fixo tangível não devem ser classificados em inventários.

A Empresa não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. A alteração clarifica que os impostos relacionados com a distribuição de dividendos e detentores de capital seguem o tratamento preconizado na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

A Empresa não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Individuais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Individuais, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

No âmbito do projeto relativo à alteração das normas de consolidação, o International Accounting Standards Board (IASB) procedeu à emissão em 2011 do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas que aborda o princípio de controle e as exigências relativas à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Como resultado, a IAS 27 contém somente os requisitos relativos às demonstrações financeiras individuais.

A Empresa não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em dezembro de 2011, alterações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre ativos e passivos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração clarifica as condições requeridas para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na posição financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Empresa não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio alterar a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em "joint ventures" definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "joint ventures". A Empresa não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos Empregados: Benefício definido - Contribuições dos empregados

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2013, alterações à IAS 19 - Benefícios aos empregados: Benefício definido - Contribuições dos empregados, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta alteração, permite que:

- contribuições que são independentes do número de anos de serviço possam ser reconhecidas como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições a períodos de serviço; e
- outras contribuições de empregados ou de terceiros, devem ser atribuídas a períodos de serviço, usando a fórmula da contribuição do plano ou de forma linear.

A empresa está a avaliar o impacto da adoção desta alteração.

IFRIC 21 - Impostos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2013, a IFRIC 21 - Impostos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta interpretação não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta interpretação clarifica que:

- um imposto é um pagamento a um governo para o qual a entidade não recebe bens ou serviços específicos;
- o evento de obrigação é a atividade que vincula a entidade a pagar impostos que normalmente é específica na legislação;
- a responsabilidade de pagar um imposto a um governo deve ser reconhecido quando ocorre o evento de obrigação. Embora os impostos possam ser calculados utilizando como base desempenhos anteriores (como a geração de receita), que em si é uma condição necessária, mas não suficiente para reconhecer um passivo. "A empresa não espera ter impactos significativos com a adoção desta interpretação."

"Annual Improvement Project (2010-2012)"

Em dezembro de 2013, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas. As alterações são efetivas para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida. Este projeto ainda não foi adoptado pela União Europeia.

- Alteração à IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis. Esta alteração clarifica que quando um item do ativo imobilizado é reavaliado a quantia escriturada bruta é ajustada de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contabilístico.

A empresa não espera obter impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

- Alteração à IAS 24 - Partes Relacionadas: Divulgações. Esta alteração clarifica que uma entidade que presta serviços essenciais de gestão para a entidade que reporta ou para a empresa-mãe da entidade que reporta é uma parte relacionada da entidade.

A empresa não espera obter impactos significativos nas divulgações das notas às demonstrações financeiras, decorrentes da adoção desta alteração.

- Alteração à IAS 38 - Ativos Intangíveis. Esta alteração clarifica que quando um item do ativo imobilizado é reavaliado a quantia escriturada bruta é ajustada de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contabilístico.

A empresa não espera obter impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

"Annual Improvement Project (2011-2013)"

Em dezembro de 2013, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas. As alterações são efetivas para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida. Este projeto ainda não foi adoptado pela União Europeia.

A empresa não espera obter impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

38. Matérias ambientais

As despesas de caráter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de caráter ambiental, que decorram da atividade normal da empresa.

As despesas de caráter ambiental são registadas nos custos do exercício, exceto se se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de caráter ambiental reconhecidos em ativos fixos durante os exercícios de 2013 e 2012, na empresa, decompõem-se nos seguintes domínios:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	2 848	-
Proteção da biodiversidade e paisagem	3 446	6 591
Gestão de resíduos	302	40
Gestão de águas residuais	-	457
Redução de ruído e vibrações	2	39
	6 598	7 127

A empresa reconheceu ainda despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	dez 2013 Euro'000	dez 2012 Euro'000
Proteção do ar e do clima	-	-
Proteção da biodiversidade e paisagem	709	679
Gestão de resíduos	197	365
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1 262	1 521
Redução de ruído e vibrações	22	27
Outras atividades de gestão e proteção do ambiente	743	124
Outras despesas	-	97
	2 933	2 813

Os proveitos ambientais reconhecidos no exercício de 2013 estão relacionados com a venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 160 milhares de Euros (31 de dezembro de 2012: 135 milhares de Euros).

Ao nível dos incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, foram registados em 2012, 2.485 milhares de euros como participação de investimentos de caráter ambiental, ao abrigo do PPDA (Plano Promoção do Desenvolvimento Ambiental). Este incentivo terminou em 2012.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS

O Presidente da Mesa passou a ler a ordem do dia acima transcrita e deu início aos trabalhos. De seguida, no âmbito do ponto primeiro – “Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e treze” – o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng. João José Saraiva Torres, fez uma exposição sobre os principais desenvolvimentos da atividade da empresa no exercício findo. Terminada a exposição, a acionista única apreciou o relatório e demais documentos de prestação de contas de 2013, e procedeu à respetiva aprovação.-----



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **EDP Distribuição – Energia, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 5.064.301 milhares de euros e um total de capital próprio de 525.722 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 252.197 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes aliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG Internacional”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.120.000 Euros - Pessoa
Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na
O.R.O.C. N.º 169 - Inscrito na C.M.V.M. N.º
9093

Matriculada na Conservatória do
registo Comercial de Lisboa sob o
N.º PT 502 161 078

**Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDP Distribuição – Energia, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

Impresso em papel elaborado com celulose ECF – Elementary Chlorine Free
– em fábricas com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001
e com Certificação Florestal FSC. Papel proveniente de florestas que são
objecto dum processo científico e sustentado de reflorestação.

Edição
EDP Distribuição – Energia, S.A.
Rua Camilo Castelo Branco, 43
1050-044 Lisboa

Fotografia Adelino Oliveira

Impressão Ocyan

Tiragem 1500 exemplares

Depósito Legal 257267/07

julho de 2014



TO BE CONTINUED...

edp distribuição

